

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Não é de hoje que os criadores de Uberaba lutam pela exportação dos nossos magníficos reprodutores zebu. Já em 1922, com um auxílio federal de apenas 8.000 cruzeiros, mandaram à Exposição do México 420 cabeças de nossa excelente gado indiana.

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de**

Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.



Nas condições de ambiente próprio, o cacaueiro caído forma novos cacaueiros ao longo do seu tronco, tendo cada um delas raízes próprias.

SUMARIO

O Problema do Trigo — Prof. Arthur Torres Filho	3
Multiplicação das plantas por Estaquia — Eng.º Agr. Geraldo Goulart da Silveira	6
III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense	9
A 1.ª Semana do Hortelão na E. H. W. B. — Geraldo Goulart da Silveira	21
Casa da Agricultura	26
A Alimentação na Bacia do S. Francisco — Antonio de Arruda Câmara	27
O Imposto de Transmissão de Propriedade no E. do Rio	29
Quêda da Produção Algodoeira no E. de S. Paulo	32
Sociedade Agrícola de Pelotas — Comemorações do 50.º Aniversário	34
Consultas e Informações — Geraldo Goulart da Silveira	35
Universidade Rural	36
XII Exposição Regional Agro-Pecuária de Leopoldina	39
Cooperativa Agrícola de Cotia	45
A Cultura do Trigo no E. de S. Paulo	47
Utilização da Soja na Alimentação do Brasileiro — Dr. Mozart da Cunha	48
A Cultura do Maracujá Peroba — Pimentel Gomes	57
Noticiário da E. H. W. B.	58
Sociedade Nacional de Agricultura	59
Escola de Horticultura Wenceslão Belo	64
Cooperativas de Trabalho — Fabio Luz Filho	67

Sociedade Agrícola de Pelotas

Exposições realizadas e patrocinadas pela Sociedade Agrícola de Pelotas, além das anuais enumeradas, na capa desta revista:

1.^a Exposição Nacional de Pecuária

A Exposição Agrícola de Pelotas, inaugurada a 3 de maio de 1917, por Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura e Ministério da Agricultura teve o caráter de preparatória da 1.^a Exposição Nacional de Pecuária, realizada na Capital da República.

1.^a EXPOSIÇÃO DE EQUINOS

Em 1936 sob os auspícios da Sociedade Agrícola, foi realizada em Pelotas a Primeira Exposição de Equinos pela Diretoria da Remonta do Exército Nacional.

5.^a Exposição Estadual de Lãs

Em 17 de dezembro de 1944 foi inaugurada em Pelotas, pela Secretaria da Agricultura e Sociedade Agrícola, a 5.^a Exposição Estadual de Lãs. Neste certame foi verificado um récorde sul-americano, quando foram adquiridas dez arrobas de lã por 24 mil cruzeiros.

Os certames de 1945

Pela Sociedade Agrícola foi organizada a XXIII Exposição Pastorial e anexas a V Exposição Brasileira de Gado Holandês, pela Associação dos Criadores de Holandês do R. G. do Sul — a “1.^a Exposição Nacional do Ovinos Controlados” pela Associação Rio Grandense de Ovinos — a “1.^a Exposição Internacional de Equinos Crioulos” — pela Associação dos Criadores de Cavalos Crioulos — e a XXVI Exposição Avícola pela Sociedade Avícola do R. G. do Sul.

1.^a Exposição Apícola

Em 1910, por ocasião da 6.^a Exposição Agrícola de Pelotas, teve lugar a 1.^a Exposição Apícola de Pelotas, organizada pelo saudoso mestre prof. Emilio Schenck, conhecido no Brasil como o Pai das Abelhas.

1.^a Exposição Canina

Junto ao 22.^a Exposição Agrícola foi organizada a 1.^a Exposição Canina a 25 de novembro de 1944.

HOMENAGEM E COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE
AGRICULTURA, AS COMEMORAÇÕES DO 50.^o ANIVERSÁRIO
DA
SOCIEDADE AGRÍCOLA DE PELOTAS

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Julho-Agosto de 1948

○ Problema do Trigo

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Nos vários postos por mim ocupados no Ministério, na gestão de vários Ministros, como nos conselhos econômicos e no seio de instituições de classe, nunca deixei de me interessar e contribuir, apoucadamente embora, para esclarecer e defender os interesses nacionais no encaminhamento e solução do problema nacional da produção do trigo. É que nunca pude conformar-me com a tutela estrangeira, exercida por vezes com caráter pouco aceitável para a nossa soberania, num setor econômico ligado à produção da terra, em país como o Brasil, dispondo de vasto território, oferecendo, por isso mesmo, as mais variadas condições de clima e solo para o cultivo desse cereal.

Restaurado o Ministério da Agricultura na República, vemos ilustres e dedicados homens públicos presidirem os seus destinos e, dentre eles, Pedro de Toledo, Simões Lopes, Miguel Calmon, Fernando Costa e agora Daniel de Carvalho, voltarem a atenção para a questão tritícola, colocando a solução do seu cultivo no primeiro plano de cogitações de seus programas administrativos.

Quero aqui lembrar o que dizia Alberto Boerger, em 1924, quando convidado por Miguel Calmon para visitar nosso país, de que o problema do trigo entre nós dependeria, em grande parte, da "experimentação exata", com a formação de tipos adequados a diversas zonas agrícolas, de clima e solo muito diferenciados. Essa era a orientação que já havia sido compreendida por Simões Lopes, quando criou as nossas primeiras estações experimentais de trigo, orientação que, com Fernando Costa, recebeu sistematização, através da atual rede de estabelecimentos de experimentação.

Fato digno ainda de referência, e o faço com especial agrado, por nele haver colaborado, foi o do contrato de Iwar Beckman, na administração Calmon, mais tarde aproveitado pelo Estado do Rio Grande do Sul, de cuja colaboração o país tem obtido magníficos resultados com repercussão, até mesmo, nos países do Prata.

A pouco e pouco fomos nos habilitando para lançar o cultivo do trigo em bases técnicas, com variedades nossas, adaptáveis às condições ecológicas de importantes regiões. Falta-nos ainda hoje entrar decisivamente na fase da produção econômica, para atendermos às necessidades vultosas do consumo interno. É que, a par das variedades de trigo, ter-se-à de pensar em outros fatores: solo, clima, meios de transporte, mercados, preços, etc.

Precisarão ser determinadas com precisão, as regiões mais adequadas, para nelas concentrar-se maior soma de esforços declara com acerto, Iwar Beckman, na Comissão Técnica de Trigo.

Na Argentina, por exemplo, o trigo não é cultivado indistintamente em seu território. O grosso da produção está restrito a um arco de círculo que vai de Baía Blanca a Rosário, interessando as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Entre Rios e a extremidade oriental do Território do Pampa. É um trecho evidentemente de terra fértil, clima temperado e mediocrementemente chuvoso. A safra nessa região, já caiu de 10 milhões de toneladas a cerca de 3 milhões e 600 mil toneladas. Nem por isso a cultura foi abandonada. Dêsse total, o consumo na Argentina é de 2 milhões de toneladas e 600 mil são empregados na semeadura.

Apesar dos acórdos com obrigatoriedade do suprimento por parte daquele país, o Brasil acha-se inundado, no momento de farinha americana graças à abundância casual da safra nos Estados Unidos. Se não fôra isso estaríamos na mesma dolorosa situação do ano passado.

A crise da produção argentina de trigo é grave, devendo-se atentar também no que já disse Marcelo Cantí, professor da Faculdade de Agronomia daquele país que já prognosticou, devido às condições desfavoráveis de clima na zona trigueira de seu país, a transformação da mesma em zona pastoril, devido à escassez e à má distribuição das chuvas. Há anos em que mais de 1 milhão de hectares são perdidos devido à seca.

A gravidade da situação brasileira está patente, colocado como está ficando nosso país em contingente social penoso e ameaçado no futuro, como já ocorreu na crise do pão de 1946.

Não se pode pôr em dúvida haver no Brasil uma grande área capaz de produzir trigo e que já o produz normalmente. Está evidente que o nosso maior esforço terá de ser feito no Rio Grande do Sul, procurando-se outras regiões em que a cultura encontre bases econômicas para ser cultivado em larga escala e por métodos mecânicos. A Comissão Técnica de Trigo que elaborou o plano Beckman — Fagundes estará apta, constituída como está dos nossos melhores técnicos, a definir os rumos certos da triticultura nacional, de modo a permitir resultados que libertem a Nação do jugo estrangeiro que a estrangula.

Já me manifestei incisivamente sobre outro aspecto do problema do pão — que é o das farinhas panificáveis, o qual não pode deixar de ser encarado com o mesmo interesse do incremento da triticultura.

Seja-me lícito ainda observar sobre o Plano o que ocorre em relação a S. Paulo. Foram indicadas quatro zonas (Salto Grande, Assis, Itaporanga e Vale do Sapucaí) deixando — se coubesse à Secretaria de Agricultura orientar a campanha. No caso particular de S. Paulo, o assunto do trigo é digno de atenção especial.

Se em Minas é onde se registra talvez o mais elevado rendimento por hectare entre nós; em S. Paulo, ele desce para o nível mais baixo, caindo para 410 e 300 ks., isso devido ao tempo seco durante o ciclo vegetativo, fugindo aos equivalentes meteorológicos.

Os resultados obtidos em Campinas, comprovados por Krug e Viegas, dois notáveis geneticistas brasileiros, servem para demonstrar não se poder contar, naquele Estado, com a produção de trigo em bases seguras, devido a ser muito seco o inverno.

Os estudos de ensaios de variedade e obtenção de linhagens novas no Instituto de Campinas datam de longos anos. É, portanto, assunto familiar aos técnicos daquele Estado; no entanto, não se pode pôr em dúvida estar S. Paulo em condições de trazer concurso preciso à campanha do trigo empreendida pelo Ministro Daniel de Carvalho, parecendo-me por isso tornar-se digna de exame a sugestão feita pelo professor João Candido Filho — que seja estudada a zona irrigada do vale da Paraíba para a lavoura tritícola e onde está estabelecida para o arroz.

Estudo meticoloso dêsse aspecto, sem dúvida importante do problema do trigo, mereceria ser levado em consideração, pois a região já está toda aparelhada para o cultivo e o beneficiamento do arroz, o qual é aplicável ao trigo.

Na abertura dos cursos da Universidade Rural, do corrente ano, o Prof. Octavio Dupont proferiu preleção de alto valor, sob muitos aspectos, destacando-se, dentro outros, o referente à necessidade de uma concentração de esforços produtivos com o cultivo do trigo em zonas que seriam planificadas por métodos modernos, como ocorre nos Estados Unidos e na U.R.S.S. Cita o Prof. Dupont, por exemplo, o vale do Jacuí e seus afluentes no Rio Grande, zona propícia à motocultura e com a possibiliddade do escoamento da produção por via fluvial. O Rio Grande é o Estado em que, no inverno, os equivalentes meteorológicos são mais favoráveis á cultura do trigo, conforme o climoscópio de Azzi.

Suas zonas seriam aparelhadas, com estações de mecanização e demais elementos capazes de garantir aos agricultores o incremento e a defesa da produção em larga escala. A colonização, com agricultores conhecedores do cultivo do trigo e do linho e outras plantas econômicas; a formação de grandes empresas que se propuzessem promover o cultivo dêsse cereal em larga escala; a reunião dos cultivadores em associações de classe e cooperativas; enfim, estabelecendo-se bases técnicas, econômicas e financeiras mediante vigorosa planificação, viria resolver êsse angustioso problema para o Brasil.

A idéia central residirá na concentração de esforços mediante planificação a longo tempo.

Assumiu a questão do trigo caráter de muita gravidade para a vida política, social e econômico-financeira do país, não sendo exagerado o colocarmos no mesmo nível do carvão, da siderurgia e do petróleo.

É natural, portanto, que todos quantos se interessem pelo futuro do Brasil, país em crescimento e de larga projeção no mundo de amanhã, procurem trazer sua contribuição ao exame dessa questão, como venho de fazê-lo neste momento.

Seleções Agrícolas

Diretor: Eurico Santos

Gerente: O. Assumpção

Superintendente: M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 12.º
Tel. 32-6163 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Multiplicação Das Plantas Por Estaquia

1.ª PARTE

I — Generalidades

Dá-se o nome de estaca a um fragmento de vegetal (ramo lenhoso ou herbáceo, folha, raiz, etc) que, colocado no solo e em condições favoráveis, é capaz de enraizar e crescer formando uma nova planta.

A multiplicação por estacas, oferece, entre outras, as seguintes vantagens:

- b) as plantas obtidas por estacas possuem sistema radicular com menor capacidade de penetração no solo, comparado com o sistema radicular das plantas obtidas de sementes.

II — Emissão de raízes adventícias

A formação de raízes em um órgão que normalmente não as produz, é um fenômeno que se observa em numerosos vegetais dicotiledôneos.

Essa formação de raízes adventícias pode ser devida:

- a) ao desenvolvimento de gemas radiculares dormentes existentes nas cascas dos caules e que, em condições favoráveis (solo, temperatura, humidade etc) entram em atividade, permitindo assim o desenvolvimento das estacas.
- b) a neoformação de raízes, isto é, formação e desenvolvimento de gemas radiculares onde elas não existiam anteriormente, em virtude

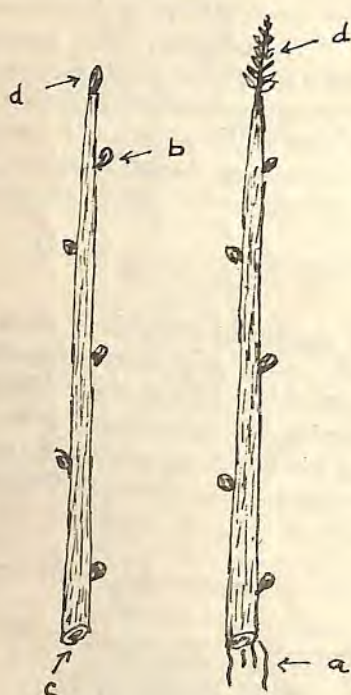


Figura 1
Formação de raízes
a — raízes
b — gemas
c — zona basal (cicatrização)
d — zona apical

- a) garante a transmissão integral de todos os caracteres não só da espécie, como também da variedade, o que não ocorre na multiplicação por sementes;

- b) permite a obtenção de novas plantas com maior rapidez do que por meio de sementes.

Por outro lado, apresenta certas desvantagens, como, por exemplo:

- a) as plantas obtidas por estacas, não apresentam, de um modo geral, um sistema radicular tão desenvolvido e vigoroso quanto as obtidas por sementes;

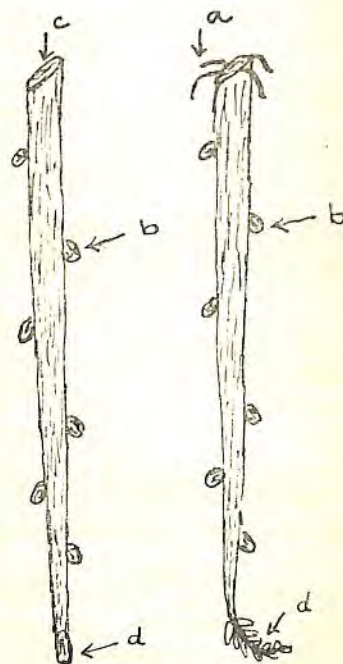


Figura 2
Formação de raízes
a — raízes
b — gemas
c — zona basal (cicatrização)
d — zona apical

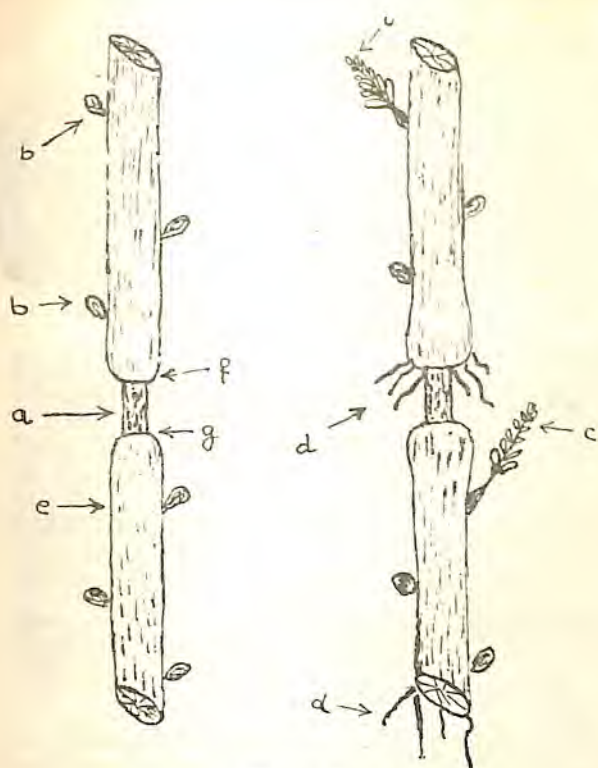


Figura 3
Formação de raízes
a — zona descortificada
b — gemas
c — ramos novos
d — raízes
e — casca
f — polo rizógeno
g — polo apical

de condições intrínsecas, quando as condições do meio são favoráveis.

Qualquer que seja o caso, é preciso, sempre que as estacas (ramos, folhas, raízes etc), encontrem condições favoráveis do meio (solo, temperatura, humidade etc), a fim de que elas emitam raízes adventícias vigorosas, que asseguram o desenvolvimento da nova planta.

Nem todos os vegetais admitem esse processo de multiplicação assexual.

Somente aqueles que têm aptidão para emitirem raízes adventícias podem ser assim propagados.

Essa aptidão não pode ser determinada *a priori*; somente ensaios experimentais, cuidadosamente orientados, podem indicar quais as plantas que possuem, com maior ou menor intensidade, essa capacidade de formação de raízes adventícias.

Um exemplo é suficiente para elucidar a questão, pois, mostra que, até mesmo em espécies muito afins, é diverso o comportamento em relação à formação da raízes.

De fato, enquanto na *Vitis Berlandier*: (videiras do tipo americano) o enraizamento é muito re-

duzido, na *vitis vinifera* (videiras de mesa), o enraizamento é fácil.

Antes do estudo do mecanismo da formação das raízes adventícias em uma estaca, convém, seja dito algo a respeito da polaridade dos órgãos de uma planta.

III — Polaridade dos órgãos

A esse respeito, é clássica a experiência realizada com o vime (*Salix viminalis*), citada sempre pelos autores, quando abordam essa questão.

Retirando-se um ramo novo de vime, e colocando-se esse ramo em uma atmosfera mais ou menos humida, observa-se que:

- se a estaca estiver colocada em posição vertical, de tal maneira que a gema terminal fique voltada para cima, e a região basal (cortada) para baixo, o caule cresce normalmente em virtude do desenvolvimento da gema terminal, enquanto que as raízes formam-se na região da superfície cortada (fig. 1).
- se a estaca estiver em posição invertida, isto é, com a gema terminal voltada para baixo, e a região basal (cortada) voltada para cima, observa-se, igualmente, a formação de raízes na superfície cortada, e o desenvolvimento da gema terminal; apresentando as raízes uma curvatura para baixo (geotropismo positivo), e o caule (broto), uma curvatura para cima (geotropismo negativo), conforme se verifica na figura 2.

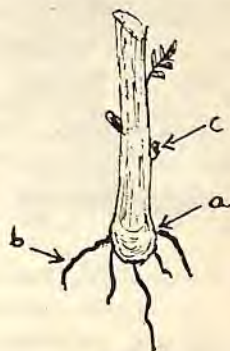


Figura 4
Formação de calo em uma estaca
a — calo
b — raízes
c — gema

- se for feita uma descorticação anelar em qualquer região (retirada da casca em toda a periferia), qualquer que seja a posição da estaca as raízes surgirão na região basal (região inferior, oposta à gema terminal), enquanto que as gemas que se desenvolvem em ramos são as da região apical (região superior), conforme se observa na fig. 3.

d) se for provocado o estrangulamento da estaca, em qualquer região, apertando-se no tronco, um arame, observa-se igualmente, que as raízes se formam na região basal, e os ramos, na região apical.

Essas experiências, muito simples, que podem ser repetidas com estacas de outros vegetais que enraizam facilmente, mostram que:

- a) os vegetais apresentam uma certa polaridade, qualquer que seja a posição ocupada no espaço, distinguindo-se um polo rizógeno e um polo caulógeno;
- b) os fatores que determinam a polaridade acham-se localizados nos tecidos exteriores, tanto que, uma simples descorticação, ou, mesmo, um estrangulamento, sem provocarem a intempção do lenho ou da medula, são suficientes para que se manifestem os dois polos: rizógeno e caulógeno.

Vejamos agora, como se formam as raízes adventícias.

Para isso é necessário embora em largos traços, que seja conhecida a estrutura do caule.

IV — Estrutura do caule

Examinando-se o caule novo de uma planta vascular observa-se que ele apresenta duas partes:

- a) casca ou vortex;
- b) cilindro central ou esteio.

A casca, no caule, é mais ou menos delgada e apresenta, as seguintes regiões:

- a) epiderme, que a envolve, formada por uma única camada de células miudas, cutinizadas, providas de estômatos e geralmente, apresentando pêlos.
- b) parênquima fundamental, formado de células poliedricas, clorofiladas, deixando entre si meatos, e, não raro, contendo grão de amido.
- c) endoderma ou camada interna, que forma a chamada bainha amilífera, em virtude de suas células conterem grande quantidade de grãos de amido. Essas células são geralmente retangulares e suberificadas.

O estelo é a zona mais desenvolvida e apresenta as seguintes regiões:

- c) periciclo, formado de várias camadas de células que se alternam com as da endoderma;
- b) feixes líbero-lenhosos, formado pela reunião de feixes liberianos (os mais externos), e feixes



NAS USINAS DE AÇÚCAR...

quaisquer que sejam:

- as pressões exercidas sobre os mancais das moendas e esmagadores;
- o sistema de lubrificação das máquinas a vapor;
- os compressores e bombas de vácuo dos cristalizadores;
- os mancais das turbinas.

a ATLANTIC possui os lubrificantes adequados que, pelas suas excepcionais qualidades, representam as sentinelas avançadas de sua economia.

Para mancais de moendas:
ATLANTIC H. F. S. OILS

Para máquinas a vapor:
ATLANTIC CYLINDER OILS

Para turbinas: **ATLANTIC TURBINE OILS**

Para bombas de vácuo e compressores:

Atlantic Ario Compressor Oil

Atlantic Shield Compressor Oil

ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL

Av. Nilo Peçanha, 151 - Rio de Janeiro

Filiais e Agências nos Estados

lenhosos (os mais internos). Os vasos liberianos, acompanhados de células anexas e de fibras, formam o que se denomina floema parte liberiana circular a seiva elaborada ou orgânica e pela parte lenhosa, a seiva inorgânica de mineral;

- c) medula, que é a parte mais interna, formada de células largas, separadas por meatos. A medula emite os raios medulares que separam lateralmente, os feixes libero-lenhosos.

V — Formação das raízes laterais

No caso de raízes laterais gemárias, elas são de formação exógena, isto é, formam-se nas gemas axilares (região superficial do caule).

As raízes laterais não gemárias, são de formação interna, pois se originam no periciclo. Neste caso, forma-se no periciclo, um mamilo radicular que se diferencia em uma nova raiz que, por digestão dos tecidos atravessa o cortex. Essa raiz une os seus feixes com os feixes caulinares continuando assim o seu desenvolvimento.

III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense

A grande parada rural de Barra do Piraí, organizada pela Associação Sul-Fluminense de Exposições Rurais. Discurso do Secretário da Agricultura, Dr. Edgard Teixeira Leite. Discurso do Dr. Heitor Alves Barreira, Vice-Presidente em exercício da Associação, e Presidente da Comissão Executiva. Relação dos expositores premiados.



O dr. Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio, pronuncia o seu substancial discurso. A seu lado, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Cel Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Durante a semana de 20 a 26 de junho último, a Cidade Fluminense de Barra do Piraí abrigou uma interessante mostra das atividades agro-pecuárias do Sul-fluminense, com a realização de mais uma Exposição, promovida pela Associação Sul-Fluminense de Exposições Rurais.

"A Lavoura" abre espaço para dar conta aos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura e aos seus demais leitores, dos principais aspectos desse certame, que vem assinalando, de uns tempos a esta parte, a evolução do interesse

que os problemas ligados à terra vem despertando entre os seus representantes — agricultores e criadores.

Foi, sem dúvida, uma obra coroada do mais completo êxito, não só pela quantidade, mas também pela qualidade dos produtos apresentados, sem falar no enorme interesse que o assunto despertou, levando ao recinto da exposição muitos milhares de pessoas.

A Divisão de Produção Animal, pelos seus técnicos, deu a mais estreita colaboração ao êxito do certame. Nesse sentido, o sr. Joaquim Sisino Rocha,



O dr. Heitor Alves Barreira discursa como Presidente da Comissão Executiva. A sua oração vai publicada na íntegra, nesta notícia.

Chefe daquela Divisão e seus auxiliares, inspecionou os animais, vacinando-os, assistindo o seu transporte, feito aliás por intermédio e encargo da própria Secretaria, que, inclusive, tomou a responsabilidade da defesa dos mesmos no recinto da Exposição. Além disso, ofereceu a Secretaria de Agricultura sete taças, sendo quatro destinadas aos animais vencedores do concurso leiteiro e três para os do concurso hípico.

É muito de louvar o interesse demonstrado pelo sr. Helio Cruz de Oliveira, secretário do Governo estadual, por que o certame de Barra do Pirai alcançasse o maior sucesso.

Durante o ato inaugural, o Dr. Edegard Teixeira Leite, secretário da Agricultura — a que muito se deve o êxito de Exposição — e na sua qualidade de Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, entregou ao Dr. Heitor Barreiros, Presidente da Asso-

ciação, promotora do certame, a medalha de prata do cincuentenário, da Sociedade Nacional de Agricultura, que esta ofereceu em atenção aos serviços prestados pela Associação que preside ao desenvolvimento agro-pecuário do Sul-fluminense.

Foi o seguinte o discurso do Dr. Edegard Teixeira Leite:

Meus patrícios!

Sejam, as minhas primeiras palavras, de louvor e de aplauso aos expositores e promotores desta esplendida mostra de pecuária, que a Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, está realizando nesta futura e próspera região.

Louvor e aplauso, que eu trago em nome do Governador Macedo Soares, que acompanha, com o mais vivo interesse, o desdobramento das atividades dos criadores do vale do Paraíba, e da região vizinha que aqui, mais uma vez acorrem, não com palavras ou promesas, mas com atos concretos, com fatos positivos dando demonstração de sua capacidade de realização, de sua tenacidade e de seu espírito progressista.

Na verdade, nenhuma prova maior, de tudo isso, que a presença em quantidade e qualidade dos animais aqui apresentados.

É um grande esforço, que exige preparação demorada, dispêndio avultado, esforços de toda sorte, que passam em geral despercebidos do grande público, mas que o Governo sabe, conhece, e reconhece e, faz questão de deixar bem acentuado, nesta saudação congratulatória, que é também mensagem de agradecimento aos criadores que expuseram seus produtos, prestando contingente de colaboração inestimável ao desenvolvimento da economia fluminense.

RESPONSABILIDADE

Os expositores que aqui compareceram, e os que, com eles cooperaram nesta "Campanha de ressurgimento" do formoso e famoso e histórico vale do Paraíba, têm a mais exata compreensão da responsabilidade que lhes cabe, e da tarefa relevante que o destino lhes outorgou, e que nunca será bem ressaltada, de prover do mais indispensável dos alimentos, o maior núcleo demográfico do nosso país e centro nervoso da vida política da nação, que é a metrópole brasileira.

O problema de abastecimento de leite, não é apenas um problema comum de produção: sua repercussão excede às contingências econômicas, para se enquadrar principalmente, no campo das atividades sociais, das de maior relevância da vida de um povo.

Já referi, numa outra oportunidade a oração de Churchill, numa convocação extraordinária do Parlamento Britânico, nas horas incertas da guerra, quando Londres era todas as noites devastada pela aviação Germânica, e que ele iniciou dizendo que ia tratar de assunto de extrema importância para o futuro do seu povo.

Iria pedir medidas para a preservação do rebanho leiteiro da Inglaterra, para assegurar o suprimento de leite, às crianças, aos velhos e aos doentes, na guerra e depois, na paz.

Porque, dizia ele, o problema do leite é pela sua alta relevância, antes de mais nada, "um problema de Governo".

MISÉRIA E SUB-ALIMENTAÇÃO

Esta definição, deixa bem claro para administradores conscientes de suas responsabilidades, que o problema de leite é de capital significação, notadamente para o nosso país, onde o consumo desse alimento insubstituível, assume as proporções alarmantes e catastróficas, mesmo nos centros mais ricos e de população de maior capacidade aquisitiva, como as capitais dos estados, e a capital do próprio país.

Daí, uma das razões da mortalidade infantil, que apresenta proporções quase inacreditáveis; da devastação pela tuberculose, que arrebatava mesmo nos centros mais providos de recursos para o seu combate, vidas, diariamente arrasadas, em tão grande número, que em certas cidades, antes que se complete os sessenta minutos de uma hora, noite e dia, por todo o ano, um tuberculoso desaparece vítima sobretudo da sub-alimentação.

São verdades dolorosas, de serem ditas, e também de serem ouvidas, mas que devem ser ditas, e devem ser ouvidas, e sobretudo meditadas, e nunca escondidas, pois é tarefa ingente da defesa da nossa raça a solução do problema do Homem Brasileiro — a qual só pode ser atendida, pelo esforço sinérgico do Governo, e das classes produtoras, notadamente da lavoura e da pecuária, pro-

viendo o país de alimentação sadia e a preços razoáveis e acessíveis.

ASPECTOS ESTATÍSTICOS

O Estado do Rio segundo as mais recentes estatísticas possui 48.389 estabelecimentos agrícolas. Destes, 19.102 destinados à exploração da agricultura e 26.702 à agro-pecuária.

Esses números evidenciam por si só, a importância crescente que a indústria pastoril está adquirindo na economia fluminense. Outros índices, corroboram estas conclusões.

Assim, dos 3.316.000 hectares, que é a área total dos estabelecimentos rurais, apenas 588.000 são destinados à agricultura; e 1.857.000 à agro-pecuária; e 775 exclusivamente à pecuária. Donde se vê que apenas 20% das regiões rurais do Estado (apenas 20%) são destinados à produção agrícola propriamente dita.

São confirmadas também pelo seu valor, no total de Cr\$ 1.268.168.000. Cerca de Cr\$... 199.767.000 são representados pela produção animal. Do confronto entre o valor da produção total em 1939, que são os últimos índices rigorosos publicados, verifica-se que num total de 234.000.000 de cruzeiros, 162.284.000 cabem à indústria agrícola e 59.755 apenas à produção animal e de origem animal. A conclusão ressalta aos olhos menos atentos, mostrando, a evidência que apesar da indústria animal ocupar cerca de 80% da extensão territorial, o seu rendimento é apenas 25% do valor da produção agrícola. Esses números são altamente significativos.

A produção industrial fluminense em 2.088 estabelecimentos licenciados em 1940, atingiu 860.000.000 de cruzeiros colocando o Estado do Rio como 4.º estado industrial do Brasil.

Esses números demonstram a importância crescente que a pecuária vai adquirindo no Estado, invadindo lenta mas seguramente, as regiões antigamente destinadas à lavoura no seu estrito sentido. Isto é, a produção de gêneros alimentícios e matérias primas de natureza vegetal.

A aplicação desses fatos se encontra na transformação das velhas fazendas cafezeiras em campos de criar.

A cultura deficitária fez com que se abandonassem os cafezais improdutivos e lentamente o capim gordura foi avançando quase que espontaneamente como que indicando ao proprietário rural, o caminho a seguir pela linha de menor resistência, promovendo a substituição das fazendas cafezeiras em estabelecimentos pastoris.

A propriedade esgotada, mal dando para o sustento, não comportava mais colônia próspera e os homens foram abandonados a terra em busca de outras atividades mais remuneradoras, em regiões agrícolas mais férteis e sobretudo na migração quase em massa para os centros urbanos. Foi o êxodo rural — abandono da terra pelo assalariado — e o absenteísmo — o abandono da terra pelo proprietário, as duas modalidades pelas quais o proletário e o proprietário desertaram do meio rural, trocando as antigas atividades pela vida urbana.

E como consequência disso, a saúde, o impaludismo, as verminoses, a tapera e quase sempre a miséria, a sub-alimentação e a vida sem encanto e sem esperança.

Dai o panorama facilmente verificado na zona propriamente pecuária onde está se desenvolvendo a indústria de laticínios e produção de leite, de número reduzido de operários agrícolas e a conseqüente e crescente escassez de mão de obra, de que se queixam os proprietários pois a criação extensiva exige um número insignificante de braços para faina agrícola.

Cabe aqui uma reflexão que seria uma resposta à observação corrente que foi o boi que expulsou o homem.

Na realidade o fenômeno teve outra origem mais profunda e mais grave. O homem abandonou a terra devido a sua exaustão. O solo, destruído pela cultura inconsiderada de métodos irracionais, não permitindo a conservação da fertilidade primitiva, levados os terrenos em aclive pela erosão superficial não raro também pelas enxurradas.

Os exemplos são tão numerosos que apenas é difícil a sua escolha. Há poucos dias atrás tive oportunidade de visitar uma velha fazenda cafeeira que se conserva há três gerações na mesma família. Aberta há 103 anos, isto é, derrubadas as matas primitivas, formadas grandes lavouras de café, que chegaram no tempo de sua maior pujança a 15.000 arrobas, que está hoje em franco retrocesso, não chegando a colheita, às remanescentes dos antigos cafezais, a produzir 300 arrobas. No decurso de 103 anos exatamente operou-se a derrubada da mata virgem, o plantio do café: atingiu-se o máximo de sua produção e esvaiu-se a cultura num rápido declínio. Também aí o homem desertou o campo; e o capim gordura invadiu vales e encostas, e a população bovina substituiu a população humana.

Este quadro se multiplica em grande parte do Estado, e é uma conseqüência, material decorrente da destruição da riqueza natural do solo, mais do que da desorganização do trabalho, como em geral se pensa e se afirma.

A desorganização do trabalho foi uma conseqüência da exaustão da terra, abandonada pelo agricultor que já não podia fazer lavouras remuneradoras. "O boi não expulsou o homem" — Foi o homem expulsado pela "destruição do solo".

NOVOS PIONEIROS

Foi em plena crise, causada pela decadência da lavoura cafeeira, quando as propriedades agrícolas chegaram ao máximo aviltamento dos seus valores, que brasileiros, fluminenses e filhos de outros Estados, notadamente de Minas Gerais, começaram, com decisão e energia, a transformação econômica, de que agora somos expectadores, em uma das suas fases mais decisivas.

As terras abandonadas pelos proprietários e pelos colonos, foram transformadas em pastagens; foram estendidos milhares de quilômetros de cerca de arame farpado, em que milhões de estacas foram empregadas, permitindo a organização em pastos dos capinzais criados quase espontaneamente.

E a região cafeeira, foi lenta mas seguramente, sendo povoada, pelo rebanho bovino, que aos poucos foi melhorando, com a introdução de reprodutores de raças leiteiras.

Os velhos solares das fazendas cafeeiras, imensas, com as instalações acessórias que o gênero de exploração exigia, e que quase todas estavam em ruínas, ou em franco abandono, foram aos poucos

passando a outras mãos, se restaurando e muitas delas, num índice de capacidade de recuperação, que precisa e deve ser acentuado em louvor dos que se atiraram a obra de tão alta monta e de tão alta significação para a nossa cultura estão reparados, e se apresentam hoje, como padrões, entre os mais elevados das habitações rurais, podendo se confrontar de qualquer país altamente civilizado.

Nunca serão bastantes os louvores a esses novos pioneiros, realizadores de tal recuperação econômica, dando uma soma de esforço, tenacidade, de capital, idealismo e de confiança no futuro, e que são renovadores da economia agrícola fluminense, substituindo o antigo tipo de organização exclusivamente agrícola, pela organização agro-pastoril, numa grande região da velha província, que está se reerguendo, já agora em bases firmes e com rotas seguras.

Quero exprimir aos que estão realizando esta obra, no Vale do Paraíba e dos seus afluentes, nas zonas da Baixada e nas terras das encostas, o público reconhecimento do Governo pela obra já realizada e a confiança de que ela será completada, por medidas que precisam e devem ser tomadas.

PONTOS CRÍTICOS

Exatamente há um ano, em memorável oração proferida neste mesmo local, numa cerimônia idêntica, o Governador Macedo Soares traçou com segurança e acerto o programa da Pecuária fluminense, e pôs em evidência os pontos críticos de uma organização agro-pastoril, neste campo de atividades. Dentre esses resalta pela sua importância, o da alimentação.

Precisamos e devemos organizar os suprimentos alimentares dos nossos rebanhos, para que possam dar às explorações, rendimento razoável, já que a terra está assumindo preços sempre em ascensão, estabelecendo um desacôrdo entre a rentabilidade de um alqueire de solo, que custa sete, dez e quize mil cruzeiros, que comporta apenas duas ou três rezes, e vacas que produzem média insuficiente de leite, agravada pelo pequeno período de lactação.

Na época de estiagem rigorosa, torna-se indispensável, para que a produção não decresça, o emprêgo de rações complementares, que até agora são encontradas sobretudo no uso do farelo e outros sub-produtos da moagem de trigo.

Estamos assim, — já tenho dito e é necessário que se repita — para o abastecimento da capital do nosso país, grande cidade de cerca de dois milhões de habitantes, na mais estreita dependência do estrangeiro, do trigo da Argentina, que está chegando em proporções cada vez menores, e a preços cada vez maiores.

Esta dependência é perigosa e humilhante, vamos dizer a verdade por inteiro, sem reboços.

Humilhante e perigosa, pois além do pão, alimento que o hábito tornou indispensável à dieta de quase todo o nosso povo, estamos também, em parte do ano, na subordinação do suprimento de produto estrangeiro para obtenção do leite. Leite e Pão!

É na realidade, examinada em suas últimas conseqüências, dupla subordinação: econômica e política.

Mas, o criador fluminense, compreendeu bem a situação e um promissor movimento já se esboça, para remover esta quase inacreditável situação.

Vamos agir para criar, dentro de cada fazenda a quase totalidade da ração de que carecem os nossos rebanhos; — pela sub-divisão dos pastos, permitindo o seu melhor aproveitamento; pelo plantio de leguminosas e de novas variedades de gramineas forrageiras; pela adoção de processos racionais de conservação dos excedentes forrageiros, das épocas de abundância, pela fenação e pela ensilagem; pela criação de reservas forrageiras — proporcionando capins para o corte — pelo cultivo de cana forrageira, de trigo Adlay, de feijão-soja, e de tubérculos forrageiros, de mandioca e dezenas de vegetais fornecedores de alimentação complementar.

O Governo fluminense está atento as vossas necessidades e já empreendeu a campanha para a implantação da cultura do feijão-soja, das quais a primeira, já encerrada, resultou a criação de duzentos campos de cooperação e a segunda, em franco desdobramento, com setecentos e vinte campos de cooperação, cerca de trinta municípios fluminenses.

Os resultados foram promissores e tudo fazer na definitiva implantação de cultura, preciosa sob todos os aspectos — e que será fonte valiosa para fornecimento de alimentação proteínica para os nossos rebanhos.

A campanha para a implantação do trigo Adlay tem prosseguido e será uma fonte valiosa de fornecimento de proteínas, que é a razão da importância do farelo de trigo.

Não menos importante, para este fim é o alargamento da cultura algodoeira, para a produção de farelo de algodão e que começa a renascer, depois de violento declínio, já que o Estado do Rio, dispõe sob todos os aspectos, de condições excepcionais, para produção dessa valiosa malvacea.

Estou certo de que, pelos vossos esforços, e com a cooperação do poder público, com o qual podemos sempre contar, a pecuária fluminense irá atingir uma completa independência em matéria alimentar, problema que é apenas questão de organização.

Basta neste sentido lembrar o que ocorre na Dinamarca, que mantém um avultado rebanho, com alta produtividade leiteira, e em que, durante nove meses do ano, a alimentação é realizada com forragens conservadas, pois as forragens verdes apenas são obtidas quatro meses por ano!

Outro aspecto, também ressaltado pelo Governador Macedo Soares, na sua notável oração aqui proferida, foi o da situação verdadeiramente alarmante, em que se encontra a defesa sanitária animal.

A mortalidade, no gado maior, bem como no gado menor, assume proporções com as quais o criador já se afez mas que não deixam por isso de serem enormes.

Os prejuízos ocasionados pela febre aftosa, direta e indiretamente, não podem ser avaliados em seus números exatos.

Ela como que se acha instalada nas fazendas de criação do Estado do Rio, e reduz a produção do leite; reduz o nascimento de bezerros, reduz a capacidade dos animais de trabalho, e não raro reduz o fazendeiro à miséria.

O mesmo ocorre com a pneumo-enterite e pasteurelose dos bezerros, muitas vezes confundidas e que anualmente, segundo dados conservadores, ocasiona mortandade de cerca de cinquenta mil jovens animais, todos os anos.

A estas moléstias, devemos acrescentar a raiva, as verminoses, e também a peste suína.

É indispensável que o problema da defesa sanitária animal seja pôsto nos seus termos reais e exatos e se dote os departamentos e serviços deles encarregados, de todo o arsenal de que careçam, em técnicos, em verbas, em aparelhamentos de toda a ordem, notadamente da produção de vacinas e sôras.

É necessário — é mais do que necessário — é urgente, que se forme uma "consciência nacional" em torno do problema, para evitar prejuízos anuais de muitos milhões de cruzeiros, que tem reflexo não apenas na economia nacional, mas assume proporções de calamidade pública, determinando as filas para a compra por preços sempre em alta de carne, de leite e de manteiga.

Alguns números permitem exprimir em seus termos matemáticos a situação do problema: para a proteção de cento e dez milhões de animais, do gado maior e menor dos rebanhos brasileiros — patrimônio valioso que é uma parcela avultada da riqueza nacional, o Serviço de Defesa Sanitária Animal do Governo Federal, dispõe apenas de oitenta veterinários.

A Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, tem apenas treze profissionais.

Outro número: para o combate da peste suína seria necessário o emprêgo de dezesseis milhões de doses de vacina cristal violenta.

Até este momento, a nossa capacidade de produção não vai além de três milhões.

Temos de nos convencer que a criação, no Brasil, só é possível, em condições remuneradoras, quando o emprêgo sistemático da vacina preventiva se tornar de uso generalizado. É neste sentido que devemos caminhar.

Esta tarefa, quando for devidamente organizada, representará para a economia fluminense — só ela — cerca de duzentos milhões de cruzeiros por ano, pois a tanto montam, segundo cálculos conservadores, prejuízo que as moléstias e pragas evitáveis, ocasionam anualmente.

Para tanto, podemos e devemos contar com a colaboração das Cooperativas, que deverão desenvolver suas atividades neste sentido, podendo para tanto contar com todo o apóio do Governo, que está aliás junto aos nossos criadores desenvolvendo uma ação direta e que cada dia mais se alongará.

O PROBLEMA DOS EXCEDENTES

Entretanto, encarado em seu conjunto, o problema número um, da pecuária fluminense não é nem a alimentação, nem a defesa sanitária animal. É o dos excedentes da produção leiteira.

Mas apesar de todas as percalços e dificuldades ela vai aumentando, e hoje, já se criou situação que começa a ser fator de perturbação econômica e cuja gravidade precisa ser posta em sua justa relevância, com toda a franqueza.

Como sabeis, na época de fartura de forragem coincidente com a da maior pluviosidade há um excesso de produção de leite — que em certas regiões assume proporções avultadas.

Estatísticas bastante seguras, permitem entretanto prever que ele atinge, neste período, a cerca de

cento e oitenta mil litros diários, que não podem ser absorvidos pelos mercados do Rio e Niterói.

E' sem dúvida uma questão de sub-consumo, apenas.

Se o consumo, atingisse aos níveis razoáveis que precisa e deverá ter — não apenas este excedente, como toda a produção atual, poderia ser triplicada, sem que tal fato se verificasse.

Mas, não é possível, de chofre, aumentar o consumo e sobretudo criar o consumo variável, para o período de excedente e de carência, porque está a matéria dependente de hábitos alimentares que não podem ser repentinamente modificados.

Começa então, para o criador, o drama da falta de mercado, para um produto altamente perecível, cuja conservação, **in-natura**, é precaríssima.

É o período dos "cortes": o produtor recebe aviso de que o vasilhame para transporte foi "cortado", o que importa dizer que duzentos, trezentos, seiscientos litros, em cada propriedade, ficarão sem colocação, e que terão de ser entregues a preços reduzidos, para outros fins.

Se apurarmos, por uma contabilização perfeita — transformado em cruzeiros — o prejuízo que isso acarreta à produção fluminense — cerca de duzentos mil litros diários, de leite sem colocação, num período de quatro a cinco meses, cremos encontrar uma das explicações, porque a pecuária está se tornando francamente deficitária no Estado do Rio, em tantas e tantas propriedades. Na verdade, a produção consumida é de trezentos e dez mil litros por dia, em todo ano, enquanto o excesso é em seis meses — de 180.000 litros. — Em números redondos pode-se aproximar dos 50% os excedentes sobre o consumo real. Conhecendo estes fatos, não poude o Governador Macedo Soares, ficar indiferente à situação e determinou que a Secretaria de Agricultura, tornasse em mão o problema, e procurasse, de acordo com as classes interessadas encontrar solução adequada.

Estudos estão sendo rapidamente realizados, como é do conhecimento de muitos dos presentes. Em colaboração com a secretaria cerca de nove Cooperativas da região de Cantagalo, Cordeiro, Macuco e Municípios limítrofes, examinarão dentro de poucos dias o projeto e orçamento para instalar no norte fluminense, em local a ser escolhido, de indústria que absorva na época de abundância, os excedentes de leite daquela próspera região.

Aproveito esta oportunidade, para pedir a Vossa atenção para o problema, que poderá ter outras soluções, e para as quais, encontrarão sempre, pronto a atender-vos, a ação vigilante do Governador Macedo Soares.

Já existe no Estado do Rio, neste vale, e na cidade de Barra Mansa, futura indústria de transformação de leite, cujos produtos — é sem favor que o digo, mas antes até como um dever que vão encontrando em todo o país a melhor aceitação.

A mesma empresa, talvez possa, numa conjugação de esforços, dar nova eficiente colaboração aos nossos pecuaristas, para o problema dos excedentes, instalando em outros pontos, estações coletoras, pequenas usinas, de transformação semi-industrial, que na época da abundância, permitam a coleta dos excessos, remetendo-os para a sua matriz, onde sofrerão a fase final de industrialização.

É apenas uma sugestão, que peço seja examinada. O que não se pode, porém, é ficar de braços cruzados, assistindo, resultante de desorganização,

tudo um considerável aparelhamento econômico — que é a nossa pecuária, manter fazendas, criar rebanhos, produzir leite e ter o resultado final de seus esforços anulado, por assim dizer, por não ter mercado, quando existe um grande centro consumidor às suas portas, de alta capacidade aquisitiva, que consome apenas hoje menos de cento e trinta centímetros cúbicos por habitante, quando deveria consumir pelo menos meio litro.

Guardai bem estes números e meditai sobre eles, meus patrícios.

Cinquenta por cento do leite produzido nas regiões próximas do Distrito Federal não encontra colocação para seu consumo, enquanto na capital da República, em cada cinquenta minutos morre um tuberculoso, vítima principalmente da sub-alimentação.

Cinquenta por cento do resultado dos esforços do criador, — expressados em duzentos mil litros diários de leite, são vendidos — quatro ou cinco meses por ano, a preço de "salvados de incêndio", enquanto o **deficit**, vai sendo cada vez mais a norma das explorações pecuárias do nosso Estado.

Não devemos nos iludir, com o aumento de consumo diário na capital da República, como melhoria de nossa situação. Se de 137.674 litros diários em 1939, passou a cerca de trezentos mil litros em 1948, estes números, para serem corretamente interpretados, precisam ser confrontados com o aumento de população e também, com o aumento do leite para fins industriais, que não é consumido na capital objeto de exportação para os Estados.

Tudo isso faz ver, meus patrícios, quanto é sério o problema dos excedentes, que precisa ser resolvido, com energia e com decisão. Para tanto no Governo Fluminense, encontrareis sempre o maior e decidido apoio e amparo.

INDUSTRIALIZAÇÃO — FÁBRICAS ESCOLAS

O excedente já referido, encontrará também, na sua transformação em laticínios — nos queijos, de diversos tipos e na manteiga, rendosa aplicação — por certo, muito já se tem feito nesse sentido. E hoje os nossos mercados já se abastecem em grande parte de produtos de fabricação nacional.

Há cerca de quarenta anos atrás, era bem diferente a situação — pois muitos de nós — como quem vos fala neste momento — hão de recordar-se, de certos tipos de manteiga francesa — aliás fabricados algumas delas especialmente para o Brasil, por terem sua venda proibida na França, por serem obtidos com margarina — eram de uso corrente e quase exclusivo na dieta das classes abastadas.

Alguns números, na sua significativa eloquência, falarão muito claro, demonstrando o compromisso, que se abre para a nossa indústria de laticínios, que salvo em poucos núcleos está ainda em estado incipiente.

Assim em 1947, em quatro bilhões de cruzeiros, que o país importou, de gêneros alimentícios, sessenta milhões de cruzeiros o foram sob forma de produtos de laticínios.

Em janeiro deste ano, a nossa importação de laticínios atingiu a mais de cinco milhões de cruzeiros. Laticínios isto é, de queijo, de manteiga e de leite conservado, que podíamos e devemos produzir, porque temos o quarto rebanho do mundo, porque temos condições propícias, em todos os sentidos, para alcançar esta libertação do mercado estrangeiro, obtendo dentro de nossas fronteiras, produtos

que constituem por todos os motivos, uma alta expressão índice de cultura e de civilização.

Precisamos aperfeiçoar a nossa técnica de produção de queijo — e neste sentido o Governador Macedo Soares já declarou, por ocasião da Terceira Exposição Estadual, a propósito do Governo fluminense, de criar em Resende e provavelmente em Cordeiro, fábricas-escolas, de tipo da existente em Juiz de Fora, embora em proporções mais modestas, para a formação de profissionais e operários — de técnicos de várias categorias, e que sejam ao mesmo tempo, um centro de consulta e de orientação para a indústria de laticínios do nosso Estado.

Posso adiantar agora, que a criação destes institutos está com o seu projeto bem adiantado, e que provavelmente, além dos referidos, será iniciado outro, em Macabu, junto ao patronato lá existente, aproveitando-se as condições favoráveis, por termos ali instalações facilmente adaptáveis, alunos prontos a aprender e por ser centro de regiões que vai se tornando acentuadamente pastoril.

PROBLEMAS DE TRANSPORTE

Ao lado destes problemas, e como parte, indispensável, de uma organização razoável em matéria de indústria pastoril, está o dos transportes, que no caso da produção leiteira, assume proporções de mais alta relevância.

São realizadas em condições as mais adequadas, de custo e rapidez, poderão atender as suas finalidades.

Basta lembrar que o tempo médio, gasto entre a ordenha e o consumo oscila entre 72 e 96 horas, ou sejam 3 ou 4 dias. Excepcionalmente 48 horas.

Conheceis bem o problema. Precisamos de carros próprios, trens com horários certos.

Mas, na realidade, temos carros inadequados, e trens fora dos horários.

O Governo sabe tudo isso e está agindo. Mas a ação infelizmente, não pode ter a rapidez desejada, tantos são os fatores e obstáculos a remover.

PROBLEMAS DE CRÉDITO

Mas, meus patrícios — todo este programa de aperfeiçoamento da produção agro-industrial — instalações higiênicas para a ordenha, tapumes e cercas para as pastagens — organização de forrageamento racional, e forragem conservada colhida no período da abundância, aquisição de alimentos concentrados, notadamente dos proteínicos; obtenção de reprodutores de bom padrão; melhoramento das usinas de conservação e industrialização, tudo isso não se faz com esforços de imaginação, com palavras que o vento leva, com promessas falazes, de que o contribuinte está farto, e que o povo já não aceita.

É necessário dinheiro para realizá-lo — a prazos razoáveis, a taxas também razoáveis, mas, sobretudo que não falte no momento oportuno, porque é preciso que se diga, que o produtor, mais do que juros baixos talvez, necessita de dinheiro, que lhe seja concedido quando tem dele necessidade.

Já conheceis, neste sentido, o programa do governo, amplamente desenvolvido, em declarações e discursos, do Governador Macedo Soares, e claramente anunciado, como pensamento do governo, na Primeira Reunião dos Prefeitos Fluminenses, nos seguintes termos:

"Já agora pode o Governo do Estado do Rio anunciar que o Banco Auxiliar da Lavoura, terá caráter exclusivamente agrícola, estabelecimento semi-oficial, pela participação de capitais e de direção com representantes das classes produtoras: com critérios adequados às diversas finalidades, isto é, financiamento da entre-safra, aquisição de máquinas, adubos, reprodutores, e material agrícola, crédito orientado com assistência técnica, para pequeno produtor, e novas culturas, garantias de aquisição de safra, a preços mínimos para o produtor; carteira de crédito hipotecário, para a aquisição de propriedades e melhoramentos que exijam longo prazo de recuperação, com emissão de letras hipotecárias".

Estas palavras, pronunciadas em fevereiro do corrente ano, na Reunião dos Prefeitos, eu as confirmo agora, e informo, que a organização do crédito agrícola do Estado, está apenas dependendo da aprovação das medidas solicitadas por Mensagem do Senhor Governador Macedo Soares, à Assembléia Legislativa do Estado, e na qual é pedida a autorização para uma emissão de apólices, até o montante de cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

Estas apólices, caucionadas, permitirão obter recursos para o capital inicial do Banco da Lavoura. Dos cento e vinte milhões obtidos por caucionamento das apólices, cerca de um terço serão destinados à criação de crédito agrícola.

Como vêdes as promessas do Governo estão se cumprindo e estou certo de que a Assembléia Legislativa com seu espírito esclarecido ultime as necessárias medidas — que dela dependem — para que o nosso Estado possa ter organizado seu Banco — Banco que viva para a lavoura — e não viva da lavoura como tive oportunidade de dizer — agora tenho a satisfação de confirmar.

Se demorei no estudo destes problemas é com a certeza de que os expondo aqui, à vossa consideração, serão examinados e criticados, com a maior franqueza, e que com a vossa colaboração havemos de encontrar para êle, soluções justas e adequadas.

Contamos com a colaboração do Governo Federal, pelo seu órgão que mais de perto atende às finalidades da lavoura e da pecuária, e em boa hora entregue às mãos experimentadas do Ministro Daniel de Carvalho, e também podeis contar com a ação vigilante do Governador Macedo Soares, que se inscreveu entre os mais ardorosos ruralistas do nosso país.

Já destes de vossa capacidade, demonstrações sobejas, e de que este certame é sem favor e sem dúvida, uma demonstração brilhante e evidente.

Falando-vos com franqueza e sem reboques quero que as palavras finais destas declarações, sejam de votos de felicidade pelo sucesso deste certame e da pecuária fluminense, aqui tão brilhantemente representada, renovando-vos os agradecimentos que vos apresento, em nome do Governador Macedo Soares, pela valiosa contribuição que ela está dando à economia da nossa velha e gloriosa província, e que, pelos vossos esforços está se integrando entre as mais prósperas regiões do nosso Brasil.

Em nome da Associação Sul Fluminense falou o Dr. Heitor Alves Barreira, Vive-Presidente, em exercício e Presidente da Comissão Executiva.

Referiu-se à situação precária do criador fluminense, em face da falta de braços, da majoração de todos os impostos, da falta de elementos para o tratamento dos rebanhos finos, etc.

Tratou, ainda, da situação do leite destinado ao consumo na capital da República e defendeu a existência de um centro único de recebimento, fiscalização e distribuição do leite do Rio de Janeiro, desde que o entreposto de Triagem está em condições de manipular todo o leite que entra neste momento, com grande reserva de capacidade para o aumento que se verificar em muitos anos vindouros.

Eis o seu discurso:

A Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, nascida do idealismo de um grupo de criadores fluminenses e mantida como um imperativo das necessidades da classe, teve, desde o princípio, ponderável auxílio material dos poderes públicos federal, estadual e municipal, e ao promover a III Exposição Agro-Pecuária Sul Fluminense, conta pela segunda vez com a presença de V. Excia. e de altas autoridades governamentais da República e do Estado do Rio, presença que constitui, para nós que aqui labutamos, motivos de justificado júbilo e incentivo para que, sob o apóio moral que ela representa, possamos continuar trabalhando para um desenvolvimento, cada vez maior, das nossas atividades, em benefício do melhoramento da nossa produção agro-pastoril; num esforço conjugado e, por isso mesmo, crescentemente fortalecido e eficiente.

Não fora, também, a abnegação dos criadores e agricultores do Sul do Estado que, no começo de nossa organização, numa compreensão perfeita dos seus deveres e responsabilidades para com a classe a que pertencem, atenderam ao apelo para uma campanha financeira de que resultou a instalação deste recinto e a dedicação daqueles outros que, anos a fora, vêm dando à Associação a sua assistência, em um trabalho perseverante e construtivo, dificilmente poderíamos hoje apresentar o espetáculo que aqui temos.

Sr. Governador:

Até o ano de 1922, aproximadamente o sul fluminense possuía, como fruto da iniciativa particular, numerosos rebanhos, altamente selecionados, de animais das raças Holandêsa, Jersey, Guernesey, Schwyz etc., que apresentavam notável produção de leite, além de constituírem, muitos deles, fonte de criação de reprodutores finos.

A partir daquela época, a ação conjugada e o perfeito entendimento comercial de 2 ou 3 entrepostos, detentores únicos da entrada e distribuição de leite no Rio de Janeiro, de que resultou uma política baixista e totalmente contrária aos interesses dos criadores, determinou o desânimo dos pecuaristas que, não podendo abandonar prontamente os seus rebanhos, lançaram mão do recurso de se fazerem mais criadores do que produtores de leite. Prevendo maiores resultados na criação de bezerras para corte, apelaram para a intromissão nos seus rebanhos do sangue das raças indianas, que produ-

zindo mestiços fortes por excelência, suportavam a manutenção da exploração de leite de suas mães e depois, embora sacrificados no desenvolvimento, ainda representavam preços compensadores nos frigoríficos.

O resultado dessa situação foi a queda gradativa da produção de leite na vale do Paraíba, principal centro de exportação do produto para a capital da República.

Tal situação se agravou de ano para ano, até que em 1940, quando não mais era possível retardar uma providência que puzesse termo à ganância dos entrepostos e a angústia dos produtores, tomou o Governo federal a iniciativa de, com a assistência dos Governos estaduais interessados diretamente na produção do leite e da Prefeitura do Distrito Federal, centro principal de consumo, promover entendimentos entre produtores, usineiros, entrepostos, varejistas, técnicos em laticínios e consumidores.

De tais entendimentos, presididos pelo Interventor federal no Estado do Rio, tanto quanto das entrevistas dadas à imprensa, concluíram todos os interessados, inclusive compradores e distribuidores de leite, pela necessidade de criação de um centro único de recebimento, manipulação e distribuição do leite e seus produtos, no Rio de Janeiro.

Atendendo a essas necessidades e para que fosse possível realizar providências objetivas, criou o Governo Federal, em julho de 1940, a Comissão Executiva do Leite a quem atribuiu no inciso s do art. 2.º do Decreto que a instituiu, a obrigação de "promover a construção do Entreposto Central do Distrito Federal e as usinas de beneficiamento e de aproveitamento dos excessos de leite".

No art. 3.º estabelecia o mesmo decreto que, sob a responsabilidade dos Estados do Rio e Minas Gerais e da Prefeitura do Distrito Federal, seriam realizadas operações de crédito para as desapropriações e aquisições de imóveis, construção do entreposto central e sua movimentação.

Dando cumprimento a essas determinações, iniciou a Comissão Executiva do leite a construção do Entreposto de Triagem, com capacidade para receber e manipular, aproximadamente, quatrocentos mil litros diários de leite, ao mesmo tempo que estimulava e mostrava a necessidade de se congregarem todos os produtores de leite em cooperativas, fazendo desde logo uma demonstração da importância que passaria a ter a classe, na defesa dos seus interesses, no dia em que as cooperativas se unissem numa corporação que fosse, no Rio de Janeiro, recebedora e distribuidora da produção oriunda das usinas do interior, organizadas cooperativamente.

Considerando o Governo de S. Excia. o Sr. Presidente da República oportuna a extinção da Comissão Executiva do Leite, foi baixado o decreto de 11 de setembro de 1946 que a extinguindo transferiu à Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. o seu patrimônio e atribuiu à nova entidade, no parágrafo a, do Art. 5.º, a obrigação de "organizar e manter perfeito serviço de recepção, tratamento, engarrafamento e distribuição, em grosso, do leite destinado ao consumo do Distrito Federal".

Como se vê, manteve o decreto o Entreposto de Triagem na posição de centro recebedor e distribuidor do leite, destinado à população Carioca e não fôra assim, não se justificava que a Cooperativa Central arcasse com as responsabilidades ma-

teriais de obra de tamanho vulto, ainda em período de construção e, portanto, produzindo despesas elevadas, principalmente se considerarmos que, terminada a sua instalação terá capacidade para quase o dobro do leite distribuído no Rio de Janeiro, visto que a entrada atual é, aproximadamente, de 225.000 litros e terá Triagem capacidade para 400.000.

Não desejamos, Snr. Governador, a existência única de um centro comercial de aquisição e venda do leite para o Rio de Janeiro, não queremos esse privilégio para a Cooperativa Central, mesmo porque seria mantermos o espírito de "trust" e isso seria inconcebível num País democrático, cujo governo tem dado provas inequívocas de seu elevado espírito de justiça e imparcialidade, com que vem cumprindo a sua promessa de que seria o Presidente de todos os brasileiros.

Queremos, apenas, que reconheça a administração a desnecessidade de serem autorizadas novas construções de entrepostos, quando dispõe o Distrito Federal de um estabelecimento modelar, com capacidade para mais do que as necessidades atuais e que bastará ainda por muitos anos, onde poderão ser centralizados e, por isso mesmo tornados mais eficientes, todos os serviços de fiscalização sanitária, transporte e desembarque das estradas de ferro, controle de estradas e distribuição — e cujas taxas de passagem contribuíram para a normalização da situação econômica e para que pudessem ser terminadas as obras do Entrepasto de Triagem, transformado, de acordo com o espírito da lei que transferiu à Cooperativa Central, em estabelecimento de utilidade pública e centro de controle e fiscalização do leite consumido no Distrito Federal.

Aproveitem os criadores do Sul do Estado, esta oportunidade, para dizer a V. Excia., em quem reconhecem o sincero propósito de conhecer e atender as necessidades dos produtores do Estado, ser precária a situação daqueles que promovem o abastecimento da Capital da República.

Fatores diversos vem contribuindo, uns influenciando sobre a produção e outros afetando a recompensa econômica dos seus esforços e não permitindo que os capitais investidos nas suas propriedades apresentem rendimento justo.

Os primeiros decorrem da falta quase absoluta de forragens concentradas no mercado, sem as quais impossível se torna uma produção correlata com a qualidade dos rebanhos que, quanto mais finos, maiores exigências apresentam; exigências que não podem ser atendidas pelas nossas pastagens empobrecidas em quantidade e qualidade, graças à exaustão de nossa terras, que prestaram sua contribuição à riqueza dos cafeais fluminenses e hoje, depois de outros muitos anos de exploração e uso como centro de produção pastoril, não contam sequer com o braço suficiente para o seu tratamento.

E a falta de trato das terras cançadas do Estado do Rio constitui uma das peças de verdadeiro círculo vicioso.

Há falta de braços e os poucos encontrados são de tal modo caros que o fazendeiro, cujas rendas não podem ser equiparadas às da indústria, se vêem forçados a paralisar as suas atividades, exigindo das suas terras apenas o que elas podem dar. Por outro lado o trabalhador rural, humano como o da indústria, precisando viver melhor e tendo a noção de que somente mais remunerado poderá ter e proporcionar aos seus, uma vida em que sejam atendidas as exigências da alimentação e de conforto

físico e social, emigra para as cidades, ou para os centros industriais.

Os fatores a que me referi, como atuantes sobre a recompensa do trabalho e a renda de capital, são aqueles que diminuem o valor da produção.

São as grandes distâncias a serem percorridas por um produto como o leite, facilmente deteriorável, transportado por estradas onde somente os cargueiros transitam, determinando que após muitas horas de viagem, exposto ao sol, chegue à usina de beneficiamento com elevado teor de acidez e sujeito a desnatagem, se não à inutilização.

E' a precariedade dos transportes na estrada de ferro, sujeitos a frequentes atrasos, em carros impróprios, velhos e sem meios de proteção do produto, pela conservação do frio, ocasionando nova deteriorização entre a usina e o entreposto, onde novamente a acidez estabelece outras e elevadas perdas.

E' a situação econômica da Cooperativa Central, arcando com pesados ônus dos imóveis que encampou, continuando obras e, por tudo isso, exigindo o desconto de novas taxas das Cooperativas associadas; não contando com latame em boas condições de conservação, situação que permite e proporciona o estrago e perda de leite durante a viagem e manipulação.

E a essa situação difícil para o criador fluminense se juntou o aumento dos impostos que pesam sobre as suas propriedades e sobre as suas explorações; aumentos que se tornaram imperiosos, pela necessidade do Governo de V. Excia. de normalizar a situação econômica do Estado e de promover novos empreendimentos, além de ter de continuar obras iniciadas, cuja paralização acarretaria prejuízo para o plano de recuperação e desenvolvimento, empreendido pela administração estadual. Mas é frágil reconhecer que tais aumentos vieram atingir a iniciativa particular precisamente num período de crise econômica, em que a elevação do preço de todas as utilidades e a majoração dos padrões de salários, contrastam com o vulto da produção.

Reconhece, entretanto, o criador Sul Fluminense que deve contribuir com a sua quota de sacrifício em benefício das atividades governamentais, empenhadas na melhoria do nível de vida das populações rurais, necessitadas de assistência médica, de proteção contra as moléstias endêmicas, de ensino e de vias de transporte e comunicações, mas apela para V. Excia. no sentido de ser feita uma revisão da lei orçamentária que determinou o aumento do imposto territorial, de todos o que mais pesadamente atingiu a exploração rural.

Snr. Governador.

Acaba V. Excia. de realizar uma visita ao Município de Barra do Pirai, como antes fez a outros do Norte do Estado e há poucos dias ao de Vassouras.

Sabem as populações fluminenses dos elevados propósitos com que vem V. Excia. percorrendo o interior do Estado, fiel à sua política de verificar as necessidades e programa-las para realizar e aproveitar a Associação Sul Fluminense a oportunidade para secundar um gesto da população de Barra do Pirai que em abril deste ano encaminhou a V. Excia. um abaixo assinado, com cerca de 500 assinaturas, pedindo a restauração de uma estrada centenária que ligava os Municípios de Barra do Pirai,

Valença e Vassouras com um percurso de apenas 20 quilômetros.

Estrada que partindo de Barra do Pirai e seguindo pela margem esquerda do rio Paraíba vai atingir a Vila de Juparanã, distrito do Município de Marquês de Valença, tendo antes alcançado a ligação Juparanã — Barão de Vassouras, distrito do Município de Vassouras.

Será uma estrada inter-municipal de vital importância para a ligação dos três municípios e centro de escoamento dos produtos de grandes e boas propriedades rurais, cujos proprietários precisam atravessar o rio Paraíba, em canoas, para que possam alcançar a estação de Demétrio Ribeiro, da Central do Brasil. A abertura dessa estrada vem sendo objeto de estudos e interesse do Sr. Prefeito da Comarca Municipal de Marquês de Valença que, nesse sentido, teve entendimentos com a Prefeitura de Barra do Pirai.

Em nome, pois, dos criadores fluminenses dessa região, apela a Associação Sul Fluminense para V. Excia. no sentido de ser restabelecida essa importante estrada de rodagem, com apenas 18 quilômetros a restaurar.

Terminando Sr. Governador quero agradecer a V. Excia. o auxílio inestimável que, para realização de mais este certame nos prestou o Governo do Estado do Rio, através da sua Secretaria da Agricultura, em boa e feliz hora entregue à competência técnica e operosidade do Dr. Edgard Teixeira Leite.

Não fôra o auxílio econômico e a cooperação dos funcionários da Divisão de Produção Animal, tendo à frente o Dr. Joaquim Sizino Rocha, bem diferentes poderiam ser as condições de sua organização e a eficiência de seus trabalhos.

Igualmente agradeço, em nome da Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, ao Ministério da Agricultura, na pessoa de S. Excia. o Sr. Ministro Daniel de Carvalho a ajuda econômica, a colaboração e a assistência do Departamento Nacional da Produção Animal.

A V. V. Excias. e a tôdas as demais autoridades que nos honraram com a presença na inauguração deste certame, onde se vê refletido o desenvolvimento da pecuária no Sul do Estado do Rio e o esforço dos nossos criadores, apesar de tôdas as dificuldades e carências já apontadas, apresento os mais sinceros agradecimentos da Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais.

ENCERRAMENTO

Com a presença do Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Dr. Sisino Rocha, Diretor da Produção Animal no Estado do Rio, Dr. Paulo da Silva Fernandes, Presidente da Associação Rural e demais membros da Diretoria e da Comissão Executiva da III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense, teve início a cerimônia de encerramento.

Usou da palavra o Dr. Heitor Barreira que, em vibrante discurso, manifestou a satisfação da Associação pelo êxito obtido e agradeceu aos criadores

o apôio à Diretoria, e à Secretaria de Agricultura a assistência e colaboração infatigável dos técnicos da Divisão de Produção Animal do Estado, chefiados pelo Dr. Sisino Rocha e ao comércio e população de Barra do Pirai a ajuda material e o apôio moral prestados.

Discursou a seguir o Dr. Edgard Teixeira Leite, que se congratulou com a Diretoria da Associação e com os criadores pelo sucesso verificado na III Exposição e, reafirmando os propósitos da sua administração de prestar à Associação todo o apôio, formulou votos para sucessivas vitórias da classe.

Relação dos produtores distinguidos com os principais prêmios

BOVINOS

RAÇA HOLANDESA (Preta e Branca)

MIRON — **Campeão** — Prop. do Sr. Antonio dos Reis Meireles, Faz. Santana — Marquês de Valença — Estº do Rio.

ALBATROZ — **Vice Campeão** — Prop. das Estâncias Duviver S/A., Faz. Piabanha — Três Rios — Estº do Rio.

BALTAZAR AJAX — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Andrade Dias, Sítio S. Geraldo — Jacarepaguá — Distrito Federal.

FAZENDÃO — **1.º Prêmio** — Prop. dos Srs. J. Honório & Irmãos Ltda., Faz. Sta. Clara — Sta. Rita do Jacutinga Estº de Minas.

ALOMA — **1.º Prêmio** — Prop. das Estâncias Duviver S/A., Faz. Piabanha — Três Rios — Estº do Rio.

PUREZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Carlos Simões Louro Faz. Stº. Antônio — Três Rios — Estº do Rio.

PRINCEZINHA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Antonio dos Reis Meirelles, Faz. Santana — Marquês de Valença — Estº do Rio.

(Vermelha e Branca)

GRAJAU BARTHO — **Campeão** — Prop. do Sr. Ede Nogueira de Oliveira, Faz. Paraíba — Barra do Pirai — Estº do Rio.

SULTÃO — **Vice Campeão** — Prop. da Fazenda Ponte Alta, Barra do Pirai — Estº do Rio.

CUICA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Ede Nogueira de Oliveira, Faz. Paraíba — Barra do Pirai — Estº do Rio.

RAÇA JERSEY

1.º PRÊMIO DE CONJUNTO — **Dandy Favorito** — **Goldenrod Briar Rose** — **Pureza** — **Fair View Vivi** — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. da Vitória — Barra do Pirai — Estº do Rio.

CAMPONIO COMARY — **Campeão** — Prop. do Dr. Alfredo Barreiro — Faz. S. José da Gramma — Pirai — Estº do Rio.

DANDY FAVORITO — Vice Campeão — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. das Vitórias — Barra do Pirai — E. do Rio.

JOÃO DE JACAREPAGUÁ — 1.º Prêmio — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Vassouras — Estº do Rio.

BACURÁU — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Hugo Lengruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

TERCEIRA — 1.º Prêmio — Prop. dos Sr. Dr. Nathanael Soares da Rocha e Orlandino Klotz — Faz. Boa Morte — Rezende — Estº do Rio.

PUREZA — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. das Vitórias — B. do Pirai — Estº do Rio.

LIMEIRA DO PIABANHA — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. Alfredo Barreiro — Faz. S. José da Grama — Pirai — Estº do Rio.

GOLDENROD BRIAR ROSE — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. das Vitórias — B. do Pirai — Estº do Rio.

DIVISA — 1.º Prêmio — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Faz. Sta. Helena — Vassouras — E. do Rio.

E SPIGA — 1.º Prêmio — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena. Faz. Sta. Helena — Vassouras — E. do Rio.

DUQUEZA — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. José Luis Corrêa — Faz. Sobradinho — Barra Mansa — Estº do Rio.

BOLÍVIA — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

RAÇA GUERNSEY

ABAIBA HONRADO — Campeão — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

LEBLON — Vice Campeão — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — E. do Rio.

MEIYER — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — Estº do Rio.

FAIRLAWN MAXIM'S INSTRUTOR — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

DURO DO RIO NOVO — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. — Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

CLARIM DO RIO NOVO — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

CATITA DO RIO NOVO — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

DULCINÉIA DO RIO NOVO — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. do Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

GRANJA — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — Estº do Rio.

RAÇA SCHWYZ

CARITO DE STA. CECILIA — Campeão — Prop. do Sr. Antonio de Barros Carvalho — Faz. Sta. Cecília — B. do Pirai — Estº do Rio.

METEORO — Vice Campeão — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Ohio — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

ESTILO DAS ANDORINHAS — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

HORIZONTE DAS ANDORINHAS — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

GRANITO DAS ANDORINHAS — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

LIBERDADE — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Antônio Barros Carvalho — Faz. Sta. Cecília — B. do Pirai — Estº do Rio.

GOYA DAS ANDORINHAS — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

FELICIDADE DAS ANDORINHAS — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

RAÇA RED-POLLED

RIO GRANDE — 1.º Prêmio — Prop. da S/A. Frigorífico Anglo — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Estº do Rio.

BELEZA — 1.º Prêmio — Prop. da S/A. Frigorífico Anglo — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Estº do Rio.

RAÇA DUQUÊSA

DIAMANTE — Campeão — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

CONTINO — Vice Campeão — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

PROVINCIA — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

FORMCSA — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

RAÇA GUZERAT

COMPLETO DA GUZARATA — Campeão — Prop. da Fazenda Guzarate Ltda., — Itaguaí — Estº do Rio.

RAÇA GYR

CASTELO 2.º — Campeão — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Ohne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

MONTE CASTELO — Vce Campeão — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Ohne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

CARACOL — 1.º Prêmio — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

GANDI — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Ohne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

UBERABA — 1.º Prêmio — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Ohne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

RAÇA INDUBRASIL

SULTÃO — **Campeão** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

BRASIL — **Vice Campeão** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

DUQUÊSA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

LAGUNA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

RAÇA NELORE

JAÚ DA INDIANA — **Campeão** — Prop. da Fazenda Indiana Ltda., — Pirai — Estº do Rio.

CACIQUE — **Vice Campeão** — Prop. das Estâncias Duvivier S/A., — Faz. Piabanha — Três Rios — Estº do Rio.

NAIPE DA INDIANA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda Indiana Ltda. — Pirai — Estº do Rio.

MUZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Pessoa Guerra — Faz. Boa Vista — Pirai — Estº do Rio.

EQUINOS**RAÇA MANGALARGA**

DANUBIO — **Campeão** — Prop. dos Srs. Joaquim Souza & Filhos — Faz. do Pocinho — Barra do Pirai — Estº do Rio.

CIGANO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Cecil Murray Pearman — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Estº do Rio.

GEMADA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

RAÇA CAMPOLINA

CATIVO — **Campeão** — Prop. do Snr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêgo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

GUAPORÉ — **Vice Campeão** — Prop. do Snr. José Alves Pimenta — Faz. Santana — Barra do Pirai — Estº do Rio.

GALÁ — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêgo — Paraíba do Sul — E. do Rio.

RUMBA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Sylvio Lemos Campos — Faz. Sta. Cecília — Vassouras — Est. do Rio.

COMÉDIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêgo — Paraíba do Sul — E. do Rio.

RAÇA INGLESA

GUARANÍ — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Waldir Esteves Guimarães — Faz. Chacrinha (Cia. Agro-Pecuária) — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

LOLY — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

PREDILETA — **1.º Prêmio** — Propriedade da Fazenda Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

GAIVOTA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

EQUINOS (Diversas Raças)**1/2 SANGUE ÁRABE:**

SANTAREM — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

SHETLAND-PONEY

PALHAÇO — **Campeão** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

PIBE — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

QUEIÔOSA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

RUMBA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lengruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

WELSH-PONEY:

OBSCURA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

AZININOS**RAÇA CATALÃ:**

PETROPOLIS — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

CATALUNHA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Estº do Rio.

RAÇA PÊGA:

ZAZ TRAZ — **1.º Prêmio** — Prop. da Proprietária Loteadora Montanhês S/A. — Faz. Sta. Angélica — Pirai — Estº do Rio.

MUARES

ROSADA — **1.º Prêmio** — Propriedade do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

FALANGE — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Estº do Rio.

OVINOS

CONJUNTO — **1.º Prêmio** — 1 macho — 1.º prêmio — 1 fêmea — 1.º prêmio — 1 fêmea — 2.º prêmio — Prop. do Sr. Durval Marcondes Godoy — Faz. Castelo — Rezende — Estº do Rio.

DIANA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

CAPRINOS

CRIOULO — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João Guilherme de Moraes — Rua João Pessoa, 1889 — Barra do Pirai — Estº do Rio.

ESTRELA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Estº do Rio.

A 1.ª Semana do Hortelão na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Reportagem para "A Lavoura" pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Em virtude de acôrdo assinado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas realizou a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", e o fez com grande êxito, a "1.ª Semana do Hortelão".

balho, foi mais um valioso serviço que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, prestou à educação rural e, especialmente, aos pequenos lavradores.

Aliás, ela sempre foi a casa do pequeno lavrador, e disso se orgulha.



Professores e "semanistas" da 1.ª Semana do Hortelão, na E. H. Wenceslão Bello

No período de 5 a 10 de julho, a Escola manteve, sob regime de internato, inteiramente gratuito, 25 (vinte e cinco) pessoas residentes no interior, interessados nas explorações horticolas, além de numerosos semi-internos, que frequentavam as aulas e faziam refeições na Escola.

A 1.ª Semana do Hortelão, que se desenvolveu em um ambiente de perfeita cordialidade e, sobretudo, de muito tra-

Pelos dados que se seguem, pode-se avaliar o trabalho intenso de que foi palco a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

AULAS

Durante a 1.ª Semana do Hortelão, foram ministradas 27 aulas, assim distribuídas:

4 aulas pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, — 4 aulas pelo Profes-

sor Subael Magalhães da Silva, — 4 aulas pelo Professor J. M. Martholo, — 4 aulas pelo Assistente Romeu Rampazzo, — 4 aulas pelo Professor Antônio de Arruda Câmara, — 2 aulas pelo Professor Pedro Goulart da Silveira Filho, — 2 aulas pelo Assistente Severino Gonçalves Câmara, — 2 aulas pelo Assistente André da Silva Neto, — 2 aulas pelo Assistente Agrícola Castelo Borges: perfazendo um total de 40 horas de aula, isto é, sete horas e meia de horas de aula diariamente, exceto no sábado, que, em virtude do encerramento às 11,00 horas, só foram ministradas três horas e meia de aula.

RELAÇÃO NOMINAL DOS SEMANISTAS INTERINOS

1 — Antônio de la Peña Rocha, Bolívia; 2 — Adriano Alberto Teixeira, D. Federal; 3 — Agostinho Dias da Trindade, D. Federal; 4 — Dirceu Ramos Neves, D. Federal; 5 — Henrique da Silva Neto, D. Federal; 6 — João da Silva Azevedo, D. Federal; 7 — Mário Cansan, D. Federal; 8 — Paulo Gomes Soares, D. Federal; 9 — Valdir Gonçalves da Cunha, D. Federal; 10 — Fernando Loureiro, E. Rio; 11 — Oto Surerus, E. Rio; 12 — Adelson Gonçalves, E. Santo; 13 — Artur Valdetaro, E. Santo; 14 — Augusto Guilherme Luis Kruger, E. Santo; 15 — Augusto Koelhert Filho, E. Santo; 16 — Jarbas Castelo, E. Santo; 17 — Manuel Gandeia, E. Santo; 18 — Paulo Kerschhoff, E. Santo; 19 — Aníbal Antônio da Costa, Minas Gerais; 20 — Francisco A. de Arruda Câmara, Minas Gerais; 21 — Francisco Ferreira, Minas Gerais; 22 — José Fróis, Minas Gerais; 23 — Marciano Ribeiro do Vale, Minas Gerais; 24 — Sebastião Ribeiro do Vale, Minas Gerais; 25 — Moacir Lopes da Rocha, Pernambuco.

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES

Durante a semana, foi a seguinte a distribuição das atividades:

6,30 horas, Café; 7,00 às 8,30 horas, Aula; 8,40 às 10,10 horas, Aula; 11,00 horas, Almoço; 12,00 às 13,30 horas, Aula; 14,00 horas, Merenda; 14,30 às 16,00 horas, Aula; 16,10 às 17,40 horas, Aula; 18,00 horas, Jantar; 19,30, Pales-

tra; 20,00 horas, Sessão cinematográfica.

NÚMERO DE REFEIÇÕES

Durante a Semana do Hortelão, forneceu a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" aos semanistas (internos e semi-internos):

a — 350 refeições servidas no almoço;
b — 300 refeições servidas no jantar;
c — 300 serviços de café da manhã;
d — 322 serviços de merenda.

PALESTRAS

Durante a Semana, precedendo a Sessão cinematográfica proporcionada pelo Serviço de Informação Agrícola, foram realizadas, diariamente, às 19,30 horas, palestras com feição objetiva e prática, que provocaram oportunos debates entre os professores da Escola e os Semanistas.

Tais palestras, feitas pelos próprios professores da Escola foram:

a — Considerações sobre os mercados para os produtos hortícolas, pelo Prof. Antônio Arruda Câmara.

b — Considerações sobre a industrialização dos produtos hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

c — Considerações sobre a instrução e o ensino hortícola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

d — Considerações sobre a organização de cooperativas dos horticultores, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

e — Considerações sobre o cooperativismo no Brasil, pelo Prof. Antônio de Arruda Câmara.

CONVIDADOS DO DIA (*)

Durante as refeições, orientaram, após a sobremesa, a conversa dos semanistas, sobre assuntos de natureza técnica, especialistas para esse fim convidados.

Foram as seguintes, as conversas dos convidados do dia:

a — Moléstias dos animais transmissíveis ao homem, pelo Prof. J. Pinto Lima.

(*) Entre os convidados do dia não puderam comparecer por força maior Eurico Santos, Guaráci Lavor e Luís Marques Poliano.

b — O valor do homem rural, pelo Técnico de Educação Rural, Roberval Cardoso.

s — Habitação Rural, pelo Eng. Agrônomo João Gonçalves de Sousa.

d — Animais venenosos, pelo Prof. Frederico Murtinho Braga.

e — O mercado de sementes hortícolas, pelo hortelão Adriano Dantas.

tas, administrador do Horto e Chefe dos trabalhos práticos, auxiliados pelos senhores Henrique da Silva Neto, velho serventuário da Escola, Mário Adílio de Azevedo Carvalho, assistente da Escola e Aloisio Fonseca, presidente do Clube Agrícola "Miguel Calmon", que, de uma maneira perfeita, desempenharam o encargo que lhes fora confiado,



Experiência de um Jeep agrícola, puxando em arado, adaptado na ocasião. Na Boleia, o prof. Subael Magalhães da Silva

f — Combate à doenças e pragas, pelo Prof. Jalmirez Guimarães Gomes.

g — Relações entre vizinhos, pelo Eng. Agrônomo Alberto Ravache.

BEM ESTAR DOS SEMANISTAS

Como era de esperar, o bem estar dos "Semanistas", constituiu preocupação constante de todos os professores, serventuários e alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Para assegurar o bem estar dos semanistas, ficou constituída uma comissão de Bem-Estar, integrada pelo Sr. Adriano Dan-

conforme asseguraram os "semanistas".

Tudo foi feito para que nada faltasse aos "Semanistas", para que êsse se sentissem, na Escola que os hospedava, como se em seus lares estivessem.

Cordialidade, cooperação e boa vontade nunca faltaram para que tudo fôsse assegurado aos "semanistas".

Professores e assistentes, pessoal administrativo, pessoal subalterno, e alunos da Escola, cooperaram com a referida comissão, para que pudesse desempenhar, com êxito seus encargos.

Os "Semanistas" por outro lado, muito cooperaram conosco.

Ambiente de harmonia e fraternidade eis o que se observou durante a nossa 1.^a Semana do Hortelão.

CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

O Clube Agrícola "Miguel Calmon" constituído pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura sob o n.º 1.098, foi fundado em 1945.

É seu atual presidente, o aluno do 2.º ano, Aloisio Fonseca, que tão bons serviços prestou durante a "Semana do Hortelão".

Os componentes do Clube Agrícola Miguel Calmon, isto é, todos os alunos da Escola, cooperaram, com entusiasmo e boa vontade, para que transcorressem sem incidentes, os trabalhos da semana.

Ajudaram, sempre solícitos, em todos os trabalhos; procuraram proporcionar aos semanistas todas as facilidades para que eles se sentissem bem entre nós.

Durante a "1.^a Semana do Hortelão", o Clube Agrícola Miguel Calmon realizou uma sessão extraordinária para receber o Dr. William Simão, chefe da Seção de Clubes Agrícolas do Ministério da Agricultura, que ofereceu, na ocasião, aos alunos uma coleção de ferramentas.

Após a reunião, o Dr. William Simão inspecionou todos os trabalhos realizados pelo Clube Agrícola, retirando-se satisfeito com tudo quanto teve oportunidade de observar.

Os "Semanistas", muito dos quais não sabiam o que eram Clubes Agrícolas que, espalhados pelo país, tantos e tão valiosos serviços tem prestado à educação rural (já existem 1.400 Clubes Agrícolas registrados no Ministério da Agricultura), ficaram muito interessados e entusiasmados com a reunião que tiveram a oportunidade de assistir.

SESSÕES CINEMATOGRAFICAS

Durante a "1.^a Semana do Hortelão" proporcionou a Escola, aos Semanistas, diariamente uma sessão cinematográfica às 20,00 horas, graças a valiosa colaboração da Seção de Ci-

nematográfica do Serviço de Informação Agrícola.

Reunindo o útil ao agradável o Serviço de Informação Agrícola apresentou aos semanistas filmes de interesse geral, técnico e cultural. Durante a Semana foram realizadas meia sessão cinematográficas, e exibidos vinte e um filmes.

O operador Moacir Barreto, do M. A., foi muito solícito e atencioso, esforçando-se para que as sessões cinematográficas decorressem com regularidade.

O HORTELÃO

Durante a semana, circulou um jornal mimeografado, com três páginas em cada número, sempre ansiosamente aguardado pelos Semanistas.

O jornal circulava s quinze e trinta horas e trazia sempre, assunto de interesse para os semanistas.

Circulou durante a 1.^a Semana do Hortelão, seis números de "O Hortelão" com uma tiragem de oitenta exemplares cada número.

VISITAS

Entre os prestimosos amigos da Escola que vieram observar as atividades da 1.^a Semana do Hortelão, podemos destacar o Professor Heitor Vinicius da Silveira Grilo, Secretário da Agricultura do D. F., que focalizou para os Semanistas os problemas da horticultura no D. F., Dr. Amauri Silveira do Serviço de Informação Agrícola, Dr. William Simão e Senhora, da Seção de Clubes Agrícolas, o Dr. Dante Câmara Neiva e Senhora do Ministério da Fazenda, Dr. Júlio Galvão Vaz Cerqueirinho da Defesa Sanitária Animal do Pará, o Dr. Joaquim Cardoso Correia de Miranda da Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, Dr. Clodomir de Azevedo Marques, chefe do Núcleo de agricultura da Escola de Iniciação Agrícola da Bahia, Obter de Lima Pereira, da Escola Agro-técnica de Barbacena, Dr. Abeillard Nazareth do Ministério da Agricultura, Dr. Fausto Norfini, do Serviço de Economia Rural, D. Vera Seixas da Silveira, Sta. Carminda Palheiros, Industrial Florêncio Gomes Soares; Dr. João Gonçalves de Sousa do Serviço de Economia Rural, Dr. Jalmirez Guimarães Gomes da Divisão de Defesa Sanitária Vege-

tal, Dr. J. Pinto Lima do Serviço de Informação Agrícola, Dr. Murtinho Braga da Universidade Rural, Dr. Alberto Ravache do Serviço de Economia Rural e tantos outros visitantes ilustres, além de ex-alunos da Escola que trabalham na Secretaria da Agricultura do D. F.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Conforme estava programado, a sessão solene de encerramento da "1.ª Semana do Hortelão", realizou-se sábado, dia 10, às 11,00 horas.

A sessão foi presidida pelo Dr. Luís Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, tomando assento na mesa o Dr. Rubens Porto, do conselho da F. G. V., o Dr. Melo Flores diretor executivo da F. G. V., o Dr. Carlos Vidal, Vice-Presidente da F. G. V., o Dr. Arruda Câmara diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Dr. Mira y Lopes, do Instituto de Selão e Orientação profissional, o Dr. Honório Monteiro, diretor da Escola Nacional de Agronomia e do Conselho superior da S. N. A., o Dr. Gináias Guimarães diretor da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural e da diretoria da S. N. A., o Dr. Diogenes Caldas, representando o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, e do conselho superior da S. A. A., e o Dr. Luís Alves de Matos, diretor do Departamento de Ensino da F. G. V.

Entre outras pessoas presentes, encontravam-se o Dr. Itagiba Barçante, antigo superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, o Dr. Admator Lima, da diretoria da S. N. A., o Dr. Álvaro Simões Lopes, alto funcionário do Ministério da Agricultura, professores da Universidade Rural, técnicos do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, técnicos do Ministério da Agricultura, Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, professores e alunos da Escola de Horticultura "W. Bello", semanistas etc.

Iniciada a sessão, falou o Dr. Arruda Câmara, Diretor da Escola, que, fez comentários sobre a solenidade que no momento realizava.

Falou a seguir, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que fez um sucinto relato das atividades da 1.ª Semana do Hortelão e dos resultados práticos da colaboração entre a Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Horticultura "W. Bello".

Falaram a seguir, os semanistas Mário Canaan, Fernando Loureiro e Antônio de la Peña Rocha e o Dr. Luís Matos que trouxe a palavra de estímulo do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, que tão intimamente tem colaborado conosco.

Encerrando a sessão, falou o Dr. Luís Simões Lopes que congratulou-se com os semanistas pelo sucesso da semana, e, lamentando a ausência do Dr. Torres Filho, presidente da S. N. A., que se encontrava enfermo, traçou o perfil do incansável batalhador que há cerca de 15 anos dirige os destinos da veneranda associação de classe.

Aos convidados foi servida uma mesa de frutas.

A 1.ª Semana do Hortelão obteve completo êxito, tendo sido atingidos seus elevados objetivos.

A experiência desse primeiro ensaio, servirá para aperfeiçoar, cada vez mais, outras semanas idênticas que venham a ser realizadas.

A Escola de Horticultura "W. Bello" com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, prestou mais um valioso serviço à educação rural.

Os semanistas que tivemos o prazer de hospedar, saíram da Escola, esclarecidos e, sobretudo, iniciados em práticas culturais mais racionais. A semana foi de trabalho intenso e proveitoso.

Estão, pois, de parabéns, os semanistas que ocorreram ao nosso chamado, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", pioneira do ensino hortícola entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura, veneranda associação de classe que há mais de ~~quarenta~~ ^{cinquenta} anos vem defendendo os interesses dos lavradores e criadores do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas, que tão assinalados serviços tem prestado ao país.

CASA DA AGRICULTURA

Lançada a Pedra Fundamental



"Casa da Agricultura" — futura sede da Sociedade Nacional de Agricultura, em início de construção

No dia 4 de junho último, e com a presença de numerosos sócios, diretores, membros do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, e pessoas gradas, às 10 horas da manhã, teve lugar a cerimônia do lançamento da pedra fundamental da "Casa da Agricultura", futura sede da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja construção será iniciada imediatamente.

O Sr. Arthur Torres Filho, que presidia ao ato, realizado no terreno sobre a Avenida Presidente Justo, doado pelo Governo Federal à Sociedade para esse fim, fez a enumeração dos esforços que vêm, há longos anos, sendo despendidos pela direção atual da Sociedade, e pelas outras que a antecederam, todas preocupadas em proporcionar sede condigna à instituição.

Após longos anos de trabalho — declara o Sr. Torres Filho — chegamos ao término da meta mais difícil, qual a

da obtenção do financiamento, e de aprovação das plantas na Prefeitura.

Não quiz a diretoria efetuar a cerimônia antes de completamente vencidos os óbices que se apresentam em tais trabalhos, afim de poder atacar, imediatamente, as obras. Informa das providências já adotadas pela Comissão de Obras, adiantando que os tapumes, os cálculos de carga, e outros serviços preliminares já foram providenciados. O Eng^o. Ary Azambuja, que se encarregou dos projetos e dos trabalhos técnicos da construção, já foi autorizado a apresentar os nomes das firmas que se encarregarão das fundações e dos seguintes trabalhos, de acordo com o sistema adotado de concorrências parciais.

Após uma salva de palmas, foram todos convidados a comparecer a sede atual da Sociedade, a poucos passos do local, para aí assinarem a ata respectiva.

A Alimentação na Bacia do São Francisco

O regime alimentar na bacia do São Francisco difere de uma para outra zona e é, na maioria dos casos, muito pouco variado. Observa-se, entretanto, acentuada influência das condições de abastecimento e dos hábitos, preferências e recursos do povo, na sua constituição.

Os gêneros alimentícios de maior consumo são os obtidos na localidade, e, assim, coincidem os períodos da safra com os de maior fartura.

Os flagelos climáticos, — inundações e, notadamente, as secas —, refletem-se, portanto, nas zonas em que se manifestam, sobre a alimentação.

Nos anos bons, isto é, naqueles de boa produção, há variedade e abundância de gêneros alimentícios. Não se manifesta crise de trabalho, e, sendo os mercados, então, abastecidos com produtos locais, é a população beneficiada, também, pelo menor custo da vida.

As inundações, destruindo culturas e dizimando rebanhos, provocam crises, — escassez e falta de gêneros alimentícios.

As secas constituem calamidade maior. Além de abrangerem, periodicamente, as zonas sertanejas, alcançam, vez por outra, embora com menor intensidade, as do agreste, centro, chapada, planalto oeste, itacambira, urucuia e, médio São Francisco. Nas zonas sertanejas até mesmo à beira rio, são as secas mais frequentes. Em consequência, anos há de escassa e, às vezes, nula produção. Nesses anos de crise e sofrimento, modifica-se, avilta-se mesmo, o regime alimentar. É que, reduzida a capacidade aquisitiva do povo sertanejo, fica a população pobre exposta a maiores dificuldades, chegando mesmo, em alguns casos, a recorrer, para sua alimentação, a escassos recursos silvestres.

À margem do rio e de seus afluentes o peixe é alimento mais ou menos generalizado, e, como tal, acessível à população pobre. Seu consumo, nas zonas afastadas, é limitado, devido as dificuldades de conservação e transporte. Entretanto, com a incipiente industrialização do pescado, vem aumentando,

ANTÔNIO DE ARRUDA CAMARA

3.^o Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

do, progressivamente, o comércio de peixe seco.

A carne é menos acessível à população pobre. É gênero de uso diário, pelo menos em uma das principais refeições, entre os mais abastados. A carne fresca, de gado *vacum*, tem maior consumo nas cidades. A seca, tanto o charque como a carne de sol ou do sertão, é muito apreciada no meio rural. Nas zonas sertanejas a carne de caprinos e de ovinos tem largo consumo. A de porco, tanto fresca como salgada, gosa de preferência em todas as zonas mineiras da bacia do São Francisco.

A caça, que raramente constitui objeto de comércio, concorre, com apreciável contingente, para a subsistência nos meios rurais principalmente nas zonas mais afastadas dos centros de maior circulação.

A farinha de mandioca é consumida em toda a parte e constitui gênero imprescindível, — alimento do pobre que o rico não dispensa, — em todo o centro, norte e nordeste do vale.

O milho, sob a forma de fubá, e, às vezes, de farinha (de monjolo, de pipoca, de fubá, torrado, etc.), canjiquinha (xerem) e canjica (mucunzá), tem maior consumo que a farinha de mandioca, no sul. No centro, norte e nordeste, embora mais variado o número de pratos, é o milho, relativamente, pouco usado na alimentação diária.

O feijão é de consumo generalizado, e entra, mais das vezes, nas principais refeições.

O arroz é mais frequente nas mesas abastadas, sendo, mesmo nessas, muitas vezes substituído pela cangiquinha de milho, na parte sul da bacia.

As hortaliças, exceção feita das zonas situadas no Estado de Minas Gerais, são, relativamente, pouco consumidas. No centro, norte e nordeste, a batata doce, o cará e o aipim (macaxeira) são

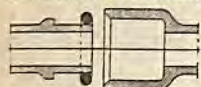
PERFEIÇÃO-PRÁTICA



... em cada

JUNTA!

SIMPLICIDADE E PRECISÃO



A junta Brasilit é executada em poucos minutos, mesmo por pessoal não especializado,



sendo, entretanto, com por cento estanque e de absoluta segurança.

Arco-Artusi-872

É o que se obtém facilmente nos Tubos de Pressão BRASILIT, de ponta e bolsa. Com um só anel de borracha especial, a JUNTA BRASILIT oferece maior segurança - maior rapidez - maior durabilidade - maior facilidade. E além dessas excepcionais vantagens, OS TUBOS DE PRES-

SÃO BRASILIT apresentam as seguintes características: Inteiriços e Monolíticos - Resistentes e Homogêneos - Inalteráveis e de Duração Ilimitada - Inoxidáveis - Leves - Fáceis de Colocar - Econômicos pelo Fácil Transporte, Colocação e Eliminação dos gastos de conservação.



O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

SÃO PAULO

Rua Marconi, 131 - 7.º Andar

RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Antonio Carlos, 201

muito apreciados e, sobretudo no sertão, feijão, fava e milho verdes, abobóras (gerimuns), quiabo e maxixe regalam pobres e ricos nos períodos de fartura.

As frutas não fazem parte essencial da alimentação e, quase sempre, são consumidas fora das refeições.

O leite tem grande consumo nas épocas de maior produção, sendo o de cabra mais acessível, nos meios rurais, às famílias de menores recursos.

São esses, além das aves e ovos, de produção doméstica, os principais recursos alimentares encontrados na bacia do São Francisco. Entretanto, circunstâncias várias, inclusive falta de conhecimentos e de recursos, concorrem para que o regime alimentar, em dados casos, deixe muito a desejar.

Nas zonas rurais predomina, tanto nas exporações agrícolas como nas pastoris o trabalho a "sêco"... quando a "molhado", isto é, com alimentação, — regime pouco freqüente, — é o trabalhador, geralmente, melhor alimentado.

O comum é duas a três refeições diárias além do "café". No primeiro caso almoço e jantar da feitura e composição equivalentes e no segundo almoço, jantar e ceia. O jantar, é, então, a principal refeição.

Os pratos regionais são, nas diferentes zonas, os das regiões a que pertencem — Nordeste e Leste.

Registram-se, aqui e ali, abusões alimentares. E, de entre êles, alguns há que concorrem, poderosamente, para o menor consumo de frutas.

O Imposto de Transmissão de Propriedade no Estado do Rio

Uma reunião na Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu, em 26 de maio último, ao Exmo. Sr. Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro, o seguinte ofício:

"A Sociedade Nacional de Agricultura reuniu, há dias, em sessão especial, grande número de agricultores e pecuaristas fluminenses, individualmente e através de delegações de entidades rurais de numerosos municípios, a fim de estudar a Lei n.º 49-A, de 6 de dezembro do ano passado, visto que tal diploma, aparentemente estranho às classes rurais, apresenta contudo, em suas consequências presentes e futuras, problemas do maior relêvo para a agricultura fluminense.

O estudo da matéria foi aceito pela Sociedade, antes de tudo, pelo desejo de colaboração, e apesar de ter tido a sessão uma ordem do dia previamente estabelecida, outros assuntos de indiscutível oportunidade foram objeto de debates e comunicações. O ambiente da reunião, a que esteve presente o nosso Vice-Presidente, Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Governo de V. Excia., foi o da mais absoluta franqueza na exposição dos fatos, razão por que os debates transcorreram animadamente, ilustrados muitas vezes por informações de S. Exa., sempre oportunas e esclarecedoras.

É justamente o resultado dessa reunião, na sua parte principal, que *data venia*, vimos trazer a V. Exa., com o escopo de, assim, também colaborarmos no trabalho que V. Exa. vem empreendendo em favor das classes rurais do Estado, ao tempo que, em o fazendo, cumprimos o dever que nos impõe a razão de ser de nossa existência: amparar por todos os meios os justos anseios da agricultura nacional.

Encaixado nessa Lei 49-A, de 6 de dezembro de 1947, depara-se o Art. 14 e seu § 2.º, do teor seguinte: "O imposto de transmissão incide também sobre

os imóveis de propriedade de *pessoas jurídicas* quando permaneçam no patrimônio destas por período superior a 33 anos, cobrando-se-lhes a taxa de 4%; "para os imóveis que há 33 anos ou mais, estejam *incorporados* a qualquer título no patrimônio de pessoa jurídica, o imposto é devido na data em que entrar em vigor esta lei, pelo primeiro período, contando-se os demais a partir do dia imediato; para os incorporados ou adquiridos há menos de 33 anos, contam-se os períodos a partir da data da incorporação ou aquisição".

O Art. 15.º fixa a base para o pagamento: "no caso previsto no artigo anterior, a base para cobrança do imposto será o *valor atribuído aos bens* ao fim de cada período de 33 anos".

São estes dois incisos, Senhor Governador, em torno dos quais girou todo o debate, não só pelos onus que acarretam desde logo aos devedores desse imposto, como pelas consequências, em alguns casos desastrosas, que poderão trazer à agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, quando todos apregoam a necessidade da mecanização agrícola a quando se reconhece que esta só poderá ser difundida através de *empresas de agricultura*, dado o custo elevado do equipamento, fora do alcance, geralmente, de um só indivíduo, grava-se a propriedade rural da pessoa jurídica com um imposto retroativo e, o que é mais, impossível de ser calculado. Retroativo porque, desde já, estão as propriedades em tais condições obrigadas ao pagamento do imposto relativo a um *período que passou*, e sem medida porque, baseado no *valor atribuído aos bens*, ao fim de cada período de 33 anos.

Qual o valor de uma propriedade, findo período tão longo? Qual a autoridade que a atribuirá? De que forma será feito o cálculo, e qual o critério para essa atribuição? É de tal maneira vaga a *quantia que uma determinada*

propriedade teria de pagar que se tornaria de todo impossível determinar-se, em balanço, uma percentagem sobre o lucro da exploração, afim de fazer face ao seu pagamento, quando devido. Como disse muito bem um dos agricultores presentes, seria o mesmo que uma letra promissória aceita com prazo de vencimento fixo, mas com o débito em branco.

Notou ele, também, uma flagrante incoerência entre este novo tributo, ainda desconhecido da maioria dos interessados por encontrar-se no bôjo de uma lei de fim diverso, qual o do *impôsto de transmissão de propriedade*, e a evidência que decorre da moralória aos pecuaristas, que reconhece a situação de insolvência da maioria dos fazendeiros que, como se sabe, vive num regime quase deficitário. Assim sendo, como poderá ele formar fundo para ocorrer ao pagamento deste novo tributo?

A injustiça é sobretudo flagrante para aqueles contribuintes cujo primeiro período de 33 anos já esteja vencido. Não existindo a lei, não houve naturalmente a previsão do fundo especial, e não existindo êsse fundo, muitos casos haverá, prevalecendo o dispositivo, em que o fazendeiro terá de hipotecar a propriedade ou vender uma parte dela, para atender à exigência do fisco.

Releve V. Exa., Sr. Governador, notar que no caso especial do pecuarista, produtor de leite, antes de 25 anos não consegue ele chegar ao indivíduo puro-por cruza, partindo do reprodutor macho importado — único meio viável e econômico para melhorar os nossos planteis leiteiros. Sem cruzamento com raças européias e seleção permanente, acompanhada de uma alimentação rica em proteínas, nada será conseguido a não ser vacas de pequena produção de leite o que, incontestavelmente, é anti-econômico. A prática tem demonstrado que a aclimação do gado importado é onerosíssima e apenas em algumas regiões do Brasil tem sido possível.

No Estado do Rio, pelo seu clima e qualidade das terras, o gado leiteiro sofre horivelmente esta adaptação ao meio, sendo devorado pela aftosa e pela tuberculose.

Isto que dizer que o fazendeiro

progresista e consciente, necessita de um largo período a fim de obter bons produtos, o mesmo se dando em relação ao reflorestamento, por que tanto se vem interessando o Governo de V. Exa. Este, com efeito, só é viável se a propriedade permanecer na posse do mesmo proprietário por período maior de trinta anos. Nenhuma essência florestal indígena, considerada madeira de lei, atinge ao estado de corte em menos de 50 anos. O próprio eucaliptus, somente depois de três décadas oferece porte para dormentes, postes, etc.

Assim sendo, o impôsto em questão mais se assemelha a uma punição ao agricultor conservador, empreendedor e idealista, *por ter mantido a sua propriedade*, apesar das vicissitudes da nossa vida rural, de preferência a tê-la retalhado para lotes de recreio, com o que certamente faria muito mais dinheiro e ficaria livre do impôsto ora criado.

Somos apologistas da pequena propriedade, mas também reconhecemos que somente ela não resolve o caso agrário brasileiro. As grandes culturas, a mecanização, o reflorestamento em grande escala, só serão possíveis nas propriedades deste ultimo tipo, e favorecer o seu fracionamento e transmissão não nos parece medida aconselhável.

De resto, teremos de examinar esta lei sob o ponto de vista constitucional. Parece à Sociedade Nacional de Agricultura que ela foge aos preceitos da nossa Carta Magna, porque, conforme se verifica do seu enunciado, *estabelece os impostos de transmissão de propriedade*. Deduz-se do seu contexto, não obstante a denominação dada, que êsse impôsto não recái, absolutamente, sobre *transmissão de propriedade*, pela simples razão de que o imóvel que *continúa a pertencer à mesma* pessoa, por espaço maior de 33 anos, não foi objeto de transmissão.

Aos Estados foi permitido pela Constituição Federal vigente, em seu Art. 19, decretar impostos sobre a transmissão de propriedade imobiliária *inter-vivos* e a sua incorporação ao capital das sociedades. Está evidente, e não pode merecer contestação, a flagrante violação da nessa lei básica.

O simples fato de a lei se referir a impôsto de transmissão não é o bastan-

te é preciso que o seu dispositivo faça o imposto realmente recair sobre a alienação do imóvel; é indispensável que haja, de fato, a transmissão de domínio sobre o imóvel de uma, para outra pessoa.

A própria Constituição estadual, estabelece igualmente que é da exclusiva competência do Estado decretar impostos sobre a transmissão de propriedade *causa-mortis* e transmissão de propriedade imobiliária *inter-vivos* e sua incorporação ao capital das Sociedades (Art. 68).

Examinando-se os dispositivos das duas Constituições, a federal e a estadual, chega-se à conclusão de que são completamente idênticos, e que a Lei N.º 49-A contraria a ambas.

Seria possível admitir-se que uma pessoa jurídica possa transmitir a si mesma bens do seu patrimônio? Como pode haver imposto de transmissão de propriedade quando a proprietária não transmitiu, por qualquer forma, o imóvel a outra pessoa?

Esta lei, Exmo. Snr. Governador, atenta contra o direito da propriedade, ao criar a incidência do imposto de transmissão *inter-vivos* de propriedade imóvel num caso em que, permanecendo o imóvel no patrimônio da mesma pessoa, *ipso-fato* não há transmissão de bens de uma pessoa a outra, *caso único em que é autorizado o imposto pela Constituição Federal (Art 19, III)*.

Entregamos, pois, o caso ao julgamento de V. Exa., certos de que o examinará tendo em vista os altos interesses da agricultura fluminense.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa., com os nossos agradecimentos antecipados, os protestos de elevada consideração e apreço.

Pela *Sociedade Nacional de Agricultura*, Arthur Torres Filho, Presidente.

Pela *Companhia Centros Pastorís do Brasil*, Armenio da Rocha Miranda.

Pela *Companhia Aliança Agrícola*, Alvaro Mendes de Oliveira Castro, Diretor.

Por *Julião Nogueira & Irmão*, Julião Jorge Nogueira.

Pela *Companhia Fazendas Reunidas Normandia*, Carlos Guinle.

Pelas *Estâncias Duvivier, Ltda.*, Eduardo Duvivier.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

QUÉDA DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA, enviou ao Conselho Federal do Comércio Exterior contribuição valiosa sobre as causas presentes e remotas da diminuição ultimamente verificada na produção dessa preciosa fibra, a qual temos o prazer de aqui reproduzir.

1.º — A queda da produção algodoeira no Estado de São Paulo, por unidade de superfície, teve por causa principal o tempo desfavorável verificado nos três últimos anos. Influuiu também, na redução geral da colheita do Estado, o fato de ter sido semeada uma área menor.

2.º — Em maior ou menor escala, foram também responsáveis por essa queda de produção: a diminuição da fertilidade média das terras pelo desgaste, falta de rotação e má técnica no seu preparo e cultivo; a inobservância das exigências ligadas à época apropriada de plantio, ao espaçamento e ao combate às pragas; a falta de adubação; o êxodo do braço rural; as condições desfavoráveis de arrendamento; a falta de maquinária; a utilização de terras inadequadas; e a deficiência de crédito agrícola.

3.º — Parte da queda de produção nesse período pode também ser atribuída aos estragos causados por certas pragas, sobretudo algumas de mais recente observação, como o "percevejo rajado".

4.º — À vista dos elementos técnicos trazidos pelos especialistas, ficou constatado que não há degenerescência nas variedades cultivadas no Estado de São Paulo e que os Órgãos Técnicos Oficiais da Secretaria da Agricultura continuam a dedicar especial interesse não só às antigas variedades, como igualmente às recém-isoladas.

A SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA aprova ainda o parecer da Comissão quanto às medidas que julga devem ser tomadas e as encaminha a Vossa Excelência certa de que serão aceitas e postas em prática para o bem da economia paulista. Essas providências de incentivo à produção dividem-se em dois grupos: o de ação imediata para ainda alcançar a presente safra e o de ação futura.

Constituem providências de ação imediata:

a) — financiamento amplo e imediato aos produtores e maquinistas de algodão, quer na fase da preparação das lavouras, quer na fase do produto colhido: — o crédito agrícola e preço mínimo.

b) — ampliação e intensificação dos serviços técnicos ligados ao incremento da produção, multiplicação de sementes selecionadas, conservação de solos e combate às pragas.

c) — aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de fertilizantes e inseticidas e maquinária agrícola.

d) — intensificação da campanha educativa para adoção de práticas agrícolas adequadas, principalmente no que se refere à época de plantio, espaçamento e rotação de culturas.

Devem constituir providências futuras:

a) — continuidade das medidas de ação imediata.

b) — ampliação e intensificação dos serviços técnicos ligados ao melhoramento das variedades algodoeiras cultivadas ou suscetíveis de serem cultivadas em São Paulo e à experimentação agrônômica em geral.

c) — mecanização das atividades rurais, visando a redução do custo de produção e o maior rendimento do braço agrícola.

d) — organização de um grande plano de conservação dos solos, financiando e premiando as medidas de combate à erosão e assegurando preços compensadores às culturas destinadas a um programa de rotação.

e) — desenvolvimento e encorajamento às organizações de cooperativas de produtores, sob orientação e assistência técnicas da Secretaria da Agricultura, objetivando sobre tudo facilitar o crédito agrícola e difundir as boas práticas culturais.

A Comissão que se encarregou do presente estudo analisou ainda a situação internacional do algodão, em vista da redução dos estoques mundiais provocada pela diminuição das colheitas e pelo aumento do consumo, chegando à conclusão de que a expansão da produção de São Paulo, nos próximos anos, estará assegurada pela colocação de suas sobras exportáveis nos mercados internacionais a preços compensadores.

Julgando ter colaborado com o presente estudo para que o Govrno de Vossa Excelência possa fazer reerguer-se a nossa economia algodoeira, a SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA, pelos seus Diretores abaixo assinados, reitera a Vossa Excelência os protestos de seu mais profundo respeito.

(ass) Engº Agrº LINNEU CARLOS DE SOUZA DIAS
Presidente

(ass) Engº Agrº ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MENDES
1.º Secretário

CRÊME DE MILHO

LUX

EM PACOTES DE CELOFANE
DE 1 QUILO E ½ QUILO

O MELHOR DOS ALIMENTOS
PARA CRIANÇAS E ADULTOS

EXCELENTE EM

Doce, Biscoitos e Mingãos

O PRODUTO DO "MOINHO DA LUZ"
MUITO IMITADO MAIS NUNCA IGUALADO

Exigir a marca "LUX" do seu fornecedor

Sociedade Agrícola de Pelotas

As comemorações do 50.º aniversário de sua fundação.

Com uma grandiosa parada de trabalho, a Sociedade Agrícola de Pelotas comemorará, a 25 de setembro próximo, o seu 50 aniversário de fundação.

Não poderia a instituição que há meio século trabalha proficuamente pelo progresso agrícola do Rio Grande do Sul festejar, de modo mais eloquente e condigno, êsses cinquenta anos de labor fecundo e patriótico. Daqui, como órgão da Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre, desde os primeiros passos, manteve estreita colaboração com a sua congênere de Pelotas, lhe enviamos as nossas saudações e os votos de prosperidade e êxito nos certames que serão agora realizados.

Em outros locais desta revista, como homenagem e cooperação, inserimos as relações das diversas exposições levadas a efeito pela Sociedade Agrícola de Pelotas, desde a sua fundação, e bem assim, outras realizações diversas a que se entregou, com os melhores resultados.

É a homenagem de quem conhece e reconhece os esforços que são necessários para, ao fim de tantos anos, poder apresentar tão grande fôlha de serviços ao país. Somente um entranhado amor à Pátria, e um sem par devotamento à abandonada causa dos campos, poderão realizar e manter, com crescente desenvoltura, tão grandes tarefas.

A Sociedade Nacional de Agricultura foi gentilmente convidada para representar-se nas diversas exposições que se realizarão em 25 de setembro próximo, em Pelotas. O Dr. Luís Simões Lopes, que segue nesta Casa as tradições do seu ilustre pai e nosso saudoso Presidente, Dr. Ildefonso Simões Lopes, foi incumbido, na qualidade de 1.º Vice-Presidente, de levar pessoalmente aos dirigentes da Sociedade Agrícola de Pelotas as nossas homenagens e lá estará, no dia aprazado, para de viva voz testemunhar o apreço em que são tidos os serviços da Sociedade Agrícola de Pelotas, e, o que é mais, o carinho com que guardamos os cinquenta anos de uma colaboração perfeita no comum desejo de bem servir à causa rural do país.

Ainda como testemunho de nossos apêios à data que bem pode ser considerada da agricultura sul-riograndense, a Sociedade Nacional de Agricultura ofereceu uma taça de prata para ser adjudicada nos concursos da 26.ª Exposição Feira de Pelotas, um dos certames com que a Sociedade local comemora a sua grande efeméride.

Além dessa Exposição, serão realizadas mais as seguintes:

- 1.ª Exposição Internacional de Gado Leiteiro;
- 2.ª Exposição Internacional de Equinos Criolos;
- 1.ª Exposição Internacional de Avicultura;
- 7.ª Exposição Brasileira de Gado Holandês;
- 1.ª Exposição de Trigo Nacional.

Exposição de Lãs;
Grande Exposição Industrial;
Exposição Canina;

Exposição de Sementes, além de outros diversos concursos.

A primeira diretoria da Sociedade Agrícola de Pelotas era assim constituída:

Presidente, Dr. José Cipriano Nunes Vieira;
Vice-Presidente, Artur Maciel;
1.º Secretário, Dr. Antônio de Paiva;
2.º Secretário, Dr. Vaz Bento;
Tesoureiro, Custódio B. de Oliveira.

Atualmente, a sua diretoria tem a seguinte composição:

Presidente — Guilherme Echenique Filho, engº. agrº.
1.º Vice-Presidente — João Thomaz Munhoz;
2.º Vice-Presidente — Adolfo Fetter;
1.º Secretário — Paulo O. de Boer, engº. agrº.;
2.º Secretário — Artur Sousa Leite;
Tesoureiro — George Baily Pascal;
Adjunto-Tesoureiro — Mário Mendes de Matos

Diretores: Antônio Rocha da Rosa, engº. agrº.
— José A. P. de Magalhães — José Almeida Colares — Ibsen Viana — Ociro Oliveira Bender, engº. agrº. — Osmy Maciel Ribas.

Suplentes: Adolfo Aranalde — Genuino Faria Ferreira, méd. vetº. — José Maria Moreira.

Conselheiro Fiscal: — João Abrantes — Paulo Simões Lopes — Aldo Cota de Melo.

Suplentes: Amaranto Paiva Coutinho, méd. — Franklin Mendonça de Sousa — Dário da Silva Tavares.

Diretor do Parque: Hélio Xavier.

Conselho Técnico Ayres da Cunha Echenique — Paulo T. Dias da Costa, engº. agrº. — Flávio Farias Rocha, engº. agrº..

Consultas e Informações

Plantio de soja em laranjal:

Esclarecendo a um nosso consócio do Estado do Rio que nos consulta sobre a possibilidade do plantio da soja em um pomar, temos a informar:

a — é viável e, até mesmo aconselhável, o plantio da soja como cultura intercalar no laranjal;

b — o plantio em linhas, distanciadas cerca de 60 cm uma da outra, nas ruas do laranjal, é o mais conveniente. Em cada linha devem ser abertas as covas de 25 em 25 centímetros de distância, colocando-se em cada cova, duas a quatro sementes;

c — a soja pode ser plantada de janeiro a março, ou então, de setembro a Novembro.

Propagação da mangueira:

Respondendo ao nosso consócio A. B., de Minas Gerais, temos a informar:

a — a mangueira pode ser propagada por meio de sementes ou por enxertia;

b — no caso da propagação por meio de sementes, elas devem ser provenientes dos melhores frutos das árvores mais sadias e vigorosas. Uma vez colhidos os frutos deve-se retirar as sementes, limpá-las e lavá-las, tomando-se o cuidado para não ferir a amêndoa, quando se retiram os tegumentos. Devem ser secadas logo após, pois perdem cedo o poder germinativo. A semeadura deve ser feita em canteiros de sementeira, convenientemente preparados;

c — no caso da propagação por enxertia, o método mais comumente empregado é a encostia. A garfagem e a borbúlia quando feitas em épocas apropriadas, tem dado ótimos resultados. A encostia, conquanto trabalhosa, é um processo que dá sempre resultados seguros.

Adubação orgânica:

Esclarecendo a um nosso consócio do Distrito Federal, temos a informar, que a adubação orgânica pode ser feita com:

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico da "A Lavoura"

a — esterco de curral, coqueira, galinheiro etc.;

b — terraço;

c — sangue seco ou fresco, restos de peixaria, etc.;

d — guanos;

e — tortas de amendoim, algodão, etc.;

f — adubação verde;

g — resto das colheitas.

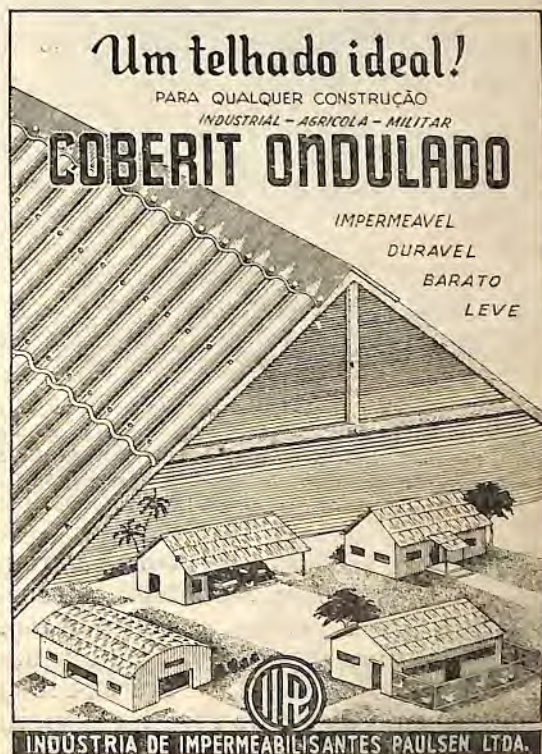
Curso de Floricultura:

Esclarecendo à Srta V. S., do Distrito Federal, temos a informar que a Escola de Horticultura Wenceslão Bello (Caminho Maria Angu 480 — Penha), vem ministrando, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, Cursos Práticos de Floricultura. Os cursos são inteiramente gratuitos e ministrados na sede da Escola.

Um telhado ideal!
PARA QUALQUER CONSTRUÇÃO
INDUSTRIAL - AGRÍCOLA - MILITAR

COBERIT ONDULADO

IMPERMEÁVEL
DURÁVEL
BARATO
LEVE



INDÚSTRIA DE IMPERMEABILISANTES PAULSEN LTDA.

TELEF. 43.3683 Rio de Janeiro CAIXA P. 595

RUA JOÃO CAETANO Nº 189

UNIVERSIDADE RURAL

Lembrando o nome de Fernando Costa por ocasião da posse a 7 de junho último, dos membros do Conselho Universitário, na sede atual.

O Sr. Reitor da Universidade Rural, Prof. Artur Tôrres Filho, pronunciou as seguintes palavras:

Rural, bem merece ser considerado como seu patrono.

Rara fortaleza de alma, de caráter, irradiante simpatia no trabalho, uma intuição exata das necessidades do país, tornarem Fernando Costa, dentro do círculo de suas atividades, o protótipo daqueles pioneiros que desbravaram



Em 10 de outubro de 1947, em comemoração ao aniversário natalício de Fernando Costa, amigos e técnicos do Ministério da Agricultura resolveram reunir-se no local em que o grande ministro erguia a monumental obra que é hoje o C.N.E.P.A., no K. 47 da Estrada Rio S. Paulo. A presente fotografia é um flagrante da dita reunião, na escadaria do Instituto de Ecologia Agrícola e retrata bem o espírito simples e acolhedor de Fernando Costa, o apologista dos ensinamentos da técnica moderna de exploração da terra.

“Realiza-se hoje a primeira reunião do Conselho Universitário, decorridos três meses desde que se iniciaram trabalhos e cursos nas novas instalações da Universidade Rural. Pareceu-me o acontecimento digno de registro e, para isso, sobremodo indicado, recordar a figura daquele que idealizando, organizando planos da atual Universidade

sertões, representando para os demais, exemplos magníficos, motivos de envaidecimento.

Meditando sobre quanto empreendeu e conseguiu, sobre sua vida, pensamos como Teodoro Roosevelt que — “realmente, no mundo, para os homens como para as nações, o que mais vale é o

conjunto da idéia e da ação que realizam”.

A êsse paulista clarividente, entusiasta, progressista, que foi, acima de tudo, um bom brasileiro, quanto ficamos a dever!

Em rápido retrospecto poderemos apreciá-lo, possuído sempre de igual ardor cívico, desde o início de sua carreira.

Vemo-lo ascendendo do município, que foi sua verdadeira escola, escola de trabalho e dentro das condições peculiares ao meio brasileiro — sempre a inquirir quais as necessidades do povo, atendendo simultaneamente à educação, cuidando da saúde pública, promovendo o desenvolvimento das fontes de riqueza.

Depois, como membro do Congresso Estadual de S. Paulo onde sua atuação se impôs, desde logo, por uma visão segura dos interesses da coletividade.

Passando a Secretário da Agricultura, sua capacidade realizadora logo se impôs, logrando repercussão em todo o país.

Acontecimentos imprevistos da vida nacional pareciam haver interrompido o curso de sua brilhante carreira de homem público, mas felizmente, em maio de 1937, vamos vê-lo assumir a direção do Departamento Nacional do Café. Ai coerente com suas idéias, desde logo, traça seguro programa para combater a super produção, sem sacrifício para os produtores e para a economia nacional, incentivando a campanha dos cafés finos. Achava-se em boas mãos a política cafeeira, pois, Fernando Costa advogava a liberdade do comércio para êsse produto, dando ao Brasil o legítimo direito de ser o maior produtor mundial, não só quantitativa como qualitativamente.

Decorrido pouco tempo dessa investitura, era o notável orientador chamado ao cargo de Ministro da Agricultura.

Acolhido, desde logo, favoravelmente pela opinião pública que nele viu um *right man in the right place*, demonstrou a larga experiência que adquirira das questões fundamentais da nossa economia agrícola. Pôs-se, sem perda de tempo, a movimentar a máquina administrativa, levando o espírito de

seus auxiliares diretos, expondo-lhes a obra que se propunha realizar, encaminhando para as devidas soluções os problemas agrícolas e assim, interessando tôdas as zonas do país.

Dotado de enorme capacidade de trabalho, destituído de vaidade, da morgue inerente às posições de relêvo, acessível a sugestões, sabendo tirar de tudo um alto proveito, acolhia, em seu gabinete quantos o buscavam — sem estabelecer distinção de classe e posição.

Foi, incontestavelmente, com aquelas maneiras simples, lhanas que trouxera do interior paulista, do tempo, talvez, de Prefeito da Pirassununga, um tipo raro de administrador em nosso país, um tipo comparável a Jefferson, o campeão da Democracia e da Agricultura da América do Norte, de quem possuía a mesma ante-visão, o mesmo sentido humanitarista.

A mola principal de ação individual, tôda a eficácia que possuía advinham da bondade, da compreensão dos homens e das coisas.

Mantinha o hábito de receber não somente aqueles que solicitavam explicações e favores peculiares à sua pasta, mas também a literatos, artistas que lhe conheciam o pendor pelo Belo e nele encontravam estímulo e auxílio.

Conquistou, desse modo, devoções sinceras, entusiastas, que muito facilitaram sua ação administrativa, realizada em comunhão com interessados, confundindo-se muita vês, o Ministro, com técnicos, mestres e até operários.

Seus empreendimentos, por vêzes, arrojados, tidos como acima do nosso meio, eram oriundos de seu patriotismo, de uma antevisão dos destinos do país.

Achava que devíamos construir para o futuro, que num país como o Brasil seria um erro não cogitar disso.

Foi um criador de entusiasmos que ignorou sempre o derrotismo.

À frente do Ministério da Agricultura — Ministério da Economia Nacional — em menos de três anos, deixou sua passagem assinalada como das mais profícuas.

Estendeu sua ação por todo o país, que procurou conhecer *de visu*, espalhando provas de seu espírito de brasilidade.

À falta de reacionalização do trabalho atribuiu o atraso em muitas regiões do país. Sentia, como homem do trabalho as agruras dos que vivem da terra, sem assistência social, sem recursos modernos de produção, lutando contra a natureza, não raro, agreste.

Seria longo enumerar tudo que realizou e deixou planejado para as administrações seguintes.

Ao setor do ensino, deu uma atenção especial. Vemos no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas uma das suas grandes realizações porque sem técnicos, sem pesquisadores, como tão bem entendia, não poderemos explorar convenientemente a terra.

Do bem semeado, raras foram as sementes perdidas.

Uma das últimas, de tanta relevância, se representa na Universidade Rural, concebida em planos gigantescos. Uma verdadeira cidade universitária, dotada de laboratórios completos, campos de experimentação, instalações residenciais, campos de jogos, stadium destinando-se a servir à instrução e Educação dos que se destinam à vida agrícola do país, cujo povoamento dependerá do bom aproveitamento e conservação da fertilidade de suas terras.

Para que elas produzam, porém, frutos opimos e uma legião de agrônomos e veterinários capazes, que fará o Brasil rico e próspero, muito depende do esforço daqueles que, hoje aqui estão vivendo os primeiros dias difíceis da adaptação, de fixação.

Esses serão também, de certo modo, desbravadores, pioneiros, como o grande *idealista realizador*, que procurou dotar o país de um grande centro universitário dedicado à agronomia e à veterinária, ciências básicas para o progresso nacional.

Concluindo: foi meu intuito, ao focalizar uma vida tão útil, tão cheia de serviços à Agricultura, ao Brasil, como a de Fernando Costa, dizer aos moços que seu exemplo aí está para ser resgatado e seguido, a fim de se tornarem dignos dele e da obra grandiosa que deixou lançada para o preparo das gerações futuras.

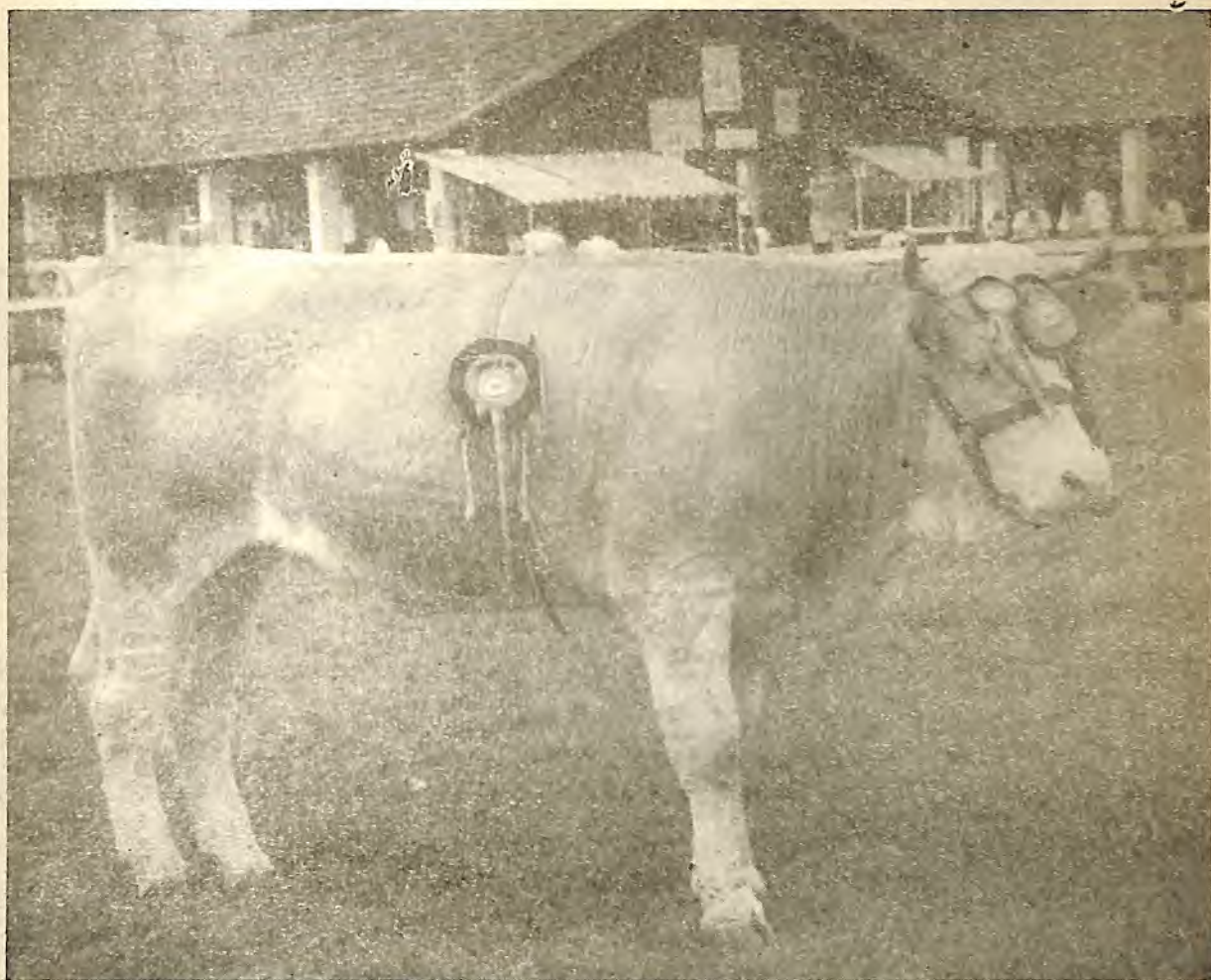


Não esquecerei, nesta oportunidade, uma palavra de agradecimento sincero para os corpos docente e discente, ao pessoal administrativo, a todos os servidores que colaboraram com a Reitoria nesta fase penosa de adaptações, de funcionamento da Universidade Rural.

Comemorando-se o 35.º aniversário da criação do ensino da Agronomia e da Veterinária pelo Ministério da Agricultura no regime republicano, nosso pensamento se volta para os mestres que tanto tem dado em prol dessas carreiras, devendo ser destacado o papel importante e, por vezes decisivo, que nossos agrônomos e veterinários tem desempenhado para a grandeza do país.

Felicito os membros do Conselho Universitário que hoje se empossam e muito confio na colaboração desse importante órgão para que sejam realizadas as altas finalidades da Universidade.

XII Exposição Regional Agro-Pecuária de Leopoldina



Niagara Klinger — Propriedade do dr. Ormêo Junqueira

No período de 26 de junho a 4 de julho, realizou-se a XII Exposição Agro-Pecuária do próspero município de Leopoldina, Minas, promovida pela Associação Rural local.

Foi uma grande festa de trabalho, tanto mais digna de louvores quanto todos sobemos das dificuldades com que deparam todos aqueles que, movidos pelo idealismo são de bem servir ao Brasil, procuram servir à sua agricultura. A regularidade com que a Associação Rural de Leopoldina vem realizando os suas magníficas Exposições, já afamadas em todo o país, é, por outro lado, digna dos maiores economios. As exposições de gado são realizações que perdem toda a sua finalidade quando levadas a efeito sem método, daí resul-

tando que o seu escôpo principal — o da comparação e o da emulação — fique em grande parte prejudicado. A regularidade pois, com que se vêm realizando as mostras de Leopoldina são o seu maior merito e o penhor seguro de que o gado local, já afamado, na especialidade, no país, se aprimore, estimulando esse melhoramento indispensavel em todo o país.

A Sociedade Nacional de Agricultores, atendendo ao apelo que recebeu do Dr. Ormeu Junqueira Botelho dinâmico presidente da Associação Rural de Leopoldina, ofereceu uma bela taça de prata para ser adjudicada em benefício de melhoramento do gado leiteiro do município.

Como homenagem especial desta revista, publicamos a seguir a relação dos nomes que integraram as várias comissões, responsáveis pelo grande êxito obtido pelo certame.

No próximo número, daremos a relação completa dos animais premiados, limitando-nos, por agora, a dar o resultado do importante concurso leiteiro, que, pelos seus índices, muito recomendam os criadores leopoldinenses.

Sr. Rubens Peres, Presidente S. C. R. Junqueira; — Sr. Guanahyro Mota, Presidente do Clube Leopoldina; — Dr. Haroldo M. R. Junqueira, Presidente da Associação Brasileira de Criad. de Gado Guernesey; — Sr. Erico Ribeiro Junqueira, Presidente do Clube de Criadores de Cavalos Mangalarga de Leopoldina; — Sr. Bernardino Rocha, Presidente do Clube de Criadores de Cavalos Mangalarga de Volta Grande; — Padre Raul de Faria Cunha, Viário; — Dr. Joaquim Cândido Ribeiro Junqueira Presidente do Aero Clube de Leopoldina; — Dr. Osvaldo Ch. Vieira, Presidente do Asilo Santo Antônio; — Sr. Mário de Paula Louzada,



"Conga", campeã do Concurso Leiteiro de 1948

Conga — a magnífica vencedora do concurso leiteiro de 1948, propriedade do Dr. José Ribeiro dos Reis

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prefeito José Ribeiro dos Reis, Presidente; — Dr. Ormeo Junqueira Botelho, Presidente da Associação Rural; — Juiz de Direito Dr. Pedro Ernesto de Resende; — Juiz Substituto Dr. Carlindo Alvarenga Mayrink; — Promotor de Justiça Dr. Castelar Guimarães; — Francisco Barreto Faria Freire — Coletor Estadual; — Major Quintiliano Barbosa — Coletor Federal; — Monsenhor José Domingues Gomes — Diretor do Colégio Leopoldinense; — Dr. Álvaro Botelho Junqueira, Presidente do Rotary Clube; — Fco. Joaquim C. Guimarães, Presidente da Associação Comercial; —

Presidente da Cooperativa de Consumo Ltda., dos Trabalhadores das Indústrias de Leopoldina; — Sr. José Inácio de Sousa, Presidente da União Musical Leopoldinense; — Sr. Acácio Serpa, Presidente da Sub-Comissão de Indústrias; — Dr. José de Paula, Zootecnista do Ministério da Agricultura; — Dr. João Damasceno Portugal, agrônomo da Secretaria da Agricultura; — Dr. Clóvis Junqueira Bastos, Veterinário da Secretaria da Agricultura; — Dr. Vicente Picorelli Neto, Agrônomo do Ministério da Agricultura; — Dr. José Maria da Silva, Veterinário da Secretaria da Agricultura; — Dr. Rafael de Sousa Dias, Agrônomo da Secretaria da Agricultura; — Jeferson Andrade Santos, Biologista

do Ministério da Agricultura; — Sr. Jonathas Ferreira de Toledo, Diretor da Associação; — Dr. Gabriel Heleno Junqueira, — Médico do Centro de Saúde; — Dr. Pedro Ribeiro Arantes, Inspetor Federal do Ensino; — Revma. Madre da Paz Sta. Maria, Diretora do Colégio Imaculada Conceição; — Professora Honorina Guimarães, Diretora do Grupo Escolar Botelho Reis; — Professor Emílio Ramos Pinto, Diretor do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, — Professora Ana Monteiro de Resende, Di-



Touro reprodutor, importado, propriedade do dr. José Ribeiro dos Reis

retora do Educandário Sta. Terezinha; — Professora Agripina Lintz, Diretora do Educandário São José; — Padre Guilherme de Oliveira, Diretor do Seminário; — Sr. Romualdo Evangelista de Campos, Criador; — Sr. Homero Justino Carreiro, Prático Rural M. Agricultura; — Major Artur Brügger, Agricultor; — Sr. Álvaro Correia de Lima, Criador; — Dr. José Gomes Domingues, Delegado Regional; — Sr. José Fajardo de Melo, Agricultor; — Sr. Quirino Junqueira de Andrade, Diretor da Associação Rural; — Sr. Antônio dos Reis Junqueira, Criador; — Sr. José Junqueira Bastos, Diretor-Gerente da Coop. dos Produtores de Leite de Leopoldina; — Sr. Custódio Botelho Junqueira, Diretor da Cia. Leiteiria Leopoldinense; — Sr. Antônio Ribeiro dos Reis Filho, Diretor-Gerente da Coop. de Volta Grande; — Sr. Neder Calin, Diretor-Gerente da Coop. de Abaiba; — Sr. José Francisco Ribeiro dos Reis, Diretor-Gerente da Coop. de Providência.

COMISSÃO DE PROPAGANDA

Dr. Joaquim Cândido Ribeiro Junqueira; — Dr. José Wenceslau Junqueira; — Dr. José de Paula; — Sr. José Amâncio de Oliveira; — Dr. Pedro Ribeiro Arantes; — Farm. Joaquim C. Guimarães; — Sr. Alfredo Bittencourt; — Sr. Guanahyro Mota; — Sr. Acácio Serpa; — Sr. Jehú Faria; — Prof. Dr. Hamil Adum.

COMISSÃO DE INDUSTRIA

Sr. Acácio Serpa; — Sr. José Junqueira Bastos; — Sr. Francisco de Assis Castro; — Dr. José Antônio Monteiro de Barros.

COMISSÃO DE ORNAMENTAÇÃO ARTÍSTICA

D^a. Maria Regina Monteiro de Castro; — D^a. Maria Amélia Brito Junqueira; — D^a. Maria da Glória Bastos Rodrigues; — D^a. Belarmina

Soares Maranhão; — D^a. Maria da Glória Rocha; — D^a. Maria Aparecida Monteiro Ferreira; — D^a. Anizia Haddad Berbari; — St^a. Enestina Pagano; — St^a. Maria de Resende Barbosa; — St^a. Carmem Spinola; — St^a. Edith Magalhães.

COMISSÃO DE RECEPÇÃO

Todos os Senhores Associados da Associação Rural de Leopoldina.

COMISSÃO DE FESTAS E ESPORTES

Dr. Pedro Ribeiro Arantes; — Dr. José Gomes Domingues; — Sr. Guanahyro Mota; — Sr. Rubens Peres; — Sr. Francisco Siqueira Barbosa; — Sr. José Rezende Barbosa; — Sr. José Brando; — Sarg. Adelio Silveira; — Sarg. Otávio Leopoldo Pereira.

COMISSÕES TÉCNICAS

Parte Pecuária:

Zootecnista José de Paula e Agrônomo Vicente Picorelli Neto.

Auxiliares:

Sr. Osório Fajardo de Campos e Sr. Roberto de Sousa Ferreira.

Parte Agrícola:

Agrônomo, João Damasceno Portugal e Agrônomo Rafael de Sousa Dias.

Auxiliares:

Sr. Olavo Tomé da Silva e Sr. Manuel Barbosa Morais.



Touro Simenthal, propriedade do dr. Ormêo Junqueira

Parte Veterinária:

Veterinário Clóvis Junqueira Bastos; — Veterinário, Geraldo Rodrigues Ferreira da Costa; — Veterinário, José Maria da Silva e Veterinário Aristoteles Brandão.

Auxiliares:

Sr. José Maria de Sousa, — Sr. Alcebiadas Valentim e Sr. Homero Justino Carreiro.

COMISSÃO DE FORRAGEAMENTO

Sr. Braz Conte — Sr. João Sebastião de Oliveira e Sr. José Maria de Sousa.

SERVIÇOS DE SECRETARIA

Sr. Edson Werneck — Sr. Osório Fajardo de Campos — Sr. Francisco de Paula Cândido — Sr. Carlos Alberto Miranda — St^a. Arlete Albuquerque — St^a. Ruth Fonseca da Costa — St^a. Maria Emília Capdeville Botelho — Sr. Roberto de Sousa Ferreira — Sr. Luís Capdeville Botelho — Sr. Olinto Resende.

COMISSÕES JULGADORAS

Presidente das Comissões — Dr. Romulo Joviano

BOVINOS EUROPEUS

Dr. Tomás Heath Dalton — Sr. João Frerichs — Dr. José Maria da Silva e Dr. Maurício Ribeiro Gomes.

BOVINOS INDIANOS

Dr. Policarpo Rocha Rilha, — Dr. David T. Nadler — Dr. Clóvis Junqueira Bastos.

EQUÍDEOS

Cel. Severino Junqueira de Andrade — Dr. Luís Rodrigues Fontes — Dr. Edgard Cardoso Bitencourt.

SUINOS

Dr. Policarpo Rocha Filho — Dr. David T. Nadler — Dr. José Maria da Silva.

AVES

Dr. Policarpo Rocha Filho — Dr. José Maria da Silva — Sr. Mário de Paula Louzada.

OVINOS E CAPRINOS

Dr. José Maria da Silva, — Dr. Policarpo Rocha Filho, — Dr. José de Paula.

CONCURSO LEITEIRO E CONCURSOS DIVERSOS

Dr. Tomás Heath Dalton — Sr. João Frerichs — Dr. Policarpo Rocha Rilha — Dr. Carlos Alberto Lote — Dr. José Maria da Silva — José Lochad Rodrigues — Dr. Clóvis Junqueira Bastos — Dr. José de Paula — Dr. David T. Nadler — Dr. Vicente Picorelli Neto — Sr. Carlos Alberto Miranda — Sr. Osório Fajardo de Campos — Sr. Roberto de Sousa Ferreira — Sr. João de Sousa — Sr. João Rodrigues — Sr. José Marcelino.

PRODUTOS AGRÍCOLAS

Dr. João Damasceno Portugal — Dr. Rafael de Sousa Dias — Dr. Antônio Resende — Dr. Diogo Alves de Melo.

Concurso Leiteiro

GRUPOS — LEITE

Grupos — Vacas	Proprietários	Quantidade total 3 dias
Cruzalta-Alvorada	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	240,960
" -Requinta		
" -Pintura		
Vita-Bizerta	Dr. José Newton Reis Junqueira	223,700
Dengosa-Paraíba		
Dengosa-Cachoeira		
Luiziania-Mauricéa	Francisco Teodoro Junqueira	185,580
" -Holandesa		
" -Irajara		
Camelia-Passatempo	Alceu Junqueira Ferraz	155,080
Dama - "		
Carióca - "		

VACAS DE PORTE MÉDIO

QUANTIDADE DE MATÉRIA GORDA

Vacas	Raças e gráu de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Miltônia-Conga	P.P. Holandêsa	P.B. 2	José Ribeiro dos Reis	3,0784	1,0261
Cruzalta-Pintura	3/4 " "	3	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	3,0519	1,0173
Cruzalta-Alvorada	" " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,8248	0,9428
Dengosa-Cachoeira	" " "	5	Dr. José Newton Reis Junqueira	2,6393	0,8797
Liege-Janete	1/2 " "	3	Quirino Reis Junqueira	2,6364	0,8788
Clarineteta	" " "	4	Gabriel Reis Junqueira	2,4663	0,8221
Cruzalta-Requinta	3/4 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,4338	0,8112
Onix-Tira-Teima	7/8 " "	3	Antenor Ribeiro dos Reis	2,4228	0,8076
Onix-Minerva	3/4 " "	2	Antenor Ribeiro dos Reis	2,3623	0,7876
Cruzalta-Sapuçaia	" " "	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,3538	0,7846
Cruzalta-Gaucha	P.C. " "	3	Dr. José N. Reis Junqueira	2,3272	0,7757
Vita-Bizerta	1/2 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,3149	0,7716
Liege-Vidraça	3/4 " "	4	Quirino Reis Junqueira	2,0900	0,6966
Providência-Rainha	P.P. " "	2	Quirino Junqueira de Andrade	1,7375	0,5791
Liege-Arça	3/4 " "	2	Gabriel Reis Junqueira	1,7375	0,5791
Somas				2,4521	—
Médias				2,4521	0,8173

RAÇAS MIXTAS

Cruzalta-Magnólia	1/2 Schwyz	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,7965	0,9321
-------------------	------------	---	-------------------------------------	--------	--------

VACAS DE PORTE MÉDIO

QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e gráu de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Miltônia-Conga	P.P. Holandêsa	P.B. 2	José Ribeiro dos Reis	107,360	35,786
Onix-Tira Teima	3/4 " "	2	Antenor Ribeiro dos Reis	86,720	28,906
Cruzalta-Pintura	" " "	3	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	84,400	28,133
Dengosa-Cachoeira	" " "	5	Dr. José Newton R. Junqueira	83,260	27,753
Cruzalta-Requinta	" " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	82,500	27,500
Vita-Bizerta	2/0 " "	3	Dr. José Newton Reis Junqueira	81,000	27,000
Onix-Minerva	7/8 " "	3	Antenor Ribeiro dos Reis	77,300	25,766
Cruzalta-Alvorada	3/4 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	74,060	24,686
Liege-Janete	1/2 " "	3	Quirino Reis Junqueira	73,420	24,473
Cruzalta-Sapuçaia	3/4 " "	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	72,620	24,206
Providência-Rainha	1/2 " "	4	Quirino Junqueira de Andrade	66,300	22,100
Cruzalta-Gaúcha	P.P. " "	2	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	62,740	20,913
Liege-Clarineteta	" " "	4	Gabriel Reis Junqueira	59,320	19,773
Liege-Vidraça	3/4 " "	4	Quirino Reis Junqueira	58,700	19,400
Liege-Araça	1/2 " "	2	Gabriel Reis Junqueira	55,660	18,553
Somas				1.125,360	—
Médias				75,024	25,008

RAÇAS MIXTAS

Cruzalta-Magnólia	1/2 Schwyz	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	72,340	27,965
-------------------	------------	---	-------------------------------------	--------	--------

VACAS DE PEQUENO PORTE

QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grau de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Cabedal-Vita	15/16 Guernsey	5. ^a	Irmãos Junqueira Botelho .	62,840	20,946
Comarca	3/4 Jersey	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz ...	62,640	20,880
Camélia	7/8 "	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz ...	60,740	20,246
Baiba	3/4 Guernsey	4. ^a	Alcides Batista de Castro .	57,760	19,253
Veranista-Mary	" Jersey	8. ^a	Antonio Reis Junqueira .	52,260	17,420
Belmonte-Camponeza	1/2 Guernsey	3. ^a	Neder Calil	51,960	17,320
Dama	7/8 Jersey	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz ...	49,900	16,633
Suecia-Mary	1/2 "	6. ^a	Antonio Reis Junqueira .	48,040	16,013
Abaiba-D'Haia	P.C. Guernsey	6. ^a	Fazenda Abaiba S.A.	47,180	15,726
Abaiba-Boma	" "	6. ^a	Fazenda Abaiba S.A.	46,980	15,660
Kelly-Gaivota	3/4 Jersey	8. ^a	José Nelson Reis Junqueira	45,960	15,320
Minerva de P. Tempo	7/8 "	11. ^a	José Nelson Reis Junqueira	45,780	15,260
Laguna	1/2 Guernsey	3. ^a	Alcides Batista de Castro .	44,780	14,926
Carioca	7/8 Jersey	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz ...	44,440	14,813
Deca	P.P. "	7. ^a	Alceu Junqueira Ferraz ...	40,480	13,493
Belmonte-Caprichosa	1/2 Guernsey	5. ^a	Neder Calil	40,360	13,453
Encantada de Passatempo .	" Jersey	2. ^a	Alceu Junqueira Ferraz ...	37,700	12,566
Cinelândia	3/4 "	2. ^a	Dr. Gabriel H. Junqueira .	33,980	11,326
Somas				837,780	—
Médias				46,543	15,514

NOVILHAS

QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grau de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Grietje	P.P. Holandêsa P.B.	1	José Francisco Reis Junqueira	64,520	21,506
Luiziania-Irajara	15/16 " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	64,060	21,353
Luiziania-Holandêsa	P.C. " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	61,380	20,460
Luiziania-Mauricéa	15/16 " P.B.	1	Francisco Teodoro Junqueira	60,140	20,046
Dengosa-Paraiba	3/4 " V.B.	1	Dr. José Newton Reis Junqueira	59,440	19,813
Limoeiro-Revolta	" " P.B.	1	Dr. Alvaro Botelho Junqueira	57,120	19,040
Soma				366,660	—
Médias				61,110	20,370
Grietje	P.P. Holandêsa P.B.	1	José Francisco Reis Junqueira	2,2623	0,07541
Dengosa-Paraiba	3/4 " V.B.	1	Dr. José Newton Reis Junqueira	2,0840	0,6946
Limoeiro-Revolta	3/4 " P.B.	1	Dr. Alvaro Botelho Junqueira	2,0027	0,6946
Luiziania-Holandêsa	P.C. " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	2,0011	0,6670
Luiziania-Irajara	15/16 " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	1,7219	0,5739
Luiziania-Mauricéa	" " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	1,6276	0,5425
Soma				11,696	—
Médias				1,9499	0,6499

INSCREVA-SE SÓCIO DA

Sociedade Nacional de Agricultura

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA

O relatório dos serviços do ano social de 1947-48

A cabamos de receber da Cooperativa Agrícola de Cotia o relatório apresentado pelo seu ilustre presidente, Sr. Dr. Manuel de Campos Ferraz de Almeida, à assembléia geral ordinária realizada em 31 de julho último, em São Paulo, de fatos e idéias referentes ao ano social.

É um longo e bem concatenado relatório sobre a grande organização cooperativa de São Paulo, cuja leitura se reveste de oportunidade e interesse, mesmo para aqueles que não estejam diretamente ligados ao que poderíamos, com propriedade, chamar de maior realização do cooperativismo no Brasil.

O trato diário com os assuntos ligados à produção de gêneros alimentícios nos seus mais variados setores, à distribuição e ao comércio desses gêneros, dão aos dirigentes da Cooperativa Agrícola de Cotia a autoridade que vem da experiência, convindo, pois, aos responsáveis por esse importante campo da economia rural atentar para todos os fatos referidos no substancial relatório.

Desde que os 83 pioneiros lançaram no moinho velho os fundamentos da Cooperativa Agrícola de Cotia, lá se vão já 20 longos anos de canseiras e de trabalhos, felizmente bem aproveitados, tem a organização evoluído sempre, como a indicar o caminho que devem os nossos produtores seguir para saírem da situação sempre difícil em que se encontram, a lutar contra uma série interminável de fatores adversos, quase todos eles provenientes — verdade seja dita — da própria falta de espírito de associação e cooperativismo.

Em largos traços, deduz-se do relatório do Presidente Manuel de Campos Ferraz de Almeida que a Cooperativa Agrícola de Cotia conseguiu, apesar

das dificuldades que a todos assoberbam neste momento, elevar para além de 4.000 o número dos seus cooperados, no período em apreço, distribuídos por 29 depósitos regionais, abrangendo a quase totalidade das regiões agrícolas do Estado. Do serviço inicial de vendas, passou a Cooperativa aos de compras, crédito, beneficiamento, fabricação de adubos e de compostos para aves, transportes, engenharia, mecânica, incubação, seleção de aves reprodutoras, experimentação agrícola, assistência hospitalar, instrução técnica aos filhos dos lavradores e orientação e controle da produção, este último possivelmente abrangendo todo o âmbito da vida rural.

São campos vastíssimos, como se vê, os em que a Cooperativa atua. Apresentando uma percentagem de aumento de 115%. Isso vem mostrar que a situação financeira dos produtores, em virtude de causas conhecidas, não é lá das melhores, estando-se pois em face dos diversos elementos explicativos constantes do relatório, pode-se verificar que todos esses assuntos tiveram, no correr do exercício e em apreço, atenção e cuidados da administração, de que falam com muita expressão as cifras do resumo que se segue da atividade financeira da Cooperativa:

Setores	Importância em Cr\$	Aumento ou diminuição
Vendas ...	153.597.482,60	— 0,6 %
Compas ...	85.097.763,70	+ 16,8 %
Crédito	165.185.947,00	+ 13,0 %
Utilidade mútua	16.079.573,50	+ 60,9 %
TOTAL	419.960.766,80	+ 9,6 %

O capital da cooperativa alcançou, no exercício examinado, a respeitável soma de Cr\$ 24.875.400,00, representando um aumento de Cr\$ 5.168.500,00 sobre o exercício anterior.

No Departamento do Crédito, um dos mais importantes serviços da cooperativa, aumentaram os empréstimos, num total de Cr\$ 4.359.163,60, reprimido "um fenômeno sério que não pode ser ocultado no momento em que os mais autorizados círculos prevêem dramáticas conseqüências para a situação econômica, determinada pela segunda guerra mundial", conforme adverte o Presidente da Cooperativa.

O Departamento de vendas ultrapassou em 7% a previsão orçamentária anterior, apesar do retratamento dos mercados. Atingiram as vendas da Cooperativa em 1947-48 Cr\$ 153.597.482,60, tendo sido distribuídos pela Cooperativa 3.200.000 dúzias de ovos, 630.000 cachos de bananas, 156 toneladas de chá, cuja exportação para a Argentina está tomando incremento. Por esses três produtos se pode ter uma idéia do volume comercial da Cooperativa.

São dignas da maior atenção as cifras correspondentes aos Departamentos de Compas, de Transportes, de Engenharia, de Experimentação e Contrôlo, merecendo especial destaque o que se refere à Assistência Médica. No tópico correspondente do relatório, apresenta-se-nos esse importante Departamento através das cifras que se seguem:

Consultas	8.160
Tratamentos	2.235
Aplic. de injeções	9.068
Consultas a domicílio	145
Carteiras de saúde	9
Atestados médicos	300
Aplicações fisioterápicas	539
Internações	2.524
Encaminhamento a hospitais	63
Encaminhamento a especial tas.	1.523
Vacinas e injeções profiláticas.	5.070
Análises patológicas	1.849
Operações	4
Partos	4
Casos diversos	999

A esses resultados acrescentem-se ainda: 9 visitas médicas à população escolar e 72 aos bairros. Para vacinação, 23. A ambulância realizou 305 viagens, com 20.532 quilômetros. A farmácia distribuiu medicamentos no valor de Cr\$ 1.103.691,70. Foram também dadas 3.407 consultas e realizados 4.125 tratamentos odontológicos.

Não há nenhum aspecto da complexa organização que é hoje a Cooperativa Agrícola de Cotia que não haja sido sucinta mas claramente exposto pelo Presidente Ferraz de Almeida no relatório que estamos perfuntoriamente analisando.

Revela, porém, para fechar esta nossa ligeira apreciação, transcrever, com os agradecimentos da Sociedade Nacional de Agricultura, de que é órgão "A Lavoura", o seguinte trecho:

"Em, a propósito, assinalemos, este é o momento dos debates em torno de reformas, de conselhos a respeito da mecanização das culturas, do estabelecimento de planos de financiamentos das entre-safras e até da fixação de preços-bases para o lavrador, objetivando o melhor rendimento das semeaduras e das colheitas.

A oportunidade, portanto, parece propícia a uma forma declaração sobre os anseios e necessidades da nossa grande classe, promovendo-se a votação da carta da lavoura. Nada de grandes sonhos. Contudo, sempre estará conosco o apóio seguro de associações realmente poderosas e ativas, dentre as quais manda a justiça destaquemos a Sociedade Nacional de Agricultura e a Federação das Associações Rurais de São Paulo, a cujos quadros dirigentes, mais por distinção alheia, temos a honra de preterir".

À Cooperativa Agrícola de Cotia, e a seus dirigentes, com especialidade o seu ilustre presidente Dr. Manuel de Campos Ferraz de Almeida, os melhores votos de crescente prosperidade.

A Cultura do Trigo no Estado de S. Paulo

A "Sociedade Paulista de Agronomia", visando colaborar com o Governo do Estado para a solução dos problemas relacionados com a cultura e o fomento do trigo no Estado de São Paulo, tomou a iniciativa de constituir uma comissão para discutir e apresentar um parecer sobre a momentosa questão.

Fizeram parte dessa Comissão que se reuniu em São Paulo, técnicos especializados em culturas de inverno, os engenheiros agrônomos: Carlos Teixeira Mendes, Lente Catedrático da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"; Carlos Arnaldo Krug geneticista; Mário Januzzi Purchio, melhorista; Mário Zaroni, Paulo da Silva Leitão, Carlos Gayer e Joaquim de Alcântara Barros, técnicos de fomento; Glauco Pinto Viégas e Milton Alcover, técnicos experimentadores.

Após prolongados debates, nos quais o assunto foi focalizado nos seus diversos aspectos, chegou-se às seguintes conclusões, que representam a opinião unânime dos técnicos ali presentes:

Considerando

que o trigo é um alimento de largo consumo entre nós, cuja procura vem se expandindo e tende a aumentar cada vez mais;

que enorme é a evasão de divisas com a aquisição do cereal no exterior o que contribui para o desequilíbrio de nossa balança na pauta da exportação;

que a falta desse precioso alimento tem criado angustiosos problemas sociais, que tenderão a agravar-se, se não se tomarem medidas de fomento de sua produção;

que, com a utilização de novas variedades, o Sul do País e, inclusive o Estado de São Paulo, poderá produzir, aos preços atuais, trigo em condições muito compensadoras para o lavrador;

A "Sociedade Paulista de Agronomia" faz as seguintes recomendações:

1.º — Há necessidade de se criar uma Comissão de técnicos permanente, para o estudo das possibilidades da cultura e aproveitamento dos cereais de inverno;

2.º — É indispensável que se incentive, sem demora, a criação de variedades adequadas ao meio, ampliando em extensão e profundidade os trabalhos tão bem iniciados no Instituto Agrônomico, em Campinas;

3.º — Devem ser ampliados os estudos relativos à cultura dos cereais de inverno, particularmente trigo, sob todos os seus aspectos e, em especial, as questões relacionadas com a rotação de culturas, mecanização, bem assim seu comércio;

4.º — As regiões produtoras de trigo do País e do estrangeiro, devem ser visitadas por técnicos especialistas, para se enfronharem, nos estabelecimentos que se dedicam às pesquisas, dos trabalhos em realização, nesses vários centros;

5.º — O fomento da cultura do trigo só deverá ser feito em zonas e em terras apropriadas, orientando-se pelos resultados das pesquisas já conduzidas pelos especialistas no assunto.

Inscreva-se sócio da

**SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA**

Peça Estatutos e impresso para proposta
à Secretaria:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115, 6.º
C. P. 1245 — Rio de Janeiro

Utilização da Soja na alimentação do brasileiro

DR. MOZART DA CUNHA

"La soja, la divina dispensatrice di energie, simbolo della fecondità, adatta a tutti gli usi alimentare sorgi oggi gloriosa sugli altare della moderna dietetica europea e americana, avvalorata da studi e da prove che ne esaltano e confermano l'importanza e i benefice".

La Soja — Fúlvio Bottari (1).

Vêm-nos da China, país dos sonhos, do ópio e das visões místicas, as principais referências ao uso alimentar da soja. Informes antigos envolvem seu aparecimento em um halo de fantasia, pela imprecisão dos documentos e exagero de alguns escritos com estágio até pela poesia. Conta-se, por exemplo, que, há milênios, uma caravana de mercadores chineses fôra assaltada e saqueada em caminho, ficando despojada de rico carregamento. Obrigados ao refúgio nas montanhas, andaram a esmo aqueles homens, até que, famintos, encontraram pequenos arbustos dos quais pendiam favas. Utilizaram-nas como alimento e logo recobram o ânimo. Voltando à luta, puderam reconquistar o que haviam perdido. Verdade ou lenda, seu uso se generalizou por todo o mundo oriental e uma coisa não sofre dúvida: ainda nos dias de hoje a soja constitui a base da alimentação de milhões de indivíduos.

A primeira indicação científica que encontramos a respeito das particulares virtudes nutritivas da soja parece-nos contida num livro antiquíssimo, escrito antes de Cristo, sobre Matéria Médica atribuído ao imperador Shenung (2). E ali mencionada a leguminosa sob os nomes de Siang-yu e Ta-tou, sendo que este último, em tradução literal significa — o grande feijão — talvez para exaltar as suas virtudes nutritivas. Estas denominações provavelmente representam o que de mais antigo se conhece sobre a planta. Como se depreende do exposto,

a questão dos primórdios da soja assume feição insegura, convindo por isso sairmos desse período imaginoso para a realidade dos tempos modernos.

O ano de 1.712 asinala o transporte das primeiras sementes de soja para o continente europeu, trazidas do Japão pelo botânico alemão Kaempfer. A França iniciou suas primeiras culturas por volta de 1885. A descrição botânica da leguminosa deve-se a Linneu. Sua nomenclatura tem tido em cada época, consoante a maneira de ver dos botânicos, uma classificação especial, conforme se vê no quadro abaixo, extraído de Piper e Morse (3):

Plascolus Max — Linneu 1753.
Delichos Soja — Linneu — 1753.
Soja hispida — Moench — 1794.
Soja japônica — 1824.
Glycine soja — 1845.
Soja angustifolia — 1855.
Glycine ussuriensis — 1861.
Soja max — 1914.
Glycine max — Merrill — 1917.

Dados botânicos completos acham-se contidos em vários escritos nacionais e estrangeiros. Destacamos entre os primeiros e esplêndida monografia de Henrique Lobbe (4), publicada pelo Ministério da Agricultura.

Valor nutricional da soja

Com o advento da ciência da nutrição os estudos dos diversos princípios nutritivos buscaram novos domínios, recrescidos cada dia nos ensaios biológicos e na faina experimental. Nesse particular a ressaltar o valor das pesquisas de Carbone e Mendel; nos princípios do século 19, à luz das quais se evidenciou o aspecto qualificativo das proteínas, e outras investigações, que hoje constituem os fundamentos da nutrologia.

A proteína, como se sabe é centro de gravidade da alimentação humana. Considerada, com justa razão, a base física da vida, sua carência reveste-se de especial gravidade podendo cumular no desfibramento da raça. Só por isso deve estar entre as cogitações perenes dos estudiosos. Consideramos essa carência como um assunto da maior importância na alimentação do brasileiro. É sabido que as proteínas alimentares fornecem material amidado necessário à construção e reparação do organismo vivo, ao mesmo tempo que proporcionam elementos para formação de vários homônios" (tiroxina, adrenalina, insulina) e fermentos (glutaião) etc. E' igualmente sabido, que as proteínas não tem o mesmo valor nutricional. Sherman (5) divide-as em completas, parcialmente incompletas e incompletas. Completas ou de alto valor biológico são aquelas que entram a vida e promovem o crescimento normal. Este grupo é o que nos interessa no presente estudo e nela se incluem a quase totalidade das proteínas de origem animal e algumas de proveniência vegetal.

A soja merece especial registro por seu teor em proteína de alto valor biológico; a presença desta em cota apreciável apresenta-a da carne, Estudos norte-americanos, reunidos em um Symposium e publicadas na *Federation proceedings*, de junho de 1944, colocaram a proteína da soja entre as suas recomendações para o incentivo das fontes alimentares de origem vegetal. Não somente razões de ordem científica militam em favor de tal recomendação. Motivos de ordem econômica por certo colaboram neste parecer. O principal deles é o curso da proteína de origem animal, cada dia mais elevado, à proporção que aumenta o índice demográfico. Donald S. Payne, citado por J. B. Griffing (6), chefe da 5.^a zona da Comissão Brasileiro-Americana, comparou a produção de proteína da soja com a de várias fontes animais e verificou que a soja fornece 380 quilogramas por hectare ao passo que as carnes de porco e de galinha, os ovos e o leite fornecem, em conjunto, 122 quilogramas de proteínas ou sejam 2/3 menos, na mesma extensão de terra. E ainda mais: comparou a riqueza protéica da soja com a dos alimentos animais e encontrou as seguintes cifras em cada quilograma:

Leite	34 grs.
Ovos	20-112 grs.
Farinha de trigo ..	116 grs.
Bife	206 grs.
Soja	615 grs.

Ouçamos agora um mestre patricio — o professor F. A., de Moura Campos (7).

"Enquanto o feijão comum tem baixo valor biológico para o seu conteúdo protéico, o ovo, leite, a castanha do Pará, a soja e algumas vísceras apresentam alto valor biológico, ao lado de apreciável coeficiente de digestibilidade".

As pesquisas de Camargo Nogueira no Departamento de Fisiologia da Faculdade de São Paulo, segundo informa o mestre citado, revelaram resultados altamente significativos. A farinha de soja analisada registrou:

Coeficiente de digestibilidade ..	88,3
Valor biológico	82,3

As citações acima bastam para evidenciar a importância alimentar da soja em dietética humana e a necessidade de se promover seu maior consumo entre as diversas populações. E foi isso exatamente o que ficou fartamente documentado na experiência do presente conflito. Forçoso é reconhecer que a guerra, portadora de tantos males e tantos sofrimentos, sempre trás nas suas trágicas consequências algumas vantagens. Ela influi no progresso, impulsiona a pesquisa científica, acelera o progresso material do mundo com invenções que transfiguram o panorama da vida terrestre.

No setor alimentar a opinião é unânime: a soja contribuiu para evitar a carência protéica de milhões de indivíduos. Depoimentos insuspeitos atribuem à soja os êxitos iniciais dos exércitos alemães, catalogando-os entre as armas secretas de que se vangloriava o inimigo. Os exércitos aliados incluíram a farinha de soja na ração dominada K e enviaram vastos suprimentos da leguminosa para o continente europeu, a fim de reforçar o seu arsenal protéico.

Segundo J. D. Gray (8) a Inglaterra utilizou e ainda utiliza uma farinha integral de soja, denominada Soyolk, para reforço natural do pão.

O pão de Soyolk é uma mistura de 22% de farinha de soja finamente moída com 78% de farinha branca de trigo, sem modificação apreciável do sabor e dando notável aumento ao valor nutritivo do produto.

Nos Estados Unidos continua-se a em prestar importância cada vez maior ao cultivo da soja. É o que se depreende das palavras de J. B. Griffing, proferidas em recente conferência na Escola de Agricultura do Recife. Disse esse ilustre técnico norte-americano:

“Nos Estados Unidos o milagre da soja já passou, como um meteoro através do céu, de uma posição insignificante para uma de importância estratégica na economia nacional.”

Segundo o citado técnico a produção de soja durante os últimos vinte anos foi a seguinte:

	Toneladas
1924	148.410
1934	692.850
1941	3.201.360
1943	5.872.860
1944	7.000.000
	(safra parcial)

E por último acrescentou: “Para que possamos compreender a magnitude de tal colheita (1944), digamos que seria equivalente às safras de milho que poderiam ser produzidas no Estado de Pernambuco num período de 40 anos”.

São dispensáveis outros argumentos para demonstrar que devemos encarar patrioticamente a questão da soja, tanto mais quanto os países mais ricos do que o nosso e portanto de maior acesso às fontes protéicas animais não utilizam unicamente essas últimas, ao contrário, procura-se o aprovisionamento por outras de menor custo e maior facilidade de produção.

Composição química

O grão de soja constitui um rico repositório de proteínas, lipídios, sais minerais e vitaminas. Compõem-se de embrião casca e cotilédones que representam 2, 8 e 90% respectivamente do grão. As substâncias protéicas não se repartem

igualmente nesses componentes. Os cotilédones e o embrião são as partes mais ricas. Dado o número elevado de variedades de soja — acima de mil, torna-se plausível indagar se também as diferenças botânicas não influem na composição química. A resposta não poderá ser dada senão pela afirmativa, especialmente no que concerne à taxa de lipídios, tão variável que permite a divisão da leguminosa em duas classes: a de alto e a de baixo teor lipídico. Com respeito à taxa protéica, parece haver uniformidade de pontos de vista: a riqueza protéica mantém-se em níveis elevados, que variam de 35 a 46%.

Eis, segundo Pippet e Morse (9), a composição química das sementes de soja:

água	7,74
subst. azotadas	34,94
gorduras	20,20
subst. ext. não azotadas	20,57
celulose	4,55
cinzas	5,78

Dai se depreende que a leguminosa é particularmente rica em proteínas e lipídios.

O quadro que se segue, reproduzido de Matagrín (10) mostra a supremacia das proteínas contidas na soja em comparação com outros alimentos.

Merece atenção o fato de que não importa o momento a riqueza quantitativa das proteínas para avaliação nutricional de um determinado produto alimentar. Impõe-se também saber da qualidade dos ácidos aminados que integram a constelação protéica. A soja deve o seu valor nutricional à glicinina — proteína de natureza completa.

Aplicações alimentares

Entre os produtos alimentares preparados com a soja enumeramos os seguintes:

- 1) grãos verdes utilizados diretamente “in natura”.
- 2) grãos secos em sopas, pirão, bolinhos e outras iguarias.

Deve-se ter o cuidado de colocá-los de molho na véspera e desprezar a primei-

ra água de fervura na manhã seguinte e, substituindo-a por outra, para não enrijecer as sementes.

Submetidos à fermentação alcoólica, obtém-se um condimento picante muito apreciado pelos chineses e vulgarizado nos Estados Unidos com o nome "Soy — bean sauce".

3) leite — obtém-se da maceração dos grãos em uma prensa ou pilão e a seguir filtra-se H_2O . Essa emulsão apresenta composição química semelhante a do leite de vaca sendo mesmo mais rico em proteínas e sais minerais.

Dos caracteres físicos — a cor é o único que tem semelhança com o leite animal. Não se presta aos mesmos usos alimentares do produto de origem animal, devido ao sabor. Apresenta a vantagem de não sofrer tão facilmente a proliferação microbiana como sói acontecer com o leite animal.

4) queijo — graças ao seu alto teor de caseína vegetal, a soja permite elaborar vários tipos de queijo de larga utilização, principalmente entre os asiáticos: teou-fu, juba (espécie de requeijão) etc., produtos de difícil aceitação em nosso meio.

5) óleo — da laguminosa pode-se extrair, por meio de prensas ou solventes, um óleo que se presta a fins culinários e industriais.

6) farinha — a obtenção da farinha em nada difere dos processos ordinários de moagem utilizados para os cereais.

Contribuição prática

Há três anos que o SAPS, através dos seus órgãos técnicos, vem estudando a possibilidade da utilização da soja nas diversas formas previstas. Em fins de 1944 recebíamos a primeira partida de leguminosa, proveniente do Horto experimental de São Simão, por intermédio do Fomento Agrícola do Ministério da

Agricultura. Por esse tempo ainda não havia o produto industrializado sob a forma de farinha no nosso Comércio.

A extração do leite e da farinha foi feita no então Laboratório de Tecnologia Alimentar, graças à solicitude do Dr. Rubens Descartes de Paula.

O leite foi usado tanto direta como indiretamente, em forma de mingaus. O leite de soja e seus derivados apresentam composição química muito semelhante a do produto de origem animal. Não tem entretanto o sabor agradável dê-se último e acarreta por isso restrições tão acentuadas que dificilmente poderá estender-se no nosso uso.

O leite de soja associado a outros elementos presta-se, às maravilhas, como substituto do leite de vaca, nos casos em que manifestações alérgicas provocadas por este último indicam a sua eliminação da dieta habitual.

Em tais casos já se utiliza nos Estados Unidos uma emulsão preparada com água, grãos macerados, óleos, dextrose, fosfato e carbonato de cálcio, cloreto de sódio (mull-soy).

A farinha de soja representa até o momento o único produto alimentar cujo uso tende cada vez mais a entrar no terreno prático.

Os aperfeiçoamentos introduzidos em sua preparação permitem a obtenção de produtos refinados, perfeitamente apropriados ao fabrico do pão, biscoitos, bolos, talharim e outros pastifícios.

A inclusão da farinha de soja a esses produtos permite enriquecê-los com substâncias de valor nutritivo superior ao da própria farinha de trigo. Para que possam ser apreciadas as vantagens nutritivas da soja passamos a transcrever o resultado das análises de farinhas de diversas procedências, feitas pelo químico Salatiel da Mota no Laboratório do "SAPS".

PERCENTAGENS DOS ELEMENTOS NUTRITIVOS E RESÍDUOS PURÍNICOS DO GRÃO DE SOJA E DOS ALIMENTOS MAIS COMUNS (MATAGRIN)

Alimentos	Proteínas	Hidratos de carbono	Gorduras	Minerais	Calorias	Resíduos purínicos
Grão de soja.	35,5—42,8	25,8—28,0	18,7—20,0	4,1—5,3	4,55—4,71	0,2
Carne de vaca.	16,5—18,0	0,0	4,5—22,5	1,1—1,8	2,68	2,5
Fígado de vaca.	—	—	—	—	—	3,3
Costeleta de carneiro .	14,7	0,0	10,7—24,9	1,5	2,87	1,2
Toucinho.	8,9	0,0	52,6—57,0	0,2	5,95	1,3
Aves.	17,8	0,0	8,8— 9,6	1,2	1,46	1,5
Peixes de água doce. .	14,3	0,0	3,4	1,4	1,18	1,4
Salmão.	15,7	0,0	8,4	1,4	1,45	1,5
Leite de vaca.	3,6	0,0	3,9	0,7	0,72	0,2
Ovo de galinha	12,4	—	10,8	0,5	1,37	0,3
Arroz (em grão)	8,0	79,0	3,0	3,1	3,60	0,3
Trigo (em grão)	10,9	73,0	1,5	3,1	3,60	0,3
Aveia (em grão)	14,3	67,0	1,5	3,0	3,55	0,6
Milho (em grão)	10,2	72,1	3,1	2,8	3,63	0,3
Batata	2,4	22,5	0,5	1,1	2,80	0,2
Pão e massas.	9,0	4,5	0,1	1,2	3,25	0,1
Leguminosa (média) . .	22,0	60,0	2,0	3,0	4,10	0,5
Frutas (médias).	0,8	11,8	0,4	1,0	0,7	0,0

FARINHA DE SOJA INTEGRAL
VARIEDADE AKSARBEN — HORTO DE SÃO SIMÃO

ENSAIOS	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
1	9,57	5,02	41,1	21,73	Por
2	9,66	5,05	41,1	21,84	
3	9,65	5,04	41,5	22,44	
Média	9,62	5,04	41,2	22,00	diferença
					22,14

FARINHA DE SOJA INTEGRAL
VARIEDADE LIO — SOI DELTA SOCIEDADE COMERCIAL LTDA.

ENSAIOS	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
1	8,36	4,97	46,00	19,60	Por
2	8,29	4,77	45,66	19,36	
3	8,28	4,92	46,69	19,58	
Média	8,31	4,88	46,11	19,51	diferença
					21,19

Como se vê, a composição química acima exposta mostra unicamente pequenas variações, que não chegam a comprometer as virtudes alimentares da leguminosa em aprêço. Com as duas farinhas descritas foram preparados pães, biscoitos, bolos, talharim, etc.

Três experiências de panificação tivemos ocasião de realizar. A primeira na padaria do "SAPS" e as outras duas na padaria experimental da "Standard Brands of Brasil Inc." 900 pães de 50 gramas cada um, foram preparados de trigo e soja nas seguintes proporções: 5, 10, 15 e 20%. Posteriormente foram feitas mais duas experiências, desta vez na padaria experimental da "Standard Brands", em vista de impedimento na padaria do "SAPS", motivado pela sua reforma. Os resultados foram inteiramente favoráveis tanto no que toca à panificação como à aceitação para os tipos de 5 e 10%.

O produto apresentado revelou côdea bonita, com um tísado amarelo-ouro, possuindo a fragrância e sabor do pão comum. O mesmo entretanto não se verificou para os tipos de mistura acima de 10%. Revelaram côdea escurecida e massa compacta. Além disso notava-se certo travo amargo, característico da leguminosa. Esse inconveniente, todavia, parece ficar completamente sanado com o recente processo norte-americano, que consiste em tratar a farinha pelo vapor e secagem, método ainda não pôsto em prática em nosso meio.

A última experiência de panificação foi realizada com o emprêgo de farinha de soja de baixo teor lipídico, por sugestão de um membro dessa Comissão, o Dr. Ruy Coutinho. Utilizamos nesta úl-

tima experiência a farinha Stahley, cujo teor de gordura não excede de 7%. Os resultados mostraram que a citada farinha se presta ainda melhor à panificação que a de alto teor lipídico. Transcrevemos abaixo os resultados das pesquisas sobre o enriquecimento do pão com farinha de soja de alto teor de gordura nas percentagens de 5, 10, 15 e 20%. Não foram realizados ensaios de laboratório com o segundo tipo de farinha. Mas os resultados obtidos com a primeira conferem ao pão um lugar de destaque entre os agentes de correção alimentar. Trata-se de pão enriquecido por processos naturais e cujos índices de proteínas e sais minerais preponderam sobre o pão branco, comum, cuja carência é manifesta.

As pesquisas de Laboratório obedeceram à seguinte técnica.

Água, por desidratação em estufa a 105°.

Cinzas ou Sais Minerais totais, por incineração em forno de mufla em temperatura do vermelho incipiente.

Protídios, pelo processo de Kjeldahl ou Nitrogênio Multiplicado fator 6,25.

Lipídios, ou extrato etéreo, por extração em balão de Soxhlet.

Glicídios, por diferença.

Galoio, por precipitação pelo exalato.

Fósforo, pelo método de Lorentz.

Ferro, por técnica colorimétrica de Snell, modificado.

As tabelas abaixo mostram os resultados obtidos, todos os valores representando gramas por cento.

P Ã O S O J A 5%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	31,47	1,76	11,59	—	0,451	0,037	0,148	0,00384
2	31,86	2,03	12,05	—	0,879	0,037	0,150	0,00385
3	31,49	2,06	11,69	—	—	0,026	—	0,00383
Média	31,60	1,95	11,77	54,02	0,665	0,033	0,149	0,00384

Nota: — Todos os valores nestas tabelas representam gramas por cento

PÃO SOJA 10%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	36,16	2,00	11,25	—	1,02	0,031	0,124	0,00359
2	35,08	1,95	11,53	—	—	0,031	0,122	0,00358
3	35,27	2,03	11,13	—	—	0,031	0,124	0,00354
Média	35,50	1,99	11,30	50,19	1,02	0,031	0,123	0,00357

PÃO SOJA 15%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	33,05	2,13	12,71	—	1,913	0,236	0,120	0,0033
2	33,28	1,82	12,68	—	1,675	0,021	—	0,0029
3	—	1,82	12,61	—	—	—	—	0,0029
Média	33,16	1,92	12,66	50,47	1,079	0,028	0,120	0,0030

PÃO SOJA 20%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	34,54	2,03	13,33	—	2,57	0,028	0,100	0,0036
2	32,55	2,34	13,20	—	—	—	0,114	0,0043
3	—	—	13,27	—	—	—	0,109	0,0043
Média	33,54	2,18	13,26	48,45	2,57	0,028	0,108	0,0040

Como sabemos, a variação do teor em água do alimento faz com que variem os teores de todos os outros princípios imediatos numa razão inversamente proporcional; em outras palavras, quanto maior for a percentagem de água, menores serão as de cinzas, protídios, lipídios e glicídios. Assim, visto terem os tipos de pães em estudo apresentado per-

centagens de água diferentes, foi calculada a seguinte tabela, com base em teor de água médio, que permitirá estudo comparativo mais exato dos diversos valores. As diferenças para menos encontradas nas taxas dos sais minerais devem ser levadas à conta dos métodos de pesquisas utilizados.

PÃO	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
5%	33,45				
10%	33,45	1,90	11,45	0,647	52,56
15%	33,45	2,05	11,66	1,05	51,78
20%	33,45	1,91	12,60	1,78	50,25
		2,18	13,18	2,57	48,51

O trabalho analítico foi executado sob a direção do químico Salatiel Mota com a colaboração dos seguintes laboratoristas: Paulino Petterle, Dorival Veloso, João de Andrade, Laeres Bastos.

As pesquisas acima anunciadas permitem evidenciar o enriquecimento do pão por processos naturais. O pão de farinha de soja, em qualquer das percentagens acima indicadas revela possuir não só aumento da cota protéica senão também aumento do teor ferrico. Não foram feitas pesquisas de outros elementos, como por exemplo, as vitaminas por ser principalmente o estudo da questão protéica o objetivo de se trabalhar.

As experiências culinárias com a soja não se limitaram a opão. Foram estudadas outras preparações, tais como biscoitos, bolos e telharim.

A preparação de biscoitos e bolos em proporções até 50% foi bem sucedida, nada se opondo à generalização do seu uso. O mesmo não se pode dizer do telharim, cuja preparação se afasta do tipo comum aceito pela população quanto às suas propriedades organolépticas. Quanto ao uso da soja sob outras formas, além das estudadas, julgamos que até o presente momento, tudo indica dificilmente poderá adaptar-se ao nosso paladar.

A dificuldade entretanto não parece ser irremovível. Um pouco de atenção ao problema, por parte dos nossos técnicos agrícolas levará, por certo, à obtenção de um produto ideal. Ainda recentemente recebemos de São Paulo por gentileza do Dr. Artur Torres Filho, amostras de uma variedade especial, cultivada pelos japoneses, cujo emprego sob a forma de feijão comum pouco difere das outras leguminosas, empregadas na culinária brasileira.

Conclusões

1) Na conjugação de esforços de toda ordem que se vai processando no Brasil por defesa da nutrição e da saúde do povo, um dos pontos básicos é o da criação de novos recursos alimentares, especialmente daqueles que vão ao encontro das exigências biológicas e econômicas das coletividades. Hoje, já não se pode deixar de reconhecer a necessidade de se promover a procura de sucedâneos para certas proteínas de origem

animal, de obtenção cada dia mais onerosa, pelas proteínas de origem vegetal de alto valor nutricional, como sói acontecer com as da soja. Basta lembrar os ensinamentos resultantes do último conflito, em que a inclusão da leguminosa evitou o aparecimento da carência protéica entre os exércitos beligerantes naquelas regiões em que as reservas alimentares animais se tornaram escassas.

2) A soja está fadada a ser um grande tema nacional. Trata-se de uma leguminosa cujo valor nutricional não se resume unicamente na presença em quota apreciável de substâncias protéicas, mas na qualidade dos seus ácidos aminados. Entre as proteínas da soja inclui-se a glicina, a que a leguminosa em estudo deve o seu conceito dietético.

3) As experiências que vêm sendo realizadas na Comissão de Estudos Técnicos do "SAPS" com o concurso dos seus órgãos de pesquisas, evidenciam a possibilidade da inclusão dessa leguminosa, sob a forma de farinha integral em teor até de 10% de mistura ao trigo, para o fabrico do pão, obtendo-se produto de sabor e aspecto agradáveis, de valor nutritivo superior ao pão comum.

4) O emprego sob a forma de farinha estende-se também a outras preparações culinárias, tais como bolos, biscoitos, etc., em cujas massas pode entrar em teor até de 50% com resultados plenamente satisfatórios.

5) A farinha de soja aconselhável na prática culinária tanto pode ser a de alto como a de baixo teor lipídico, sendo que as experiências realizadas demonstraram ser esta a última a que melhor se presta para a panificação.

6) A utilização das variedades de soja que motivaram as nossas experiências em outras aplicações alimentares que não as indicadas apresenta-se na prática dificultada em virtude do paladar amargo que a leguminosa possui. Merece entretanto especial registro o esforço despendido pelos nossos técnicos agrícolas no afã de produzir variedades especiais dessa leguminosa com intuito de garantir o suprimento protéico, sem os inconvenientes que a tornam de difícil adaptação ao nosso paladar. Nesse particular devemos assinalar as experiências culinárias

que realizamos com uma variedade de soja, de identificação botânica para nós desconhecida, obtida na Cooperativa de Cotia, Estado de São Paulo, graças à gentileza do Dr. Artur Torres Filho, ilustre Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

A utilização dos grãos secos da citada leguminoza, tal qual tivemos a oportunidade de degustar em sopa, pirão e salada, representa mais um valioso complemento dietético. Uma particularidade deve ser citada: é que a soja nessas condições aumenta de cinco vezes o seu volume após cocção.

7) O leite de soja, cuja industrialização seria de desejar, poderia em certas circunstâncias substituir o leite de origem animal.

8) Por último, apraz-nos assinalar que ao "SAPS" cabe a primazia de ser o primeiro estabelecimento oficial do País a incorporar a soja, sob a forma de farinha, à carta alimentar do trabalhador, na defesa do seu maior patrimônio, que é a saúde.

BIBLIOGRAFIA

- 1) FULVIO BOTARI — 1.^a edição 1932.
- 2) Citado por DIES — Soy Beans — Gold from the soil MAC MILLAN — 1943.
- 3) PIPPER C. V. and WORSE W. J. — the soybean — 1923.
- 4) HENRIQUE LÖBBE — A cultura da soja no Brasil — Publicado pelo Ministério da Agricultura — 1938.
- 5) HENRRY C. Sherman in Essentials of Nutrition — 1943.
- 6) J. B. GRIFFING — Inmoprtância da soja para o Brasil — Conferência feita na Escola de Agricultura do Recife.

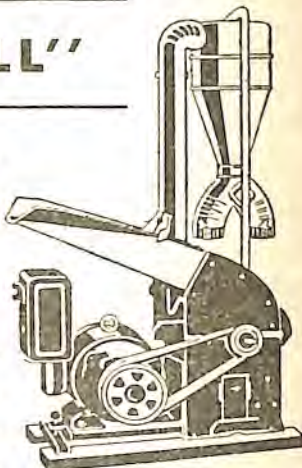
PROFISSIONAL DA AGRICULTURA

— O Decreto-lei 8.127 de 24 de outubro de 1945, considera profissional da agricultura:

- a) A pessoa natural ou jurídica que exerça atividade rural em qualquer de suas formas: agrícola, extrativa, pastoral, ou de indústria rural;
 - b) o técnico ligado a essas atividades;
 - c) o proprietário, o arrendatário e o parceiro de estabelecimento rural
- § 1.^o Estabelecimento rural é o imóvel destinado ao cultivo da terra, à extração, à invernagem ou engorda de

MOINHO A MARTELOS

"BELL"



Para moagem econômica de milho, outros cereais e forragens.

Força necessária — 2 a 10 H.P. apenas, conforme o tamanho do moinho.

INDISPENSÁVEL A TODO CRIADOR

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

Rua Santa Luzia, 685 - 10.^o — Rio de Janeiro
Rua 24 de Maio, 239 — São Paulo

7) MOURA CAMPOS — Considerações em torno do valor biológico de alguns alimentos simples e associados.

8) J. D. GRAY — All about the soja — bean.

9) Já citado.

10) MATAGRIN — Le soja e les Industries du Soja — 1939.

animais e a criação, à recreação, a extração de matérias primas de origem animal e vegetal e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades.

§ 2.^o As indústrias rurais compreendem:

- a) a extração, a colheita, o beneficiamento, e transformação e o preparo dos produtos agro-pecuários e de matérias primas de origem animal e vegetal;
- b) o aproveitamento, pelo preparo ou transformação, dos seus subprodutos.

A Cultura do Maracujá Peroba

Pimentel Gomes
Eng. Agr.

O maracujá, *Passiflora edulis*, é uma trepadeira bastante conhecida ao norte do Rio de Janeiro, sendo encontrado em muitos dos seus sítios e chácaras. Não existem, porém, grandes culturas, culturas sistemáticas desta planta, ao contrário do que acontece na Austrália. Os australianos verificaram, mais cedo do que nós, as possibilidades extraordinárias do maracujá-peroba. Publicaram várias e interessantes monografias a respeito. Fomentaram a cultura. Transformaram o nosso modesto e brasileiríssimo maracujá-peroba numa cultura de primeira ordem, uma espécie de parreira tropical.

Precisamos de aproveitar melhor uma das nossas mais interessantes plantas. Tenho encontrado o maracujá-peroba vegetando muito bem do Distrito Federal ao Acre. Em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia há plantas magníficas, produzindo com estranha abundância. No Acre, o seu desenvolvimento é magnífico. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, estou agora plantando a *Passiflora edulis* com sementes provenientes do Acre. Acredito que o maracujá-peroba possa ser cultivado em todo o Brasil, com exceção dos trechos mais frios, pois, certamente, não resistirá os invernos de São Joaquim, Santa Catarina, com suas mínimas de 15 graus abaixo de zero.

Tenho-o visto em muitos tipos de solo; mas sílico-argilosos e argilo-silicosos profundos, não alagadiços, são os melhores. Tive, porém, boas plantações em solos sílico-limosos no horizonte A e argilo-silicosos no horizonte B, no litoral paraibano. As terras de encosta voltadas para o norte são ótimas também para esta cultura.

A multiplicação é feita por meio de sementes retiradas de frutas grandes e completamente maduras, colhidas em plantas sadias e muito produtivas. Deixam-se as frutas murchar bem. Retiram-se as sementes, que devem secar à sombra, em canteiros bem preparados.

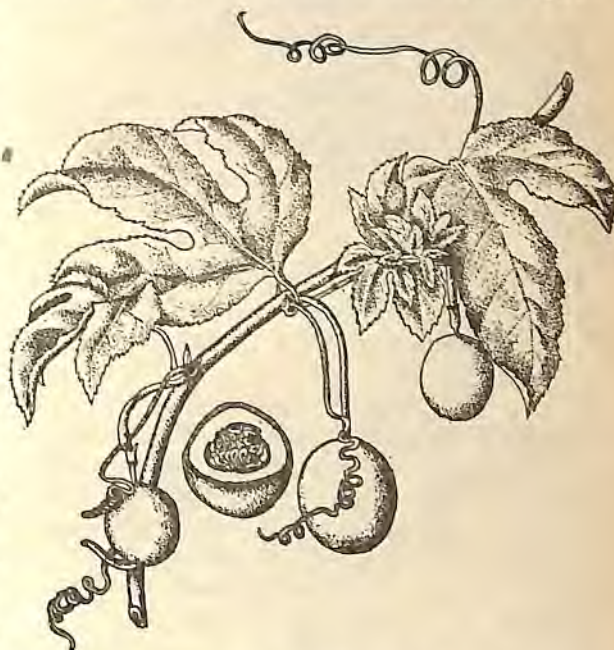
Ara-se e gradeia-se cuidadosamente o terreno. Abre-se covas com o compasso de 3 metros por 6, com muita antecedência, covas grandes de uns trinta a quarenta centímetros nas três dimen-

sões. Aduba-se bem com estrume de curral, cinza vegetal, terriço.

Mudam-se as plantinhas quando tiverem uns dez centímetros de altura, em dia úmido.

Enfinam-se as estacas ao longo das linhas de plantação e estendem-se sobre elas quatro a cinco fios de arame liso, como se se tratasse de plantação de parreiras.

Deixa-se crescer, de início, apenas uma haste principal até alcançar o pri-



Maracujá Peroba ou "Redondo" — *Passiflora edulis* Sims
Seg. Boiley — "Stand. Cycl. Hort." (Reproduzido de "Frutas Indígenas", de F. C. Hoehne, Diretor do Instituto de Botânica de S. Paulo, 1930)

meiro arame. Permite-se então o esgalhamento. As ramas vão sendo distribuídas sobre os fios.

A colheita é iniciada no ano seguinte. A produção é abundante e as frutas encontram mercado amplo, pagando bem. Prestam-se a importante indústria de bebidas e podem ser comidas em natureza ou utilizadas no preparo de refrescos e sorvetes deliciosos.

Outras informações e algumas sementes com o autor, no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura).

Noticiário da Escola de Horticultura

"Wenceslão Bello"

Semana do Hortelão:

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, diretor da E. H. W. B., aprovou o plano da "Semana do Hortelão", elaborado pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira.

A "Semana do Hortelão", que será pela primeira vez realizada na "Escola de Horticultura Wenceslau Belo", terá o patrocínio e o valioso auxílio da Fundação Getúlio Vargas.

Para a realização da "Semana do Hortelão" foi fixado o período de 5 a 10 de julho de 1948.

Cursos Práticos:

Estão sendo realizados, no período de abril a junho, nove Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

É a seguinte a relação dos Cursos Práticos planejados pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, elemento de ligação entre a S. N. A. e a F. G. V.: Enxertia, Botânica Agrícola, Reflorescimento, Zoologia Agrícola, Contabilidade Agrícola, Hortas Domésticas, Economia e Administração Rural, Floricultura e Organização de Herbários.

Nos cursos acima referidos estão matriculados 284 candidatos.

Curso de Técnico em Educação Rural:

O Sr. Ministro da Agricultura designou o Agrônomo Economista Rural Antônio de Arruda Câmara, diretor da E. H. W. B., para professor de Economia no Curso de Técnico em Educação Rural, da D. C. A. E. E.

Curso de Extensão de Fruticultura:

Está sendo realizado aos domingos, na E. H. W. B., em colaboração com a Universidade Rural, um novo Curso de Extensão de Fruticultura, com 57 alunos matriculados.

São professores do referido curso, os engenheiros agrônomos Geraldo Goulart da Silveira e Jalmírez Guimarães Gomes.

Designação de professores:

O Sr. Ministro da Agricultura designou para professores do Curso Avulso de Horticultura, da Universidade Rural, que está sendo ministrado na E. H. W. B., os seguintes técnicos: Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Engenheiro Agrônomo Subael Magalhães da Silva, Engenheiro Agrônomo Jalmírez Guimarães Gomes e Professor Pedro Goulart da Silveira Filho.

Cursos Regulares da E. H. W. B.:

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da E. H. W. B., comunicou ao Presidente da S. N. A., que tiveram início, dia 22 de março, as aulas dos Cursos Regulares da E. H. W. B.

O internato foi, este ano, grandemente ampliado, graças à subvenção que a Fundação Getúlio Vargas, houve por bem conceder à E. H. W. B.

PEQUENO VOCABULÁRIO PORTUGUÊS — INGLÊS DE

Terminologia Agrícola

O Sr. D'Almeida Guerra Filho, sócio desta Sociedade e estudioso de nossas questões agrícolas, acaba de dar a lume um interessante opúsculo sobre o tema acima. É mais uma valiosa contribuição que as nossas letras rurais lhe ficam a dever.

Teve o Sr. D'Almeida Guerra Filho a gentileza de colocar à disposição dos seus consócios, na Sociedade, alguns exemplares de sua publicação, para distribuição gratuita àqueles que o solicitarem.

Esse oferecimento, "A Lavoura" tem o prazer de transmitir aos seus assinantes e socios da S. N. A.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Sessão da diretoria em 25 de maio

Centenário de Ennes de Sousa — Posse do General Anápio Gomes no Conselho Federal de Comércio Exterior — Bento de Abreu Sampaio Vidal — Semana Ruralista de Campos — Transmissão da Propriedade rural no Estado do Rio — Matadouro de Três Rios — Imposto territorial

Com grandes concorrência, reuniu-se ontem a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Dá ordem do dia constavam assuntos de imediato interesse para os produtores do Estado do Rio, o que trouxe à reunião os elementos mais representativos da agricultura e pecuária fluminenses dentre os quais: Dr. Teixeira Leite, Secretário da Agricultura; Deputado Federal Eduardo Duvivier, Deputado Estadual Bernardo Belo, Dr. Armênio Rocha Miranda, pela Companhia Centros Pastorais do Brasil; Dr. Carlos Guinle, Sampaio Fernandes, Carlos de Almeida e Sousa, Dr. A. de Barros Carvalho, representando a Associação Fluminense de Exposições Rurais, de Barra do Pirai; Luís Augusto Tiago da Silva, N. Iguacu; Alberto Ravanche, Inácio Rangel de Marins Coutinho, de Rio Bonito; Olinto Aragão, de São Gonçalo; Álvaro C. Castro, Sebastião Luterbaen Sobrinho, do Carmo; Deputado Vasconcelos Tôrres, Cornélio Moura Milward Azevedo, de Barra Mansa; Daniel Marcondes Finlay; F. G. Steinemann, por si e por Antônio Paciolo, proprietário do Matadouro de Três Rios; Paulo Parreiras Horta, Mário de Oliveira, Julião Nogueira, pelo Sindicato dos Industriais do Açúcar e do Alcool, de Campos; Alexandre Pollastri Filho, pela Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa; Francisco Sales Meneses, Jerônimo Antônio Coimbra, representante da pecuária na Comissão Central de Preços; José Antônio Alves, pela Empresa Agrícola e Indústria Fluminense; Zozimo Lóis Pereira, pela Cooperativa Agrícola de Sacra Família, Lincolu Gripp de Morais, Guilherme Egberto Hermsdorff.

O Prof. Artur Tôrres Filho, que presidiu à sessão, disse que, apesar de se ir tratar de assunto especial, contudo a sessão era ordinária e, por isso, desejava, antes, dizer algumas palavras a respeito de vários assuntos da instituição.

Comunicou que, a 6 de maio deste ano, comemorou-se o centenário do nascimento de Antônio Ennes de Sousa, fundador da Sociedade e seu primeiro presidente. Referiu-se aos traços principais da personalidade do ilustre maranhense, várias vezes diretor da Casa da Moeda, professor da Politécnica, engenheiro ilustre e republicano extremado. Informa que, quando se comemorou o

cinquentenário da Sociedade fez inaugurar na sede o seu retrato a óleo, cunhou uma medalha comemorativa em três metais com a sua efígie e fez publicar, juntamente com as de outros presidentes da Casa, a sua biografia. Quando do início das obras da "Casa da Agricultura", a Sociedade, ainda este ano, lhe prestará ainda outras merecidas homenagens.

Comunicou depois o Dr. Tôrres Filho que, por ocasião da posse do General Anápio Gomes, do Conselho Superior da Sociedade, como Diretor Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior, manifestou em discurso as esperanças de que, em vista das provas que tem dado o ilustre militar de perfeito conhecimento dos nossos problemas econômicos, muito se poderá esperar do trabalho daquele Conselho em favor da nossa produção.

O Sr. Artur Tôrres Filho, consigna o apêlo irrestrito que tem a Sociedade recebido de centenas de associações rurais de todo país pela indicação, que fez ao Sr. Presidente da República — que a acolheu — do nome do Dr. Edgard Teixeira Leite, seu Vice-Presidente para integrar, como representante da agricultura, a Comissão Consultiva de intercâmbio Comercial com o Exterior, recentemente instalada no Banco do Brasil. Explica o Sr. Tôrres Filho que, mais do que uma indicação, trata-se de uma recondução, de vez que o ilustre fluminense e antigo parlamentar, há mais de dois anos, vinha exercendo a mesma função em órgãos semelhante, até aqui existente naquele estabelecimento, substituído pelo recentemente criado.

O Sr. Tôrres Filho solicitou ainda, com aprovação geral, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em São Paulo, do Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, agricultor progressista e antigo presidente da Sociedade Rural Brasileira daquele Estado. Teve palavras de grande apreço para com o ilustre brasileiro desaparecido, a quem chamou, além de grande ruralista, de criador de cidades, pois que Marília, hoje uma das mais prósperas cidades paulistas, foi pelo mesmo fundada.

Fez ainda algumas referências à recente Semana Ruralista realizada em Campos, e à qual a Sociedade deu todo o seu apêlo, bem como à fundação da Associação Rural de Campos, que foi um dos melhores resultados do dito certame, esperando que o rico município fluminense, aparelhando esse novo órgão, alcance resultados ainda mais positivos no terreno da lavoura e da indústria.

A seguir, explicou que a convocação foi feita tendo como ordem do dia a recente legislação fiscal do Estado do Rio, na qual sobressai, a lei de transmissão de propriedade, que consigna dispositivo a

seu ver perigoso, por onerar ainda mais a propriedade rural, o que redundará em desestímulo à produção, produção essa que deverá, ao contrário, ser fomentada ao máximo.

Deu à palavra ao Agrônomo Sr. Armenio da Rocha Miranda, que expõe aos presentes vários aspectos da referida lei, começando por informar que dentro do bojo da lei n.º 49, A de Dezembro do ano passado, que altera disposições do imposto de transmissão "inter-vivos", depara-se o artigo 14 e seu § 2.º, do teor seguinte: "O imposto de transmissão incide também sobre os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas, quando permaneçam no patrimônio destas por período superior a 33 anos, cobrando-se-lhe a taxa de 4%. O § 2.º diz que "para imóveis que há 33 anos, ou mais estejam incorporados a qualquer título ao patrimônio de **pessoas jurídicas**, o imposto é devido na data em que entra em vigor esta lei, pelo primeiro período contando-se os demais a partir do dia imediato, para os incorporados ou adquiridos há menos de 33 anos contam-se os períodos a partir da data da incorporação ou aquisição".

Mostrou o Sr. Rocha Miranda as graves consequências que advirão para a economia rural do Estado de tais dispositivos, e outros que citou, bastando que se diga que há casos em que o proprietário terá de pagar, imediatamente, 200 mil de cruzeiros, de imposto, que incidirá sobre a propriedade, nos 33 anos decorridos, sem o seu proprietário saber, pois que à lei retorce, por igual espaço de tempo! Focaliza ainda o Sr. Armênio Rocha Miranda vários outros aspectos, como o do reflexo fluminense, a incerteza em que ficará o proprietário sobre o imposto a pagar, pois que este será calculado na taxa de 4% sobre o valor atribuído aos bens ao fim de cada período de 3 anos". E então pergunta: qual o valor de uma propriedade, findo um período tão longe? o territorial, ou o de uma avaliação feita pelo fisco? A seu ver, constituiria tal imposto uma verdadeira letra aceita com prazo de vencimento fixo, mas com o débito em branco.

Por fim, apresentou a Mesa sugestões, escritas, que são lidas, passando a falar, em seguida, o Sr. Deputado Estadual Bernardo Belo, representando o sócio e agricultor Joaquim Simões de Araújo, da Cidade do Carmo. Começa S. S. explicar que, estando presente às sessões da Câmara nas quais se tratou da matéria, manifestou-se desde logo contra essa lei, não só pelos efeitos anti-econômicos, mas, principalmente por considerá-la anti-constitucional. Dá as razões por que assim pensou e procedeu, por que não pode admitir que possa haver um imposto de transmissão de propriedade quando a propriedade não se transmitiu, por qualquer modo. Se na ocasião que o assunto voltar ao

legislativo estadual, lá se encontrar como deputado, informa à Sociedade, será favorável à revogação dessa lei.

O Deputado Eduardo Duvivier analisou a lei sob o ponto de vista constitucional, considerando-a, como seu antecessor na tribuna, também contrária à nossa Carta Magna.

O Dr. Olímpio Saturnino da Silva Pinto, presidente da Associação Rural de Campos, notou que o seu sentir é contrário aos referidos dispositivos da lei fluminense, que atentam contra o direito de propriedade, criando a incidência do imposto de transmissão **inter-vivos** de propriedade imóvel da em um caso que, permanecendo o imóvel no patrimônio da mesma pessoa, não há **transmissão** de bens de uma pessoa a outra, caso único, em que é autorizado o imposto pela Constituição Federal. (Art. 119, III).

O Sr. Julião Nogueira, representante do Sindicato dos Industriais de Açúcar e de Alcool de Campos, endossou as palavras dos oradores que o precederam, concluindo também pela inconstitucionalidade da lei n.º 49-A, a qual, a seu ver, está completamente fora de dúvida, cabendo ao Poder Judiciário, caso seja revogada, decretá-la para evitar o completo aniquilamento da indústria no Estado do Rio.

Vários outros oradores se fizeram ouvir, no mesmo sentido, tendo o lavrador Sr. Inácio Rangel de Marins Coutinho, de Rio Bonito, aproveitado a ocasião de se achar presente o Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Rio, para mostrar o quanto ficaram oneradas as propriedades rurais do Estado, com o novo lançamento do imposto territorial, aumentado em grande proporção. Esse imposto é hoje de 2% sobre o valor da propriedade e, assim, enquanto pagava, o ano passado, Cr\$ 2.400,00 de imposto pela sua propriedade, passará a pagar agora Cr\$ 14.800,00. isto sem contar as vendas em consignação, o imposto de renda, etc.

O Sr. Teixeira Leite informou que o próprio Governo fluminense reconheceu que o aumento da lei n.º 41, de 2 de dezembro de 1947 foi demasiado, tanto assim que atendendo às reclamações, sancionou a lei n.º 114, de 20 de abril deste ano, atenuando um pouco o excesso, e permitindo, conforme o caso, um desconto de 20 a 40% nos atuais lançamentos.

O Sr. Marins declarou que a Coletoria do Rio Bonito desconhece essa lei, tanto assim que insiste na cobrança pela lei n.º 41, ao que o Sr. Teixeira Leite responde autorizado o lavrador a procurá-lo pessoalmente.

O Sr. Luís Augusto Tiago da Silva, do Iguaçu, pediu licença para falar com toda a franqueza; há mais de trinta anos é lavrador e vai deixar a profissão, por não poder suportar mais os embar-

ços de toda ordem, inclusive os fiscais, que tolhem a sua atividade". Cita o caso da laranja, referindo que os compradores desta Capital estão abandonando as compras no seu município por lhe ser mais conveniente adquirir laranja em Santa Cruz e Campo Grande, onde os fretes e impostos são mais baixos. A laranja opodrece, diz, enquanto se introduz no mercado nacional, suco de laranja com nome estrangeiro, e onde tudo é estrangeiro, até o rótulo!

O Sr. Teixeira Leite anotou a informação e diz que o Estado do Rio é um Estado privilegiado, porque a sua posição geográfica o coloca como que abraçando o Distrito Federal. De lá vem para o consumo na Capital o sal, o açúcar, os gêneros de primeira necessidade, principalmente da pequena lavoura. Mas, se tem o privilégio da proximidade de mercado, tem contra si as medidas restritivas, o tabelamento, deixando o produtor em situação deficitária, como é o caso do leite e dos outros gêneros. Chegou-se a ver a população do Distrito Federal consumir sal mais barato do que custa aos moradores de Cabo Frio: por preço inferior ao que corre em Campos; arroz, xarque, açúcar, mais barato do que custam no Rio Grande e em Pernambuco, respectivamente. De forma, que, como fluminense e agricultor, desejaria ver abolida, ou pelo menos em decrescimento constante a oneração da produção, mas isto, evidentemente, não é possível, pois que o Estado precisa de numerário para manter a sua máquina administrativa, para conservar e abrir estradas, melhorando o quanto possível, por outros meios, a situação do produtor.

Não se encontra presente oficialmente pelo seu cargo, mas como Vice-Presidente da Sociedade e como fluminense, mas promete toda a sua simpatia junto ao Sr. Governador do Estado Sr. Coronel Edmundo Macedo Soares, que também é espírito aberto, acessível e compreensivo, além de conhecer muito bem todas as dificuldades citadas na assembléia.

O Sr. Deputado Bernardo Belo voltou a falar, pedindo a atenção da Sociedade para o caso dos matadouros localizados nos centros de consumo quando, a seu ver, deveriam estar localizados nos centros pastoris. Cita um trabalho do Sr. Duvivier, a respeito das perdas enormes que o fornecimento de carne sofre na situação e pede a S. Excia. que o traga, como contribuição, à Sociedade. Vem a propósito a sua referência de iniciativa, que considera arrojada, do Sr. Antônio Paciello, que como o seu Matadouro de Três Rios, está prestando um grande serviço ao Estado.

O Sr. Duvivier endossou as palavras do Sr. Belo, declarando que a perda pode ser contada à razão de 1 quilo de carne por hora de viagem do gado em pé, e que essa perda, em Minas, foi au-

liada em mais de Cr\$ 30.000.000,00 aualmente.

O Sr. Frederico G. Steinemann comunicou à casa que a iniciativa do Sr. Antônio Paciello não pode ser apenas circunscrita a esse aspecto, pois que há outro, de grande importância, que cabe no seu empreendimento; a fabricação de adubos, para o que está pondo em execução instalações e aparelhamentos de grande monta. O Sr. Teixeira Leite louva, com entusiasmo a empresa, que promete visitar um dia.

O Sr. Artur Tórres Filho designou os representantes da Companhia Centros Pastoris do Brasil Companhia Fazendas Reunidas Normandia, Companhia Aliança Agrícola, Julião Nogueira & Irmãos, a Granjas Reunidas Rio-Petrópolis, além do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, como delegados da assembléia e da instituições presentes, para assinarem o memorial a ser enviado ao Executivo Fluminense.

Em seguida, foram encerrados os trabalhos.

MOVIMENTO DA SECRETARIA DURANTE OS MESES DE MARÇO — JUNHO

Correspondência Recebida:

Telegramas	46
Ofícios	68
Cartas	52
Diversos	55
Total	221

Correspondência Expedida:

Telegramas	54
Ofícios	98
Cartas	26
Circulares	79
Total	257

Serviço de Fornecimentos: — Distribuição gratuita de Sementes de Mucuna Prêta e "Alay". Foram atendidas as seguintes pessoas: — Sr. Alcy Ferreira, Est. Rio — Sr. Emanuel Altberg, Est. Rio — Coop. Agro Pecuária de Quatis Ltda., Est. Rio — Grupo Escolar "D. Pedro II", Minas — Sr. Ronaldo R. Fitb, S. Paulo — Ctão. David Tropowsky Taulois, Sta. Catarina — Sr. George Proter, D. F. — Sr. Mauro Rodrigues Nogueira, D. F. — Prof. Augusto Goulart — G. Fraga, D. F. — Sr. Artur de Moura, D. F. — Sr. Fernando Loureiro, D. F. — Sr. Tomás Fernandes, Est. Rio — Sr. Delfino Marques Guimarães, Est. Rio.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Dr. F. Luís Wist, Engº. e jornalista D. F. — Sr. Arnaldo Cyriaco de Oliveira Rocha, Carmo, Est. Rio — Profra. Julieta Capanema, D. F.

Novos Assinantes de "A Lavoura" — Sr. Ernesto Ruben de Oliveira, D. F. — Ctão. Wilson Rezende Nogueira, D. F. — Dep. Negreiros Falcão, D. F. — Dep. João Aguiar, D. F. — Almoxtarifado Cereal do Estado do Paraná — American In-

ternational Associatin, D. F. — Associação Rural de Orleães, Sta. Catarina — Dr. Rui da Silveira Castro, Recife, Pernambuco — Sr. Waldir Gonçalves da Cunha, D. F. — Sr. Assaf Muci Daeir, Est. Rio — Escola Profissional Agrícola Mista "Conego José Bento" — Tte. Otto de Faria, D. F. — Sr. Máário Fernando Figueira, Lisboa, Portugal — Guill van Den Bertwgrh C. V., Maasniel Roermond, Holanda — Lilla & Irmãos, S. Paulo — Mc. Cann Erickson Corporation of Brasil, D. F. — Sr. Rafael Lumack do Monte, Recife, Pernambuco — Dr. Jarbas Peixoto, D. F. — Sr. Cláudio Feijó Sampaio, E. Rio.

OFERTAS DE LIVROS DIVERSOS A BIBLIOTECA

— Dr. Álvaro Ornelas de Sousa, Dir. da "Lavoura Arrozreira" do R. Grande do Sul; o livro "Recuperação das Terras pelas Adubação Verde".

Do Inst. do Açúcar e do Alcool — "Relatório sobre as Capitânias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639) — Suas condições econômicas e sociais por Adriaen van der Dussen — Tradução do Dr. José Antônio Gonçalves de Melo Neto.

Dr. Carlos Bastos Tigre, Assistente Técnico do Serv. Agro-Industrial do Dep. Nac. Obras Contra as Secas; a Publicação N.º 147 Série 1-A, "A Horticultura nas Bacias de Irrigação dos Postos Agrícolas", Fortaleza, Ceará 1947.

Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, envia "Relação do Inst. de Óleos referente ao ano de 1947 apresentado ao Diretor do S. N. P. A. Do Serv. de Informação Agrícola — Pomares 1948.

da Vitória, Dr. Otto Lira Shrader — Horticultura, Serv. Inf. Agr. — As Brocas da Abrobeira, Dr. José Soares Brandão Filho. — O Precevejo rajado do Algodoeiro causador da redução das colheitas, H. F. G. Sauer — Espécies Horticolas, Dr. Ita-Deslande — Doenças da Batata, Dr. Josué A. Dr. Constantino do Vale Rêgo, Dr. Jarmirez Guimarães Gomes e Dr. Galdino Brandão Alvim — Hortas para o Brasil, Dr. Renato de Sousa Aranha — Horta da Vitória, Trad. S. I. A. — Conser- vemos este Solo, trad. S. I. A.

Dep. Fed. Lauro Montenegro, "O Trigo e a Reforma Agrária".

Do Instituto Nacional do Pinho, "Programa de Ação e Orçamento para 1948" — Relatório Com. Bras. Amer. Educ. Popul. Rurais — "Aspects of Current American foreign Policy" "Business Problems in Farming" — "Landscaping the Farmstead" — Lei Orgânica do Ensino Agrícola — "Unit Costs in a Selected Group of High-School Libraries" — Bol. da C. B. A. R. n.º 11, nov. — n.º 12, dez. 947 — Monthly Report vol. XXIII n.º 1 maio 948.

Do Dep. Afr. dos Estados Unidos: — Studies on the.

OFERTAS

Do Dep. de Agricultura dos Est. Unidos — Studies on the origin of the icelandic Frola Randiveveikinni — Rannsokinir á Jurtajuskdomm — Leaflet n.º 119, 123, 623 — Farmaers Bull. n.º 776, 1.378, 1.442, 1.663, 1.751 1.891, 1.897, 1.881, 1.906, 1.984, 1.994 — Circular n.º 376, 761, 771 — Tecnical Bull n.º 938, 952, p 86 de 1948, p 87 de 1948 — Report of the So-

liктор 1947 — Report of the administrator of agr. Research 1947 — Life Insurance for Farm Families n.º 621

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Bol. Ass. Com. do Amazonas — Ano VII, n.º 78 jan, 79 fev., de 1948.

Bol. do Leite, D. F. — Ano I, n.º 9, 10, 11, de 1948.

Bol. Técnico do Inst. Agrônômico R. Grande do Sul — n.º 2 dez. 1947.

Bol. Informativo da Ass. Com. Agr. Barra Mansa — Ano IV, n.º 25, 27 de 1948.

Bol. Ass. Rural do Vale do R. Grande Barretos — n.º 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 de 1948.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. D. F. — Ano X, n.º 11, 12 de 1948.

Bol. do Ensino Agrícola, S. Paulo — Ano III, jan-fev-mar. de 1948.

Bol. F. A. R. E. S. P. — n.º 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41.

Bol. Ass. Rural de Cafelândia, S. Paulo — n.º 1 dez. 1947.

Bol. Soc. Coop. Ind. Pec. do Pará Ltda. — Ano XV, n.º 67, 68 de 1947.

Bol. Econômico do D. F. — Ano 1948.

Bol. Econômico do D. F. — Ano 1948.

Bol. Seção de Fomento no Est. Pará — Ano 5, jan-dez. de 1946.

Bol. Sup. dos Serv. do Café, D. F. — Ano XXII, n.º 247, 248 e 249.

Bol. Min. do Trab. Ind. Com. — Ano XIII, out. 1946.

Bol. Informativo de Minas Gerais — Ano 948, n.º 1, 2 e 3.

Bol. Informativo do Clube de Engenharia, D. F. — Ano VI, n.º 35 de 1948.

Bol. Estat. do Inst. Bras. de Geogr., D. F. — n.º 20 out-dez.

Bol. Ind. Animal S. Paulo — Vol. 9 n.º 1/2 jan. 1947.

Bol. Estatístico do Inst. Nac. do Sal. D. F. — Ano V. n.º 47 e 55 1947.

Bol. Ass. Com. de Niterói — maio de 1948.

Bol. Rev. O Campo, D. F. — Ano 19, n.º 217, 218, 219 e 220 de 1948.

Bol. Rev. Lavoura Arrozreira, R. Gr. Sul — Ana II, n.º 11, 12, 13, 14 e 15 de 1948.

Bol. Agrônômica R. Gr. Sul — Ano XI n.º 130, 131 e 132 nov-dez. 1947 — n.º 133, 134 e 135 de 1947.

Bol. Cooperativismo, D. F. — Ano II, n.º 16, 18, 20 e 22.

Bol. Bragantia, S. Paulo — vol. VI, n.º 12 de 1946 vol. VII, n.º 1, 2, 3, 4 e 5 de 1947.

Bol. Ceres, Minas — vol. VII, n.º 40 jan-dez. de 1947.

Bol. Cooperação Ceará — Ano VI, vol. XII, n.º 66 e 67 de 1948.

Bol. Agric. e Pecuária, D. F. — Ano XIX, n.º 299 e 300 de 1948.

Bol. Bras. de Economia, D. F. — Ano 2, n.º 1 de 1948.

Bol. Soc. Rural Brasileira, S. Paulo — Ana XXVIII, n.º 130 e 131 de 1948.

Bol. Chácaras e Quintais, S. Paulo — Ano 39, vol. 77, n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de 1948.

Bol. Agrícola, S. Paulo — vol. 24, n.º 3 e 4, 1, 2.

Bol. Bras. de Panificação, D. F. — Ano XIII, n.º 150, 151, 152 e 153 de 1948.

Bol. A Granja, R. Gr. Sul — Ano 3, n.º 29, 30, 31 e 32 de 1948.

Bol. Clube de Engenharia, D. F. — vol. XVIII, n.º 137, 138, 139 140 e 141.

Bol. Liga Com. R. Janeiro, D. F. — Ano XII, n.º 171, 172, 173 e 174.

Memórias do Inst. Osvaldo Cruz, Tomo 45, fasc. 2, Ano 1947.

Anuário Est. da Prefeitura D. F. — Ano 1947.
New Orleans Port Record — fev. 1948, março 1948.

Experiment Station Record, U. S. A. — vol. 95, jun-dez. 1946.

Bol. del Consorcio de Centros Agrícolas Manabi, Equador — Ano X, n.º 52, de 1947, — 53 de 1948.

Agronomia Lusitana, Portugal — vol. 7 n.º 3 de 1945.

Ganaderia, Lima — Ano 1, n.º 3.

Research Bull., Ames Iowa — n.º 350, 351, 353 e 354 de 1947.

La Technique Agricole Internationale, Suissa — Ano XVII, n.º 1 de 1947.

Faam Science, Iowa — vol. 2, n.º 8 e 9 de 1948.

Bol. del Onst. Nac. Investigaciones Agronómicas, Madrid — n.º 17 dez. de 1947.

L'Unesco, Paris — vol. 2, n.º 1, 2, 3, 4 e 5, de 1948.

Carta Quincenal, Valparaíso — n.º 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62.

Neighbors, U. S. A. — vol. 4, n.º 1 de 1948.

Gazeta das Aldeias, Lisboa — N.º 2.128 de 1948.

Britis Science News, U. S. A. — vol. 1, n.º 4, de 1947, n.º 5, 6 e 7 de 1948.

Bol. Informaciones Agropecuarias, Chile — n.º 66, 67, 68 e 69.

Rev. Ass. Rural del Uruguay, Montevideo — Ano LXXV, n.º 12 dez. 1947, n.º 1, 2 e 3 de 1948.

Rev. de la Federacion Rural, Montevideo — Ano 10, n.º 29 de 1947.

Rev. de la Bolsa de Com., Montevideo — Ano 1, n.º 3, 4 e 5, de 1948.

Ingengeria Agronômica, Argentina, Tomo 9, n.º 1, 2, de 1948.

Bol. Americano, U. S. A. — Ano XII, n.º 594, 595, 596, 597 e 598 de 1948.

Science News Letter, U. S. A. — vol. 53, n.º 13, 14, 15 e 16 de 1948.

Foreign Agricultures, U. S. A. — vol. XII, n.º 1, 2 e 3 de 1948.

Know Your Watersheds, n.º 67.

Agricultura Técnica, Santiago — Ano VII, n.º 2 dez 1947.

Informaciones Argentinas, n.º 10 e 11, de 1947.
Report of the Third Session of Conference 947 U. S. A.

Britain To Day, n.º 141, 142, 143, 144, 145 e 146.

Revue Internationale du Travail — vol. LXII, n.º 5 e 6 nov-dez. de 1947, n.º 1 e 2 jan-vef 1948.

Bol Informativo, Rep. Dominicana — Ano V, n.º 10 e 11, 12 e 13, de 1947 — n.º 15 de 1948.

Preservation of Grains in Storage — F. A. O. F. A. O. N.º 6 maio 1948.

Agricultura, Rep. Dominicana — Vol. XXXIX, n.º 177 mar-abr. 1948.

Gazette — vol. XLVIII, n.º 2.474.

Camara Oficial Com. Agr. Ind. Sto. Domingo — Rep. Dominicana.

The Journal — vol. 137, n.º 1 maio 1948.

New Orleans Port Record — maio-abril 1948.

Produccion, Venezuela — n.º 40.

El Exportador Americano, vol. 142, n.º 4 abril 1948.

Granadeiria, Peru, n.º 4 março de 1948.

Coates's Herd Book — vol. 92, dez. 1945 (1946).

Catalogue Botany — n.º 166 — 173.

Biennial Report — 1944 — 1946.

Foods used by Filipinos.

Through Research to Better Farming, Virginia — n.º 330 jun. 1947.

(Depart. de Agr. dos Est. Unidos: — Farmers Bull. n.º 776, 1.043, 1.060, 1.624, 1.646, 1.881, 1.934, 1.989, 1.993, 1.674.

Tecnical Bull. 865.

Circular 769, 780, 757 e 25.

Leaflet, 160, 1.679.

Bull. if the Canegie Inst. of Tecnology, n.º 1, series 42 de 1946.

MiscelXnias, n.º 225.

Journal of Agr. Research, vol. 76, n.º 3, 4 de 1946.

Bull. Univ. Hawaii, n.º 7 de 1948.

Do Cons. Intº. de Com. e Prod. — "Cubs y el Plan Marshall do Dr. Julian Alienes

Colombia, y el Plan Marchall por Dr. Leonel Torres G. H.

Bolivia y el Plan Marshall por Dr. Alfredo Oporto Crespo.

La Argentina y el Plan Marshall por Dr. Jesus Prado Arrarte e Abrahan Sheps.

Falecimento: — Sr. Eduardo de Miranda Rheingantz socio efetivo n.º 3.975 proposto por Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida em 20-6-16.

Livraria Editora Coelho Branco

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: — EDITOR — RIO. CODS. TELS.: — RIBEIRO, MASCOTTE E BRASIL. TELEGRAMAS: PELO "TELEGRAFO NACIONAL", "WESTERN TELEGRAPH", "ALL AMERICA CABLES" e "CABO SUBMARINO ITALIANO".

CORRESPONDENTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL E NOS SEGUINTE PAISES: ARGENTINA, URUGUAI, CHILE, PERÚ, VENEZUELA, CUBA, ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL, ESPANHA, INGLATERRA, FRANÇA, ITÁLIA, ALEMANHA, BÉLGICA, PARAGUAI, HOLANDA E MÉXICO.

A. Coelho Branco J.º

RUA DA QUITANDA, 9 — TELEFONE: 22-3634 — RIO DE JANEIRO

Escola de Horticultura

“Wenceslão Belo”

1.^a Semana de Hortelão

5 a 10 de Julho de 1948

Realizada por iniciativa e sob a orientação da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA e da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS com a colaboração do SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA.

GENERALIDADES

Início da Semana — Segunda-feira, 5 de Julho de 1948.

Fim da Semana — Sábado, 10 de Julho de 1948.

Regime — Internato e Externato, gratuitos.

Internato — Capacidade limitada a 25 homens.

Externato — Número ilimitado de pessoas.

Inscrição — Até 30 de Julho mediante pedido em carta ao Diretor da Escola.

Endereço — Toda correspondência postal ou telegráfica deve ser endereçada para a sede do estabelecimento: — Caminho Maria Angé 480 — Penha-Rio de Janeiro.

Acesso à Escola — Automóveis e ônibus 38 e 98 pela Avenida Brasil. De trem da E. F. Leopoldina, bond Penha e ônibus 36 e 37 acesso a pé pelas ruas Itau-Costa Rica.

Telefone — 30-14-33.

REGIMENTO INTERNO

As pessoas que ficarem sob o regime de internato obedecerão às normas seguintes pelos alunos internos da Escola:

a) levantar-se e recolher-se às 6 e 22 horas, respectivamente;

b) fazer as refeições no horário: — café 6,30 — almoço 11 — merenda 14 e jantar 18 horas;

c) freqüentar, dentro do horário, às aulas;

d) não perturbar a disciplina;

e) manter estreitas relações de cordialidade e de cooperação.

As pessoas que ficarem sob o regime de externato ficam obrigadas às mesmas normas de disciplina cordialidade e cooperação.

PROGRAMA

Professor ANTÔNIO DE ARRUDA CAMARA — Adubação orgânica, Estrumeiras, Água, Rega, Irrigação, Higiene das hortas.

Professor GERALDO GOULART DA SILVEIRA — Culturas especializadas de hortaliças: — alface, cenoura, chicória, couve, repolho, nabo, rabanete, beringela, pimentão, tomate, ervilha, etc.

Professor SUBAEL MAGALHÃES DE SILVA — Preparo do terreno para a instalação de hortas. Trabalhos com arados de disco e de aiveca (tração animal) e com arado de aiveca (manual) — Trabalhos com grades de disco e de dentes (tração animal) — Escarificadores e capinadeiras manuais — Preparo do solo com trator hortícola — Trabalho de ceifa com o trator hortícola. Demonstrações.

Professor J. M. BARTHOLO — Localização da horta — Divisão do terreno em lotes ou em quadras — Tabuleiros — Alinhamento — Curvas de nível.

Professor PEDRO GOULART DA SILVEIRA FILHO — Contabilidade e noções de economia hortícolas.

Assistente ANDRÉ DA SILVA NETO — Defesa sanitária das hortas — Preparo e utilização de inseticidas e fungicidas — Trabalhos com pulverizadores e polvilhadores — Desinfecção de sementes — Combate a formigas e cupins.

Assistente ROMEU RAMPAZZO — Sementeiras e repicagens.

Assistente Agrícola CASTELO BORGES — Adubos e adubação química.

Assistente SEVERIANO GONÇALVES CAMARA — Característicos, emprêgo e conservação das ferramentas e utensílios hortícolas.

PALESTRAS

Durante a Semana, precedendo a Sessão Cinematográfica do Serviço de Informação Agrícola, serão realizadas as seguintes:

Segunda-feira — 5-7-48 — Considerações sobre os mercados para os produtos hortícolas — Prof. Antônio de Arruda Câmara.

Terça-feira — 6-7-48 — Considerações sobre a industrialização dos produtos hortícolas. — Prof. Subael Magalhães da Silva.

Quarta-feira — 7-7-48 — Considerações sobre a instrução e ensino hortícolas. — Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Sexta-feira — 9-7-48 — Considerações sobre a organização cooperativista dos horticultores — Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

Nas palestras, que não se revestirão do caráter de conferência e terão feição objetiva e prática, procurar-se-á interessar os alunos no debate da matéria em estudo.

CONVIDADO DO DIA

Durante as refeições especialistas para esse fim convidados orientarão a conversa versando assunto de interesse técnico ou, apenas, cultural. Entre os prestimosos amigos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" já inscritos na lista dos *convidados do dia* figuram o Prof. Frederico Murtinho Braga, o técnico de educação rural J. Pinto de Lima, o agrônomo economista Alberto Ravache, os engenheiros agrônomos Guaracy Cabral Lavor e João Gonçalves de Souza, o escritor Eurico Santos e o redator da "A LAVOURA" Luiz Marques Poliano.

SESSÕES CINEMATOGRAFICAS

As sessões cinematográficas obedecerão aos programas organizados pelo Serviço de Informação Agrícola que se esforçará para, reunindo o útil ao agradável, apresentar films de interesse técnico e cultural.

CLUB AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Os diretores e comissões de associados do C. A. Miguel Calmon ficam à disposição dos "SEMANISTAS" e, em dia da SEMANA DO HORTELÃO esperam receber a visita do Chefe da Seção dos Clubs Agrícolas homenageando nessa oportunidade o Serviço de Informação Agrícola.

VISITAS

Quinta feira — 8-7-48 — visita à Sociedade Nacional de Agricultura durante a reunião semanal da Diretoria.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Sabado — 10-7-48 — às 20 horas sessão solene de encerramento.

HORÁRIO DAS AULAS

Segunda-feira — 7,00 — 8,30 — Professor Subael Magalhães da Silva — 8,40 — 10,10 — Professor Subael Magalhães da Silva — 12,00 — 13,30 — Assistente Romeu Rampazzo — 14,30 — 16,00 — Professor Arruda Camara — 16,10 — 17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Terça-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,40-10,10 — Assistente Severino Gonçalves Camara — 12,00-13,30 — Assistente Romeu Rampazzo — 14,30-16,00 — Professor Pedro Goulart da Silveira Filho — 16,10-17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Quarta-feira — 7,00-8,30 — Professor Arruda Camara — 8,40-10,10 — Assistente André da Silva Neto — 12,00-13,30 — Assistente Romeu Rampazzo — 14,30-16,00 — Professor Subael Magalhães da Silva — 16,10-17,40 — Assistente Agrícola Castello Borges.

Quinta-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,40-10,10 — Assistente Severino Gonçalves Camata.

Sexta-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,40-10,10 — Assistente André da Silva Neto — 12,00-13,30 — Professor Arruda Camara — 14,30-16,00 — Professor Pedro Goulart da Silveira Filho — 16,10-17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Sabado — 7,00-8,30 — Professor Arruda Camara — 8,40-10,10 — Professor J. M. Bartholo — 12,00-13,30 — Assistente Agrícola Castelo Borges — 14,30-16,00 — Assistente André da Silva Neto — 16,40-17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

BEM-ESTAR DOS SEMANISTAS

O bem estar dos "SEMANISTAS" constitui objeto de natural preocupação. Todos os Professores, serventúrios e alunos de Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" procurarão, com o maior empenho, assegurá-lo. O horticultor Adriano Dantas, administrador e chefe dos trabalhos práticos, auxiliado pelos Senhores Henrique da Silva Neto, Mario Adilio e Aluizio Fonseca, este presidente do Club Agrícola "Miguel Cal-

mon" constituem a COMISSÃO DE BEM-ESTAR.

OBSERVAÇÕES

As pessoas que acompanharam com interesse e regularidade todos os trabalhos da 1.^a SEMANA DO HORTELÃO será fornecido um CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA VEM DEFENDENDO, HÁ MAIS DE 50 ANOS, OS INTERESSES DOS LAVRADORES E DOS CRIADORES DO BRASIL. "A LAVOURA", SUA REVISTA, É ENVIADA, GRATUITAMENTE, A TODOS OS ASSOCIADOS.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias....

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florêncio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.^o andar,
Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

Cooperativas de Trabalho

FÁBIO LUZ FILHO

A lei 22.239, que disciplina a organização das cooperativas, definiu muito bem as cooperativas de trabalho: *"São cooperativas do trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições do trabalho pessoal de seu associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns"*.

Vejamos a definição de uma das últimas e melhores leis promulgadas na América do Sul sobre cooperativas, a da Venezuela, que teve a valiosa colaboração de *Fabra Ribas* (julho de 1942)

"Son sociedades cooperativas de productores aquellas cuyos miembros se asocian con el objeto de trabajar en comun en la producción de mercancías e en la prestación de servicios al público".

Além disso, temos a definição que dá de *trabalhador* a legislação trabalhista brasileira, donde admirar que pessoas cultas tendem fundar cooperativas de trabalho manual (até de trabalhos domésticos...) incluindo no quadro de seus associados até sacerdotes e advogados, num mistifório estonteante, e numa candura que estarrece.

Em *"teoria e prática das sociedades cooperativas"* defini esse tipo de cooperativa em suas características doutrinárias e técnicas.

É analogicamente admissível que advogados, contadores, etc., fundem suas cooperativas profissionais, ou os sacerdotes, se tiverem profissão propriamente dita (agricultores, advogados etc.): mas, nunca na qualidade de prelados, o que não é profissão. Simplesmente como sacerdotes ou advogados ingressarem em cooperativas operárias ou de artesanato como associados, não é possível.

Operário é o que trabalha em uma arte ou ofício. A prelazia é sacerdócio puro e simples que não profissão ou ofício. As cooperativas do art. 24 da lei são tipicamente profissionais. Ademais, poderia eu derrubar verdadeira avalanche de tratadistas e leis de numerosos países em que se dá a definição do que seja cooperativa de trabalho.

O advogado tem uma profissão liberal.

Do ponto de vista econômico, é absolutamente destituída de fundamento qualquer argumentação em relação aos sacerdotes, sem nenhum menoscabo às suas altas e belas funções espirituais e ao seu nobre missionar, e aos inestimáveis serviços prestados, com desprendimento, ao progresso cultural da humanidade. Relembro sempre com emoção e gratidão os meus tempos do glorioso Ginásio de S. Bento, do Rio de Janeiro, em que o ensino era absolutamente gratuito e os professores eram *Carlos Laet*, *Fausto Barreto*, *Mário Barreto*, *Rozendo de Oliveira*, *general Arêas*, etc. Em *"Rumo à Terra"* digo como me sensibilizaram os quadros coloniais do Rio Grande do Sul que tinha por centro as igrejinhas alvinitentes no fundo verde da mata, e as lendas místicas embuladas, com inapagável fé, nos braços rijos das cruces de madeira longamente abertos para amplexos de misericórdia e perdão nos pátios desas igrejinhas brancas. ...O Sermão da Montanha... A referência evangélica a que aludiu ilustre amigo e brilhante causidico é puramente metafórica e contraditória até nos léxicos, que dizem que *obreiros evangélicos* são os missionários, ministros de religião "que propagam a sua doutrina. Vazia, pois, de qualquer sentido científico. *Econômicamente* (que é o ângulo que nos interessa), *trabalho é o exercício das faculdades humanas dirigidas diretamente à produção da riqueza*, o que implica o exercício das faculdades humanas, *orgânicas, intelectuais e morais. O exercício de atividades humanas que não vise à produção*

de riqueza (pesquisas filosóficas, exercício do culto religioso, perfeição ética, exercício do magistério, etc.), *não é considerado trabalho* economicamente falando, frisa-o ainda *Toníolo*.

O ensino da matemática, por exemplo, não é considerado trabalho, ao passo que o engenheiro que aplica seus conhecimentos numa fábrica é um trabalhador, como o médico, notadamente o sanitário que, precavendo a saúde do homem, vitaliza-o como valor econômico. O mesmo quanto ao agrônomo nos campos, nos laboratórios, nas pesquisas econômicas, etc.

Trabalho é a atividade que se encaminha em uma série regular de operações. O encontro fortuito de um diamante não é trabalho, de vez que não cristaliza as faculdades acima enumeradas. Trabalho é o esforço aplicado à produção com um fim explícito. Trabalho é o esforço dobrado dirigido e acompanhado pelo pensamento e pelo querer.

J. B. Say definiu o trabalho como sendo a ação continuada mediante a qual executamos operações de indústria, ou somente uma parte dessas operações. *Jules Simon* acrescenta-lhe o elemento subjetivo. Para ele o trabalho tem necessariamente por fim um resultado útil, isto é, a produção de uma riqueza, considerando riqueza tudo aquilo que pode servir para o melhoramento das condições de vida.

Cossa diz que "il lavoro è l'applicazione della forza umane alla produzione.

Esso non è per l'uomo uno *scopo* ma un *mezzo* necessario per pro cacciargli la maggior parte della ricchezze che gli ab-sognano". Há o trabalho *têcnicamente produtivo* e o *economicamente produtivo*.

Dai os dois polos econômicos dentro dos quadros da economia mercantilista vigente: o *entrepreneur*, *imprenditore* ou *empresário*, e *operário*, isto é, a inteligência diretora e ordenadora e o elemento executivo, o trabalhador. Assim está colocada toda a legislação trabalhista do mundo, excluída a Rússia, com seu regime de capitalismo de Estado, que, ao invés de abolir e salarizar, como o acentuou *Heriot*, o generalizou.

Em face de exposto linhas acima, não vejo como assimilar sacerdotes e advogados a trabalhadores. Ai esta a natureza especialíssima das cooperativas de trabalho e o seu conceito doutrinário.

Esta parlenda não envolve atitude negativista ou intenção de obscurecer o valor e o alcance da árdua tarefa de catequese econômica e moral, pela palavra escrita e falada, de elementos católicos ou protestantes e de brilhantes representantes das profissões liberais. Entre tantos, ai estão *Wollemborg* e *Raiffeisen*, *Schulze* e *Luzzatti*, as altas realizações de *Boerenbond* belga, e, no Brasil, a magnífica e fecunda atuação do padre *Amstadt* no Rio Grande do Sul desde 1902, quando fundou a primeira caixa rural tipo *Raiffeisen* (este era protestante). E a pléiade que tem à sua frente *Gide*...

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

"SOCIEDADE AGRÍCOLA DE PELOTAS"

Exposições Rurais pela mesma realizadas em Pelotas, desde a sua fundação

1. ^a	Exposição Rural,	inaugurada	a	21 de abril de 1899
2. ^a	"	"	"	24 de fevereiro de 1900
3. ^a	"	"	"	20 de abril de 1902
4. ^a	"	"	"	23 de abril de 1905
5. ^a	"	"	"	3 de maio de 1907
6. ^a	"	"	"	13 de novembro de 1910
7. ^a	"	"	"	21 de abril de 1917
8. ^a	"	"	"	3 de maio de 1913
9. ^a	"	"	"	18 de outubro de 1919
10. ^a	"	"	"	13 de maio de 1926
11. ^a	"	"	"	26 de novembro de 1927
12. ^a	"	"	"	15 de dezembro de 1928
13. ^a	"	"	"	15 de dezembro de 1923
14. ^a	"	"	"	15 de novembro de 1932
15. ^a	"	"	"	13 de novembro de 1933
16. ^a	"	"	"	30 de novembro de 1934
17. ^a	"	"	"	26 de novembro de 1938
18. ^a	"	"	"	1 de dezembro de 1939
19. ^a	"	"	"	30 de novembro de 1940
20. ^a	"	"	"	29 de novembro de 1941
21. ^a	"	"	"	21 de novembro de 1942
22. ^a	"	"	"	25 de novembro de 1944
23. ^a	"	"	"	3 de outubro de 1945
24. ^a	"	"	"	15 de novembro de 1946
25. ^a	"	"	"	29 de novembro de 1941
26. ^a	"	"	"	25 de setembro de 1948

HOMENAGEM E COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, AS COMEMORAÇÕES DO 50º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE AGRÍCOLA DE PELOTAS



PRODUTOS VETERINÁRIOS

O INSTITUTO PINHEIROS

(Caixa Postal, 951 - São Paulo)

tem o prazer de comunicar aos Senhores Veterinários, Fazendeiros e Farmacêuticos, que está iniciando o lançamento de uma grande série desses produtos.

Os primeiros já a venda são:

- SULFAGUANIDINA:** tubos de 10 e vidros de 100 comprimidos de 0,60 g.
- VACINA CONTRA MANQUEIRA:** ampolas de 10 cm³ e frascos de 100 cm³
- SÔRO ANTI-TETÂNICO:** ampolas de 20 cm³
- VACINA CONTRA BRUCELOSE:** ampolas de 20 cm³ e frascos de 100 cm³
- VACINA ANTI-RÁBICA:** ampolas de 5 e de 10 cm³ e frascos de 100 cm³

Dos dois últimos, por serem os seus prazos de validade relativamente curtos, o Instituto Pinheiros não manterá grandes estoques, atendendo, entretanto, a qualquer pedido dentro do prazo mínimo necessário ao preparo dos mesmos que, assim, serão sempre fornecidos com absoluta garantia de atividade máxima.

Brevemente o Instituto Pinheiros apresentará outros produtos veterinários de grande eficácia, como: **Ternerina** (Buco-Vacina contra diarreia infecciosa dos bezerros), **Stilbestrol**, e, ainda, **Vacina Contra a Bouba Aviária**, **Vacina Contra a Peste Suína**, etc..

Quaisquer consultas sobre os mesmos bem como sobre as doenças dos animais domésticos, serão prontamente respondidas pelo Departamento de Veterinária.

Pelo sistema de reembolso postal, o Instituto Pinheiros atenderá diretamente a todos os pedidos de seus produtos, quando não encontrados na localidade de residência do solicitante.

